



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0367/15	DATA: 23/04/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h42min	TÉRMINO: 17h20min	PÁGINAS: 187

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Empresário, Presidente da Setal Engenharia e Executivo da Toyo Setal Empreendimentos Ltda.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Há palavra ou expressão ininteligível.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados ao superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e no afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e à venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 12ª reunião e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Peço a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Aluisio Mendes.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício nº 231, de 2015, da PETROBRAS, respondendo ao Requerimento nº 422, de 2015, de autoria dos Deputados Arnaldo Faria de Sá e André Moura, aprovado pela CPI, de informações por escrito sobre gastos com seguros das refinarias desde 2005, quais empresas foram contratadas e a que áreas da PETROBRAS essa contratação está relacionada.

Cópias dos documentos foram encaminhadas aos respectivos gabinetes, e os originais estão arquivados nos autos da CPI.

Ofício nº 232, de 2015, da PETROBRAS, respondendo a Requerimento nº 382, de 2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes, com cópia do inteiro teor de



todos os relatórios de auditorias realizadas pela PETROBRAS no período de 2005 a 2015, pertinentes à construção de refinarias no Brasil.

Cópia do ofício foi encaminhada ao gabinete do Deputado, e as informações classificadas como sigilosas encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI para consulta dos Parlamentares.

Ofício nº 233, de 2015, da PETROBRAS, respondendo a Requerimento nº 418, de 2015, de autoria do Deputado Otavio Leite, com cópias em inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, de todos os cronogramas físico-financeiros confeccionados com base na metodologia PERT/COM, relacionados às obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ.

Cópia do Ofício foi encaminhada ao gabinete do Deputado, e as informações classificadas como sigilosas encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI para consulta dos Parlamentares.

Examinando os requerimentos apresentados, esta Presidência observou que o Requerimento nº 653, de autoria dos Deputados Celso Pansera e Darcísio Perondi, guarda inteira relação com o teor do Requerimento aprovado, de nº 654, de 2015. Ou seja, requer que seja submetida à deliberação do Plenário desta CPI o pedido ora formulado, no sentido de que membros desta CPI desloquem-se para Londres, na Inglaterra, com o objetivo de colher depoimento do ex-Diretor da companhia holandesa SBM Offshore, Jonathan David Taylor, razão pela qual, reconhecendo a unidade de interesse das propostas contidas em ambos requerimentos, reconheci como também aprovado o requerimento de autoria dos Deputados Celso Pansera e Darcísio Perondi, informando que o mesmo constaria da pauta da próxima reunião deliberativa, para que o Plenário possa referendar esta aprovação. Determinei à Secretaria que proceda à alteração nos registros da CPI.

Ofício da Receita Federal designando o auditor fiscal da Receita Federal como coordenador das atividades pertinentes às atribuições daquela Secretaria, representando-a junto à CPI, no sentido de atender às demandas necessárias desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ofício da PETROBRAS com informações solicitadas pela aprovação do Requerimento nº 104, de 2015, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho, cujo objeto é a requisição de cópia de todos os contratos celebrados no



período de 2005 a 2015 entre a estatal e as empresas que especifica, cujos objetos abrangem a execução de obras e serviços no continente africano.

Ordem do dia. A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Augusto Mendonça Neto, Presidente da Setal Engenharia e Executivo da Toyo Setal Empreendimentos Ltda., convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 91, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; 156, de autoria do Deputado Ivan Valente; e 498, de 2015, de autoria do Deputado Valmir Prascidelli.

Comunicação. Esta CPI foi criada para a investigação do fato político-administrativo determinado no objeto de sua criação. Conforme inteligência do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, examinando os requerimentos de convocação do Sr. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, e em face da contribuição que poderá dar aos objetivos desta investigação, e considerando sua condição de investigado colaborador em processo judicial em curso na 13ª Vara Federal de Curitiba, estando, portanto, sob a égide da Lei nº 12.850, de 2013, informo que o depoente será ouvido na condição de investigado.

Convido o Sr. Augusto de Mendonça Neto a tomar assento à Mesa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tenho duas questões, antes da entrada do nosso convocado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu tenho duas questões aqui, Sr. Presidente, a respeito das quais queria esclarecimentos.

A primeira, Sr. Presidente, é que na última quinta-feira, uma semana atrás, exatamente, nós pedimos a V.Exa. para ter acesso ao contrato com a Kroll, e V.Exa. disse que estaria disponível no final da tarde esse contrato, esse documento. Até hoje nós não conseguimos acessar esse documento. Em pedido de informação à Secretaria Geral da CPI, nós não conseguimos acessá-lo.

E achamos também muito estranha a seguinte questão: numa entrevista ao *site* da UOL, da *Folha de S.Paulo*, perdão, V.Exa. afirmou que o sigilo do contrato foi



uma exigência da Kroll e que, se dependesse de V.Exa., divulgaria os dados publicamente.

Bem, eu quero entender que nós devemos ter acesso a esse contrato. Em segundo lugar, eu quero saber o porquê dessa exigência da Kroll de ser secreto, ou de não poder divulgar o sigilo do contrato, porque a CPI é aberta, nós não podemos trabalhar sob sigilo de uma companhia. Em terceiro lugar, a própria matéria diz que houve reunião com alguns membros da CPI, fora V.Exa., e eu queria uma informação melhor sobre isso, porque eu entendo que essa matéria é de interesse de todos os integrantes da CPI.

Então, queria ouvir de V.Exa. se o contrato vai estar disponível, vai estar aberto hoje, e por que ele não está ainda disponível. Na minha opinião, a CPI deve ouvir o responsável pelo contrato da Kroll. Nós queremos saber o porquê da contratação dessa empresa, qual seu plano de trabalho, e assim por diante. Então, passou uma semana, e eu queria ver se V.Exa. pode nos responder.

A segunda questão, Sr. Presidente, já vou fazê-la, se V.Exa. puder responder. Há um ofício dirigido ao Juiz Sérgio Moro, e ele responde positivamente à reunião com a Comissão Parlamentar que está nomeada por V.Exa. para amanhã, às 9 horas da manhã, em Curitiba, mas ele mesmo, aqui na sua carta-resposta, coloca uma segunda questão, que é a seguinte:

*“Sobre os requerimentos de autoria dos Deputados Júlio Delgado e Celso Pansera, para poder fazer as oitivas de presos, em decorrência da Operação Lava-Jato, vi que foram indicados” — é o Juiz Moro falando — “vários acusados presos. Precisaria aqui definir data e horário, e que não coincidisse com os interrogatórios já marcados por este Juiz. Não ficou claro para mim, Juiz Moro, se a CPI pretende ouvi-los todos na mesma data”.*

Veja que, se eu não me engano, nós temos quase duas dezenas de presos para ser ouvidos, convocados, e ele se manifestou surpreso com isso. Como é que nós vamos ouvir 20 investigados num dia só? Ele mesmo está aqui questionando isso. Ou seja, nós voltamos à discussão original sobre as possibilidades reais de uma CPI se deslocar a Curitiba para ouvir tantos presos, em vez de ouvi-los aqui,



revogando o Ato da Mesa nº 82, e também selecionar alguns que a CPI chegasse a um acordo.

Então, primeiro, eu queria que V.Exa. pudesse nos informar sobre o contrato da Kroll, ao qual nós queremos ter acesso, e depois sobre essa resposta do Juiz Sérgio Moro.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

Em seguida, após os questionamentos, responderei a todos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu também tenho uma colocação.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, em alinhamento com relação à investigação pela Kroll, nós temos em funcionamento aqui nesta Casa uma Comissão Externa que acompanha as Refinarias Premium I, no Maranhão, e Premium II, no Ceará. Nessa Comissão, nós temos inclusive obtido alguns documentos, numa busca que temos feito ao Tribunal de Contas da União, com informações importantes e pertinentes e que, no nosso entendimento, precisam na verdade ter uma ampliação por parte desta CPI. Daí a importância, por exemplo, da investigação da Kroll.

Várias vezes nós já fizemos essa pergunta sobre o início dos trabalhos da Kroll e, no mesmo alinhamento do que efetivamente a Kroll vai investigar. Para isso, precisamos ter informações desse contrato. Eu também já busquei, por várias vezes, na Comissão, o contrato da Kroll, nesse sentido de termos pelo menos o raio de atuação, o plano de trabalho, as ações que serão de fato executadas pela Kroll.

Então, é nesse sentido que eu também venho no alinhamento do Deputado Ivan Valente, a fim de termos efetivamente as informações do contrato do Kroll.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, duas coisas: primeiro, V.Exa. leu aqui um expediente da PETROBRAS a respeito de contratos na África. Como nós tivemos o cuidado de relatar uma série de empresas que estão no



escopo da nossa investigação, a resposta que veio da PETROBRAS foi evasiva. Então, nós acabamos de reapresentar um novo requerimento abrangendo todo e qualquer contrato da PETROBRAS e de suas subsidiárias no continente africano. Alí nós vamos começar a levantar esse fio da meada da operação lá na África. Era só para esclarecer isso à Comissão.

Em segundo lugar, quero lembrar a V.Exa. que, na sessão anterior, eu havia solicitado que fosse uma das atividades da Kroll fazer a análise técnica das atas do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva da PETROBRAS, da Comissão de Auditoria, porque ali, com o passar do tempo, como vários servidores de carreira participaram em algum momento de uma dessas estruturas, foram e estão lá escritas — é claro que tecnicamente escritas — uma série de irregularidades que acabaram acontecendo e podem ser recolhidas e serão de grande validade à investigação.

Por fim, nós já vivemos, em outras oportunidades, pelo Parlamento, em CPIMs... Eu quero lembrar que a CPMI dos Correios foi a Belo Horizonte e fez uma oitiva de quase 3 dias, na época em que os contadores do Marcos Valério faziam a queima da documentação e, numa operação que combatia o tráfico de drogas, isso acabou sendo identificado. A CPMI se deslocou com urgência e, por quase 3 dias, se não me falha a memória, nós permanecemos lá fazendo a oitiva daqueles que foram presos e de outras figuras que ajudaram a construir o relatório final da CPMI dos Correios.

Uma incursão a um Estado, no caso a Curitiba, é plenamente viável. O plenário da Assembleia Legislativa do Paraná pode ser utilizado. Com um bom método e uma boa organização, é possível ouvir quantas pessoas a CPI deliberar, lá em Curitiba.

Eu só queria trazer essa contribuição porque são situações que nós já vivenciamos. Quero lembrar aqui também que a CPI da Terra saiu daqui e fez oitiva fora. A CPI do Tráfico de Armas e a do Narcotráfico também fizeram isso.

Então, é só para lembrar episódios que já foram vivenciados por CPIMs e que ajudaram na elucidação dos fatos que foram investigados pelas CPIMs que estou relatando aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. informasse se no contrato com a Kroll está definido que a Kroll deverá também apurar as questões da SBM e as questões relativas ao Júlio Faerman, que, sem dúvida nenhuma, está no exterior. Dependemos muito dessas respostas, tanto do Júlio quanto da SBM, para que possamos concluir parte de nosso relatório.

Eu já pedi isso anteriormente a V.Exa. e gostaria de saber qual é a informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Quanto a essa questão de Curitiba, Sr. Presidente, eu conversei com o Deputado Onyx Lorenzoni há pouco, conversei também com o Manoel Alvim, nosso Secretário. Só estou aguardando chegar o Deputado Antonio Imbassahy, 1º Vice-Presidente, que irá conosco para Curitiba.

Deputado Ivan Valente, a nossa ideia é, amanhã de manhã, no hotel, umas 7 horas, tomar café e organizar a nossa estratégia para a nossa conversa com o Juiz em Curitiba. Aí já iremos com uma estratégia definida para avançarmos na organização, porque, com a conversa, ele vai nos dizer qual é a dinâmica de trabalho, de tomada de depoimento, lá pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. A partir daí, nós organizamos o nosso trabalho.

A ideia que eu vou levar ao Deputado Antonio Imbassahy — acho que não vai haver problema — é ver se fazemos uma reunião por volta de 7 horas amanhã, no hotel, enquanto tomamos café, para organizarmos a estratégia para a conversa com o Juiz Moro, lá em Curitiba, amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, vou falar rapidamente. Como é de conhecimento de todos aqui, em particular de V.Exa., nós, junto com o Deputado Ivan Valente e outros, fizemos um esforço para que o mesmo procedimento adotado com o Sr. Pedro Barusco fosse adotado com os outros depoentes. Não sendo possível, foi dito por V.Exa. que há a possibilidade de, em tempo, termos uma informação de como será o procedimento lá, para garantir que



seja aberto, com possibilidade de cobertura da imprensa e assim por diante. Se porventura, já houver essa informação e ela puder ser antecipada, eu gostaria de solicitar que V.Exa. antecipasse.

Além disso, também quero solicitar a V.Exa. e ao Relator que, antes da próxima reunião administrativa, se possível por um acordo, senão conforme o que for aprovado aqui de requerimento, de procedimentos e estruturação da pauta, que pelo menos fique nítido o que virá para votação, para nós evitarmos intercorrências semelhantes às que tivemos quando esperávamos uma orientação de V.Exa., mas, na ausência de V.Exa., houve uma orientação diferente do Presidente em exercício, hoje o Vice-Presidente Antonio Imbassahy.

Então, faço essa solicitação para que façamos um esforço. Da parte de V.Exa., esse esforço vem sendo feito, mas, num ambiente com tantas *nuances* políticas, temos que perseverar no esforço de que as propostas de trabalho do Relator e dos Sub-Relatores sejam conhecidas. Eu conheço a do Relator, por escrito, mas acho que seria importante também termos acesso ao roteiro de trabalho, para que nós evitemos que depoimentos e procedimentos prioritários de investigação sejam preteridos com inversões de ordem, antecipação de escutas, coleta de documentos que, porventura, num ambiente de sessão com mais disputa política, venham a ser deliberadas.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Respondo a V.Exas. para que possamos dar início à oitiva do Sr. Augusto Mendonça.

Primeiro, respondendo ao Deputado Ivan Valente, com relação ao contrato da Kroll, ele já está sendo trazido à Mesa por determinação nossa. Ele ficará aqui conosco e, em seguida, irá para a sala-cofre da CPI, como acordamos com V.Exa. Ainda não foi levado, como imaginávamos que tivesse sido, porque a Diretoria-Geral estava finalizando alguns trâmites burocráticos que não cabe a esta CPI fazer. Então, agora, como foi realmente finalizada essa etapa, o contrato ficará à disposição dos Srs. Parlamentares.

Com relação ao sigilo, foi uma tratativa da Diretoria-Geral com a empresa contratada, para que o contrato ficasse disponível apenas para os membros da CPI.



É natural que isso aconteça. E nós não vemos como problema a exposição desse contrato. Apenas estamos seguindo aquilo que a Diretoria-Geral da Casa nos orientou.

Com relação aos questionamentos do Sr. Sérgio Moro, e aqui eu já respondo a V.Exa., ao Deputado Onyx e ao Deputado Florence, nós montamos, justamente esta Comissão, para que, amanhã, muitas dessas dúvidas possam ser tiradas, para que a gente possa entender como os procedimentos se darão, com a ida da CPI até Curitiba para fazer a oitiva das pessoas que lá estão.

Então, essa Comissão que vai amanhã é uma Comissão Representativa de 11, 12 Parlamentares, se eu não me engano, e terá condição de deliberar e conversar com o Sr. Sérgio Moro, para adequar alguns detalhes dessa ida da CPI até Curitiba.

Com relação aos questionamentos do Deputado Arnaldo Faria de Sá e do Deputado Onyx sobre o trabalho da KROLL, sobre a investigação das atas e a investigação dos contratos da SBM, nós temos que lembrar que a KROLL foi contratada com um propósito, que foi o de fazer a busca de ativos no exterior de pessoas que estão sendo investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato. Esse foi o objetivo inicial. Não estou aqui afastando essa possibilidade, mas esse pedido que V.Exas. estão fazendo foge do escopo para o qual, previamente, a empresa foi contratada. O que nós podemos, claro, é chamar a empresa e ver a possibilidade de eles que fazem a KROLL assumirem essa responsabilidade de fazer essa análise, atendendo esse pedido.

Irei fazer o esforço, como Presidente, para que V.Exas. sejam atendidos nos pedidos agora formulados, para que a KROLL possa fazer a análise das atas e também dos contratos da SBM Offshore, como também dos seus executivos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Presidente, antes de ser fechado contrato com alguém, eu alertei que havia necessidade de se incluir a questão da SBM. Eu não estou trazendo o fato agora.

Trata-se de uma empresa do exterior. Eu acho que a KROLL tem obrigação de apurar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu não vejo isso como nenhum problema, Deputado Arnaldo.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ah, está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos fazer o possível para atender V.Exa., um brilhante Sub-Relator que essa CPI tem.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, pela ordem, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, só para complementar a fala de V.Exa., quero lembrar que, se não for assim, teria que se fazer uma outra contratação de especialistas aqui do Brasil, porque, realmente, a matéria é técnica, é matéria árida, e a empresa, pelo que nós sabemos, por informações que eu recebi, tem condição de fazer esse trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos tratar disso numa reunião de trabalho.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mas nós iremos, com certeza, procurar atender V. Exa.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria só entender o seguinte: feito o contrato, o plano de trabalho da KROLL vai ser feito por ela ou a CPI vai ter acesso? Porque eu estou propenso a apresentar requerimento — e estou aqui com ele em mãos — para que o representante legal da KROLL, sob compromisso, preste esclarecimento sobre o contrato assinado com esta CPI, seu plano de trabalho, o objetivo contratado e as tarefas que irão desempenhar no auxílio a esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu posso fazer uma sugestão a V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria que o representante legal da KROLL pudesse prestar esclarecimento à CPI. Nós dirimiríamos todas as dúvidas dos outros Deputados que surgiram aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não há nenhum problema. Acredito até que a convocação é desnecessária, até porque a empresa é contratada e tem que prestar o esclarecimento que a CPI pedir.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que a gente marque, então!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se eu puder, no âmbito, claro, da ampla inteligência de V.Exa., sugerir-lhe uma situação, eu gostaria de me colocar na posição de colega de V.Exa. e também contribuir com o bom trabalho da CPI.

V.Exa. terá oportunidade de analisar o contrato a partir de hoje. Após V.Exa. analisá-lo, o que V.Exa. achar necessário... Se o contrato vier, por acaso, a não atender a alguma iniciativa, a alguma dúvida que V.Exa. tenha, V.Exa. terá total razão em apresentar esse requerimento. Eu sugeriria que V.Exa. pudesse analisar o contrato e, depois, poderá — e terá o apoio deste Presidente — esclarecer toda e qualquer dúvida com relação ao trabalho da empresa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só para finalizar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O que nós não queremos aqui, Deputado Ivan, é criar chifre em cabeça de cavalo. Nós temos é que caminhar com as investigações. Então, nós vamos gastar nossas energias, amanhã, indo a Curitiba. V.Exa. poderá analisar o contrato e sugerir os fatos ao plano de trabalho que V.Exa. entender necessário. Agora, eu gostaria que V.Exa. primeiro analisasse para que depois V.Exa. pudesse criticar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É exatamente isso, Sr. Presidente. Eu estou há 1 semana esperando esse contrato, e às vezes dá chifre em cabeça de cavalo mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Estará nas mãos de V.Exa. hoje.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, a gente tem que estar prevenido quanto a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Exato.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria, só respondendo à segunda questão...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem na última sessão para evitar essas conversas, 2 horas de debate aqui.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, só para concluir meu raciocínio, em relação à viagem a Curitiba, eu acho que o plano da CPI para Curitiba pode ser discutido entre os Deputados que vão fazer a sugestão lá, mas ela não substitui a deliberação da própria CPI, até porque nem V.Exa. vai estar lá.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida! Sem dúvida!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, veja, quando o Juiz Moro levanta essa questão, e são 17 investigados, e ele também coloca que isso não pode se chocar com os depoimentos já marcados em juízo lá, isso tem um significado: nós vamos ter que fazer talvez várias viagens a Curitiba em detrimento da revogação de um ato da Mesa que podia ser feito de ofício pelo Presidente da Casa. Eu queria deixar isso claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu queria pedir a V.Exa. que nós pudéssemos prosseguir. Quando V.Exa. estiver lá em Curitiba, amanhã, V.Exa. esclarece as dúvidas, e na semana que vem nós sentamos e combinamos como esta CPI irá proceder.

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos previstos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, ele não está ouvindo, ele está conversando aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos previstos na Constituição e nas leis. Assim, prestará V.Sa. o compromisso de dizer a verdade, renunciando o direito ao silêncio, nos termos do art. 4º, § 14, da Lei 12.850, de 2013, já que se encontra na condição de investigado colaborador em processo judicial em curso.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço atenção às senhoras e aos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.



Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Augusto Mendonça Neto.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bom dia a todos. Eu estou aqui hoje na condição de colaborador, porque sou um colaborador, tenho trabalhado junto com o Ministério Público nesse sentido e estarei aqui à disposição para responder às perguntas dos senhores. Eu não vim preparado para fazer nenhuma abertura. Aliás, o que seria interessante de eu fazer a colocação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Como de praxe, vamos começar com as perguntas e os questionamentos do Relator, Deputado Luiz Sérgio. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. está sendo investigado no âmbito da chamada Operação Lava-Jato, objeto de inquérito policial e procedimentos conexos que tramitam na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, com acusações de vários e graves crimes. O que levou V.Sa. a fazer o acordo de colaboração premiada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, eu poderia responder essa pergunta, Deputado. Ela tem uma resposta um pouco longa, para fazer sentido. Aliás, eu estava olhando aqui que eu sou Presidente da Setal, de fato, e estou aparecendo aqui como executivo da Toyo Setal Empreendimentos Ltda., que, na verdade, não sou. Eu fui conselheiro da Toyo Setal. Não faço mais parte do conselho. Mas, de qualquer forma, eu tenho uma história — vamos dizer — comprida nesse sentido com a PETROBRAS. Eu poderia voltar talvez lá para o final dos anos 90, em que o setor de construção pesada passou por uma crise bastante forte. O setor sentiu muito isso. Sentiu, também, o setor de construção naval, alguns anos antes deste período. Foi um setor que foi à derrocada total. Nenhuma empresa continuou viva depois daquele período, mas, naquela época, a PETROBRAS também passou por um período de pouco investimento e estava voltando a investir mais fortemente no final dos anos 90. Então, a partir daquele período, eu tive uma participação bem efetiva dentro desse sistema de contratação de obras da PETROBRAS. Eu sempre estive mais voltado ao mercado de construção *offshore* do que propriamente ao mercado de construção de refinarias, mas o acompanhava também bastante de perto. E o que nós víamos, naquela oportunidade, era um movimento da própria PETROBRAS, mas acredito eu até que



incentivado pelo Governo, no sentido de recuperar as empresas brasileiras. Era muito importante, e é muito importante para a PETROBRAS, poder contar com fornecedores que conheçam a companhia e que possam colaborar no plano de investimentos da companhia. Então, de modo que a minha história começa nessa época em que sempre foi desenvolvido um trabalho no sentido de recuperação e apoio às empresas de engenharia brasileiras. Foi um movimento muito parecido com o que aconteceu na década de 70, na primeira fase da Bacia de Campos, e ele voltou a acontecer nesse período. Isso correu muito bem até uma determinada época, quando se iniciou... Eu não posso dizer propriamente quando isso começou, porque nesse período eu não participei, mas se iniciou um processo de corrupção, de cobranças de comissões na PETROBRAS, vindo de duas diretorias: da diretoria de abastecimento e da diretoria de serviços. Essas duas diretorias só conseguiram fazer isso porque atuavam em conjunto, porque, se não tivessem atuado em conjunto, eles jamais conseguiriam ter esse resultado. Eu, particularmente, acho que a PETROBRAS, que é uma empresa que atua num setor altamente técnico, num setor onde só existem grandes companhias, e a PETROBRAS é uma das companhias líderes no mundo, principalmente na exploração de petróleo em águas profundas, é um setor extremamente especializado. Nós não podemos imaginar que uma companhia como essa, organizada e competente, pudesse ter um esquema como o que essas duas diretorias montaram, e conseguiram operar isso por um longo tempo. De modo que eu sempre fui contrário a isso. Nós acabamos entrando nisso por adesão, porque era um sistema que existia quando voltamos a ser convidados pela PETROBRAS. Quando eu tive a oportunidade de sentir, vamos dizer, firmeza de que essa era uma coisa em que efetivamente haveria uma investigação importante, haveria uma investigação profunda que fosse mudar esse quadro, eu me senti à vontade e com vontade de colaborar. Então, o motivo da minha entrada na colaboração foi exatamente esse. Eu acho que a PETROBRAS é uma companhia muito maior e muito mais forte do que isso que nós temos visto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., quando começou a sua fala, disse, referindo-se à PETROBRAS, que tem uma história cumprida na PETROBRAS. Utilizou este termo: “uma história cumprida na PETROBRAS”, e que, no final dos anos 90, teve uma participação bem efetiva.



Traduzindo melhor, o que V.Sa. quer dizer quando se refere a uma história bem comprida e a uma participação bem efetiva”. O que era essa participação bem efetiva? Eram muitos contratos, poucos contratos? A participação bem efetiva era uma boa relação com os diretores da época? Como detalhar melhor essas duas expressões "história bem comprida" e "participação bem efetiva"?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu considero ter uma história bem comprida porque nós estamos falando de alguma coisa do final dos anos 90, como de 1997 até hoje, até recentemente. Estamos falando de mais ou menos quase 20 anos de convivência. Mas, além do tempo, eu poderia dizer que eu tive uma participação efetiva porque o mercado de construção *offshore* criado aqui no Brasil na década de 70, no desenvolvimento da primeira fase da Bacia de Campos, foi induzido pelo Governo, foi induzido pela PETROBRAS, para que todas as obras de construção das plataformas da Bacia de Campos fossem feitas aqui no Brasil. Naquela oportunidade, as empresas brasileiras não tinham *know-how*, não tinham tecnologia, não tinham esse conhecimento, de modo que se adotou um sistema de *joint-ventures* entre empresas estrangeiras e empresas brasileiras, no sentido de se criar aqui companhias capazes de desenvolver esses projetos aqui no Brasil. Talvez aqui a gente não tenha inventado nada porque o Reino Unido fez a mesma coisa, mais ou menos na mesma época, quando estava desenvolvendo as reservas do Mar do Norte. Isso criou aqui no Brasil empresas capazes e competentes. Construíram todas as plataformas da primeira fase da Bacia de Campos, geraram muitos empregos, fizeram investimentos. No final da década de 80, começo dos anos 90, essas empresas se dissolveram. Elas desapareceram por falta de contratos. Foi uma oportunidade em que a PETROBRAS fez poucos investimentos e também comprou muita coisa fora do Brasil, de modo que essas empresas e esses profissionais acabaram sobrando no mercado e foram desenvolver outras atividades. No final dos anos 90, quando a PETROBRAS voltou a fazer investimentos, passou a comprar muita coisa fora do Brasil, até porque as empresas aqui no Brasil estavam desarticuladas. Mas, naquele momento — e aí eu diria com a minha participação —, começou a se criar um movimento para que essas obras pudessem ser desenvolvidas aqui no Brasil. Esse movimento se iniciou no Rio de Janeiro, porque no Rio de Janeiro existiam as instalações físicas dos estaleiros.



Essa foi a primeira forma que se encontrou para a indústria votar a operar, utilizando instalações de estaleiros existentes. Porém nenhuma companhia que havia atuado no passado continuou atuando nesse momento. Todas mudaram de dono. Nenhuma sobreviveu. Criaram-se companhias novas utilizando-se as instalações das companhias antigas. E assim reabriram uma série de estaleiros no Rio de Janeiro objetivando esse mercado. Então, a minha participação, Deputado, nesse momento, foi bastante efetiva, porque a Setal era uma das empresas que já havia atuado na construção de plataformas na década de 70, ainda tinha as suas instalações ativas. Talvez fosse a única empresa que ainda tinha uma instalação em funcionamento. E ela respondeu com bastante velocidade às necessidades que a PETROBRAS passou a ter a partir do final da década de 90. O que nós defendíamos naquela época era que a indústria brasileira pudesse ter suporte e apoio tanto do Governo quanto da PETROBRAS. É importante dizer neste momento que, no final dos anos 90, quando foi quebrado o monopólio da PETROBRAS, foi uma mudança extremamente importante para o mercado de óleo e gás a quebra do monopólio da PETROBRAS, permitiu que outras empresas viessem a operar no Brasil. Mas, junto com isso, veio um pacote de legislação denominado REPETRO, em que se isentava todos os impostos dos investimentos necessários à produção de petróleo, inclusive para bens importados. Criou-se a figura de uma importação temporária, que a importação temporária podia durar a vida útil do campo, que podia ser de 25 anos, e as empresas podiam importar plataformas completas com isenção total de impostos. Ou seja, pagando zero de imposto, ao mesmo tempo em que, se quisessem fabricar no Brasil, as empresas brasileiras estavam sujeitas ao pagamento de todos os impostos. Então, aquilo era uma competição absolutamente desleal, impossível de ser feita. Nenhuma empresa aqui no Brasil conseguiria competir nessas condições, até porque a carga tributária poderia chegar a 25%, 30% do preço final. Nesta oportunidade, o mercado criou um movimento que, na época, se intitulou Compete Brasil, no sentido de discutir, com o Governo, alternativas ou ações em que as empresas brasileiras pudessem competir em pé de igualdade com as empresas estrangeiras. Esse movimento foi bastante ativo — eu participei dele desde o começo — e com resultados muito significativos, tanto é que essa Lei do Repetro foi alterada, foi emendada, criaram a figura da exportação ficta, enfim, diversas ações



no sentido de desoneração da cadeia produtiva brasileira. Esse movimento acabou se transformando no que atualmente é a ONIP — Organização Nacional da Indústria do Petróleo que seguiu com esse movimento. Podemos dizer que ele existe até hoje. E sempre com o objetivo de fortalecer, ajudar e entender os problemas da indústria brasileira, de modo que a indústria brasileira pudesse competir em pé de igualdade com as companhias estrangeiras. Então, a minha ligação com este fato vem desde o nascedouro. Esse movimento que começou naquela época — talvez nós estejamos falando de alguma coisa de 1998, 1997, mais ou menos —, ao longo do tempo, cresceu. O Governo acabou criando um programa especial para isso aí, o PROMINP, que era um programa oficial de governo, no sentido de apoiar e desenvolver a indústria brasileira. Na sequência disso, talvez até importante, porque a indústria já estava previamente preparada ou um pouco preparada para poder aproveitar o movimento, apareceu a oportunidade do pré-sal. O pré-sal, de fato, para o Brasil, é uma coisa que eu computo como mais importante do que efetivamente vem sendo enxergado. Eu acho que a oportunidade do pré-sal é maior do que aquilo que a imprensa enxerga, do que a gente enxerga, porque é uma reserva extremamente importante. Mas o fato do descobrimento do pré-sal dá, então, à indústria um novo patamar de atuação, dá uma amplitude muito grande de atuação, o que acaba reforçando todo esse movimento, que teve bastante sucesso. E nós temos hoje diversos estaleiros aqui no Brasil em operação, atuando dentro desse setor de construção *offshore*. Então, neste momento, durante todo esse período, eu posso dizer que tive uma participação bastante ativa nessa questão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Na sua fala, V.Sa. disse que a questão relativa à cobrança de percentual se dava por intermédio das Diretorias de Abastecimento e de Serviço. É isso? Eram essas duas diretorias que pressionavam e cobravam propinas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E quem eram as pessoas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na Diretoria de Abastecimento, o Diretor era o Paulo Roberto. E na Diretoria de Serviços era o Renato Duque.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Limitava-se a essas duas pessoas?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bom, dentro da PETROBRAS havia a participação também do Pedro Barusco na Diretoria de Serviços. Essas três pessoas são as pessoas que eu sei que estavam envolvidas dentro da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E que faziam relação com os empresários?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Eu particularmente não tive nenhuma relação com o Paulo Roberto Costa. A minha relação com o Paulo Roberto começou... Quer dizer, eu não tive nenhuma relação com ele, mas a minha relação com esse tema começou através do ex-Deputado José Janene, que me procurou na época, vamos dizer, exigindo o pagamento de uma comissão relacionada à Diretoria de Abastecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Na visão de V.Sa., a estrutura geral da PETROBRAS é uma estrutura honesta, rígida, e esses casos são exceções, ou é o contrário?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Deputado, acho que a sua pergunta é muito importante, aliás, muito benfeita, porque nós estamos assistindo hoje à PETROBRAS sendo massacrada pela mídia, pela opinião pública, com a imagem muito arranhada, como se parecesse uma companhia de segunda categoria, repleta de gente corrupta, quando na verdade é exatamente o inverso. Como eu disse, tive uma participação relativamente longa na PETROBRAS e o único contato que tive com corrupção foi com essas três pessoas que eu citei e durante esse período, porque antes disso nunca soube de nada, nunca houve nada. Durante esse período, foi somente através dessas pessoas. E, na verdade, quando a gente olha para a PETROBRAS, a gente enxerga uma empresa altamente competente, feita de gente extremamente preparada, competente. A formação dos funcionários da PETROBRAS é muito boa, não é à toa que a PETROBRAS ocupa o lugar que está ocupando na produção de petróleo mundial, não é à toa que a PETROBRAS é líder há muitos anos em exploração de águas profundas. E nós estamos falando de um mercado que é extremamente seletivo. Quantas companhias de petróleo de qualidade existem no mundo? São muito poucas, e a PETROBRAS se equipara às melhores do mundo. São coisas de tecnologias extremamente



avançadas. Quer dizer, é uma coisa muito complexa. Uma plataforma de produção de petróleo custa mais de 1 bilhão de dólares. Então, não são coisas simples. E nós estamos vendo a PETROBRAS, como companhia, passando por uma condição que não tem absolutamente nada a ver com ela. A construção desses projetos, que, como eu falei, são extremamente complexos — está-se falando sempre da última tecnologia disponível no mundo —, traz o envolvimento de mais de uma centena de pessoas pelo lado da PETROBRAS. Eu não tenho a menor dúvida de que dentro desse relacionamento entre a PETROBRAS e as empresas fornecedoras existem diversas oportunidades de corrupção, até porque não só existe oportunidade como também existe um convívio muito próximo. Estamos falando de contratos, cujo prazo de execução é de aproximadamente 4 anos. Então, o convívio entre as pessoas das empresas com as pessoas da PETROBRAS é extremamente próximo e por um período longo. Não há dúvida de que existem aí muitas oportunidades de corrupção e são coisas que eu nunca vi na PETROBRAS, nunca soube que ia acontecer na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. aqui, no meu entender, faz uma defesa da PETROBRAS como empresa, como instituição, que tem um quadro competente e pessoas sérias. Relata também que essas três pessoas, Diretoria de Serviço, de Abastecimento e o Barusco, que pertencia à de Serviço, que lhe abordaram para a questão de recebimento de percentuais. O Barusco aqui afirmou que a corrupção na PETROBRAS era institucionalizada. Pela sua fala, eu posso deduzir que houve um exagero na afirmação aqui do Pedro Barusco de uma corrupção generalizada na PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Deputado, eu estou falando isso da PETROBRAS, porque, de fato, é o que acontece na PETROBRAS. Eu convivi na companhia durante todos esses anos e é o que eu assisti dentro da PETROBRAS. Quando o Pedro Barusco fala que era generalizado, ele tem razão em um sentido, pois, de fato, dentro da Diretoria de Serviços era generalizado, porque eles queriam aplicar sobre todos os contratos que existiam dentro da PETROBRAS. Essa era a notícia que a gente tinha — quer dizer, notícia que eu digo é de comentários de mercado. Mas quando a gente vê o depoimento que o Barusco prestou e as informações que ele trouxe para o depoimento dele sobre quais eram



os contratos, os valores e tudo isso, a gente vê que, de fato, era uma questão generalizada. Agora, que isso acontecia dentro da companhia como um todo, generalizadamente, isso não acontecia. Soube também, através do depoimento dele, que havia outras pessoas envolvidas, mas, pelo que eu entendi, era muito mais da fase profissional dele, na Sete Brasil, do que propriamente na PETROBRAS. Eu não o vi falando — pelo menos eu não vi — de ninguém na PETROBRAS além dele e do Duque.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Na visão de uma pessoa que está, por exemplo, assistindo a esta sessão, a palavra institucionalizada passa a ideia de que todos estão envolvidos no esquema. V.Sa. aqui afirma que não. Institucionalizada, na sua versão, é que nessa Diretoria eles queriam percentual sobre todos os contratos. São coisas diferentes. Existe diferença entre institucionalizada para todos os contratos e institucionalizada para todas as pessoas e todos os departamentos da empresa. É isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Olha, eu tenho certeza de que, quando ele se refere à institucionalizada, ele está falando sobre os contratos e não sobre as pessoas. Aliás, ele esteve aqui. O senhor devia ter feito essa pergunta para ele (*Risos*) porque talvez... Não, porque eu acho que essa é uma acusação muito grave que ele fez — de dizer que a coisa era generalizada. Se fosse generalizada, ele tinha que dizer isso nos depoimentos dele, dizer quais são todas as pessoas que estavam envolvidas, já que o assunto era generalizado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. é o empresário que, espontaneamente, procurou a Justiça para colaborar. E há perguntas aqui que eu farei a ele, a V.Sa. e a outros que aqui estiverem.

Mudando aqui, o Sr. Paulo Roberto Costa, recentemente, mudou a versão da delação que tinha feito. Ele agora afirma que o recurso de corrupção dele e dos demais agentes públicos era oriundo não do superfaturamento das obras, mas da margem de lucro das empresas. Qual é a sua opinião sobre essa afirmação? O percentual que V.Sa. pagou estava dentro da sua margem e diminuiu o seu lucro, ou V.Sa. acrescentou uma margem maior para poder pagar essas comissões?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Deputado, até onde eu sei, o Paulo Roberto não mudou o depoimento dele, não mudou o que ele havia



falado. Pelo que li do depoimento dele, eu entendo que ele falou isso desde o princípio, e por uma razão muito simples: a PETROBRAS tem um departamento interno de avaliação de custos dos empreendimentos. Por ser uma necessidade extremamente importante da PETROBRAS, esse departamento — aliás, talvez, como todos os departamentos da PETROBRAS — foi se desenvolvendo e se aprimorando ao longo do tempo. Eu até fiz uma afirmação, que foi mal interpretada pela imprensa, de que a PETROBRAS discutiu com várias associações, não só a associação que tem as empresas de montagem industrial, que é a ABEMI — Associação Brasileira de Engenharia Industrial. Eu falei da ABEMI, porque o caso da ABEMI talvez eu tenha acompanhado mais de perto, mas acompanhei também o de outras associações, onde a PETROBRAS discutiu tecnicamente com as companhias, através das associações de classe, cláusulas e situações contratuais que pudessem reduzir os preços, tirando das empresas riscos que deveriam ser do contratante. Então, todas essas discussões aconteceram durante anos. Talvez aconteçam até hoje ou aconteceram até há muito pouco tempo atrás. Isso aproximou bastante a PETROBRAS do mercado e o mercado também da PETROBRAS. De modo que esse departamento interno da PETROBRAS foi aprendendo a fazer custos, como as empresas que executam as obras fazem, e foi se desenvolvendo. Imagina que eles têm a oportunidade de pegar dados de todos os contratos, eles têm fiscalização intensa — até porque trabalham com uma atividade de alto risco — em todos os contratos, conseguem apontar a quantidade de horas gastas em qualquer atividade, conseguem determinar rendimentos, enfim, conseguem ter uma quantidade de informação muito maior do que qualquer outra empresa tem sobre a execução dos contratos. Esse departamento funciona como um proponente, como uma empresa que estaria fazendo a proposta. Então, na hora em que a PETROBRAS emite convites para as companhias apresentarem preço, o departamento interno da PETROBRAS também prepara a sua própria proposta. Essas propostas são entregues ao mesmo tempo. Existe um dia lá de entrega e abertura das propostas, todas as empresas comparecem com as suas propostas e é nesse momento que a Comissão de Licitação recebe também a proposta do custo interno da PETROBRAS. A nossa experiência — a minha experiência — diz que o custo interno da PETROBRAS é uma referência muito boa. Eles têm uma condição



de preparação de custo muito boa. Talvez equivalente às melhores empresas de engenharia, com certeza. De modo que a Comissão de Licitação recebe o preço de todas as companhias, recebe o preço interno da PETROBRAS, e eles têm um limite de variação até onde podem contratar — até 20% acima do preço da PETROBRAS e até 15% abaixo do preço de referência da PETROBRAS. De modo que todas as empresas que não estão dentro dessa faixa, já estão fora do certame, já têm a proposta desqualificada. Todas as empresas têm que atuar, ou têm chance de contratar, somente dentro dessa faixa de preço. Onde existe diferença entre o preço da PETROBRAS e preço das companhias? Principalmente, na avaliação de risco. A nível de avaliação de risco, a equipe da PETROBRAS tem um pensamento muito mais pró-PETROBRAS do que propriamente pró-mercado, enquanto as companhias têm um pensamento muito maior pró-mercado do que pró-PETROBRAS. Algumas condições, vamos dizer, não resolvidas ainda entre esse grupo de trabalho técnico ao qual eu estava me referindo, por exemplo — só para ter um exemplo —, é a greve. A PETROBRAS entende que o problema de greve é da companhia. Então, contratualmente, ela aceita a prorrogação de prazo pelo período da greve, porém, não tem nenhuma responsabilidade sobre o custo. Então, a companhia que está executando a obra — vamos imaginar — tenha lá dentro de uma refinaria, que é um ambiente extremamente complexo de se trabalhar, porque se está trabalhando, muitas vezes, numa refinaria em operação. Só para colocar um funcionário lá dentro para trabalhar na refinaria, demora-se 1 mês. Quer dizer, a pessoa que eu contrato hoje, dia 23 de abril, vai começar a trabalhar no dia 23 de maio, porque esse é o período que se precisa para fazer treinamento, cadastramento etc. Mas imagina que, dentro de uma construção dessas, ou seja, eu não consiga, amanhã, trocar dez pessoas dentro de uma refinaria. Eu, para trocar dez pessoas, vou demorar 1 mês. Há uma situação de greve. Aconteceram casos em que ficaram 90 dias em greve, e se tem 5 mil pessoas lá, 90 dias paradas, recebendo a folha de pagamento. Isso é um custo que pertence à empresa. Qual é o risco que há disso acontecer ou não acontecer? Quantos dias serão ou não serão? Depende da refinaria, depende da situação. Por exemplo, o pessoal que foi trabalhar na RNEST, onde foi uma situação em que se juntaram 50 mil funcionários, a chance de greve que, de fato, aconteceu, era muito maior do que numa refinaria onde se está trabalhando sozinho, só a sua



companhia. No caso do COMPERJ — a gente pode assistir, está na televisão —, quem trabalha lá no COMPERJ parece vagalume, porque começa a trabalhar para, começa para, começa para. Cada empresa lá — acho que quebraram dez empresas no COMPERJ — que deixa de pagar um funcionário, o pessoal fecha a estrada e ninguém trabalha 1 semana. Esse custo é da companhia. Então, situações como greve, como chuva, risco de raios...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A companhia a que V.Sa. se refere é a que está executando a obra?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não é a companhia PETROBRAS.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Exatamente. A companhia que está executando a obra. Isso aí não é risco da PETROBRAS, não é coisa que a PETROBRAS, vamos dizer, paga preço extra do contrato. É claro que o risco disso acontecer, ou não acontecer, e quanto vai custar é da empresa, e ela tem que colocar no seu preço. Então, aí existem diferenças importantes entre as considerações que a PETROBRAS faz e as considerações que as próprias empresas fazem. De modo que a gente imaginar que tem obra que é superfaturada dentro da PETROBRAS... Não existe essa situação. É muito difícil que a PETROBRAS consiga fazer um erro na sua avaliação de preço que possa permitir que a empresa tenha um superfaturamento. Então, quando o Paulo Roberto disse que o pagamento dessas comissões saía da margem da empresa isso é fato, é o que acontecia. Ninguém tinha a oportunidade de poder aumentar o seu preço para poder pagar comissão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., em sua colaboração premiada, descreve como participou da criação do chamado clube, um provável cartel de empresas formadas a partir de 1990, para atuar ilicitamente nas obras e contratos da PETROBRAS, que esse clube de fato existiu.

O que mudou nas atividades desse suposto clube desde 1990 até os dias de hoje? A criação desse suposto clube foi uma iniciativa das empresas ou surgiu por sugestões de pessoas ligadas à PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso existiu de fato. Foi uma iniciativa das próprias empresas, durante a crise do setor que aconteceu nos



anos 90, quando, talvez, a grande maioria das empresas mudaram de dono, não suportaram a crise. O grupo empresarial acabou não suportando essa crise. E as companhias, algumas companhias, que discutiam situações onde poderiam ser mais competitivas, melhorar a sua capacidade de produção, decidiram cooperar entre si, numa forma de se proteger. Só queria fazer aqui mais um comentário, Deputado: quando a gente fala da PETROBRAS, a PETROBRAS é uma companhia competente, de gente competente e grande. Eu diria assim: é uma companhia forte. Nenhuma empresa consegue brigar com a PETROBRAS. Não há dúvida de que qualquer empresa que for brigar com a PETROBRAS vai acabar perdendo. A PETROBRAS tem uma força descomunal com relação ao mercado. Então, o objetivo dessas empresas era criar uma forma de se protegerem entre si. “Aqui, entre nós, vamos acertar que cada um fica com uma oportunidade.” Porém, essa oportunidade fazia com que a empresa fosse competir com outra no mercado. Não eram só seis empresas que forneciam para a PETROBRAS, eram dezenas de empresas que forneciam para a PETROBRAS. O que essas empresas faziam era querer, entre elas, talvez até por serem, na época, as mais importantes, proteger-se de modo que não competissem entre si em determinadas situações. Esse foi um projeto que começou nessa fase e que, de fato, ele teve... E com tudo isso às vezes podia funcionar, podia não funcionar, não era uma coisa que tinha um resultado previsível e correto. Mas ele passou a ter mais efetividade quando se instalou esse sistema na PETROBRAS e a quantidade de empresas convidadas era basicamente restrita às empresas que faziam parte desse clube aí. Então, isso passou a ter efetivamente resultado a partir de uma determinada época, quando nós tivemos a atuação desses dois diretores na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só para ficar mais claro, o clube existiu, ele se forma para se autoprotoger, para não ter uma competição entre si. Quer dizer, surge de uma iniciativa das empresas. Mas ele também se formou para impedir que novas empresas pudessem participar desse mercado do petróleo para que se limitasse a essas que já estavam lá?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Inicialmente não, porque não existia esse controle. As empresas não tinham como impedir que outras empresas participassem desse mercado de petróleo. Mas, efetivamente, quando a



PETROBRAS experimentou um crescimento muito grande nos seus investimentos, que foi basicamente isso, talvez nos anos de 2004, de 2005, esse grupo foi ampliado, houve a entrada de novas empresas, que eram empresas que estavam de certa forma sendo convidadas pela PETROBRAS para participar das licitações, ou estavam tentando ser convidadas, ou estavam fazendo um trabalho para serem convidadas. Então, esse grupo foi ampliado. E aí, sim, com a participação dos diretores, ele era basicamente o grupo que era convidado para participar das licitações. Mas sempre existiam outras empresas, normalmente, mas o grupo básico era esse grupo de companhias aí.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas eu posso ter a interpretação de que a formação do cartel, com esse grupo básico, também foi formado para controlar o número de contratos que existia na PETROBRAS? Ele era também para manter esse mercado?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Desculpa! Eu não entendi a sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O clube é formado para não ter uma competição entre si, mas ele também é formado para controlar esse mercado PETROBRAS, para impedir que novas empresas... Porque o clube, pelo relato de V.Sa., começa com oito, depois vai para 16 empresas. Então, o clube também era para evitar que de 16 fosse para 24, para 30 empresas? Ele era para manter esse mercado entre essas empresas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Inicialmente, como eu disse, não existia esse controle. Porém, depois da entrada desses dois diretores... E aí é um período que eu não acompanhei, porque a nossa empresa tinha pendência em dois contratos na PETROBRAS, que nos colocou na condição de que pra voltar a ser convidados nós tínhamos que concluir esses dois contratos. Um, era uma planta de querosene de aviação, em Guamaré, e outro, era uma planta de tratamento de gás, em Linhares, no Espírito Santo. De modo que nós ficamos quase 3 anos concluindo esses contratos sem receber novos convites da PETROBRAS. Quando nós voltamos a ser convidados para novas licitações na PETROBRAS essa...



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A partir de que ano essa empresa de V.Sa. retorna a ser chamada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Talvez no ano de 2006, 2005.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Qual foi a pergunta do Relator?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A partir de que ano ela voltou... Ele disse que a empresa teve um problema com a PETROBRAS e por isso não era chamada. Eu estou perguntando a partir de que ano ela voltou a ser chamada para participar de licitações na PETROBRAS.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu acredito que talvez no ano de 2006 nós voltamos a ser convidados a participar de novas licitações. E esse ambiente já existia: essa relação de corrupção das empresas que seriam convidadas. Esse ambiente já existia. De modo que eu não posso aqui dizer, por não ter acompanhado, como que ele começou, de que lado que ele começou, com quem, de que forma. Eu posso falar da Diretoria de Serviços porque essa efetivamente aconteceu comigo, quando eu fui procurado pelo ex-Deputado José Janene.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas o clube ou cartel começa a se formar quando? Em que ano?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ele começou a se formar, talvez, lá no final dos anos 90 — em 1996, 1997 —, com o número mais limitado de empresas. Na época, eram nove empresas que só tinham controle e assim mesmo precário entre si. Não tinham controle sobre quem seria convidado pela PETROBRAS. Não tinham controle sobre outras companhias do mercado. Não tinham poder de impedir que outras empresas pudessem entrar, participar. Era uma ação, vamos dizer, interna entre essas companhias. Com o crescimento do mercado PETROBRAS que aconteceu aí no começo dos anos 2000, houve uma ampliação das empresas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Esse começo dos anos 2000, seria 2003 que V.Sa. quer dizer? Em 2003, 2004?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso. É 2003, 2004. Quando a PETROBRAS começou um programa de investimento mais forte,



principalmente na área de refino, esse grupo foi ampliado. Aí eu acho que, talvez, lá pelo ano de 2005 ou 2006, que o grupo foi ampliado, ele ganhou efetividade. Ou seja, ele tinha mais condição de funcionar, a partir do instante em que houve uma combinação com os diretores da PETROBRAS, das empresas que seriam convidadas para participar das licitações. Então, aí o grupo, efetivamente, trabalhava para que não entrassem novas empresas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas quando se inicia, ela se inicia dentro do espírito de autoproteção. Mas já se tinha também uma relação com diretores da PETROBRAS à época?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Nessa época, não. No início, foi uma iniciativa das empresas e uma atuação interna entre as companhias. A relação entre as empresas e a PETROBRAS se deu a partir do ano, talvez, de 2004, 2005. Não sei exatamente, porque, como disse, não participei, mas foram com essas duas diretorias, do Paulo Roberto e do Renato Duque.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas na opinião de V.Sa., o fortalecimento do cartel, na versão de V.Sa., coincide muito porque V.Sa. fala aqui em 1996, 1997...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, desculpe-me por interromper. Não sei se é por causa da fonia, mas o volume das perguntas e respostas está muito baixo e o som não está chegando nem aqui à primeira fila.

Por favor, se V.Exa. puder, peço que verifique isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço ao serviço de som que aumente um pouco o volume para que o som possa ser melhor entendido.

**(Não identificado)** - O som está sonolento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Na opinião de V.Sa., a coincidência e consolidação do cartel também coincide com a entrada em vigor do Decreto nº 2.745, de 1998. Na visão de V.Sa., há alguma relação do decreto com a consolidação do cartel? Ele ajudou, atrapalhou, ou não teve nenhuma ação concreta no que se consolidou como um cartel?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Desculpa, Deputado. O que é esse decreto de 1998?



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Decreto nº 2.745, que é o regime especial de contratação da PETROBRAS.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, da quebra do monopólio da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não. É o regime...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - RDC.

**(Não identificado)** - Simplificação do sistema de compras e aquisições.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Mas é mais ou menos da mesma época. Ele vem dentro, vamos dizer, do mesmo conceito da quebra do monopólio da PETROBRAS. Não, eu acho que isso, para esse lado, não teve nenhum efeito importante.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Barusco, quando esteve aqui, disse que as licitações realizadas pela PETROBRAS eram duras, ou seja, não havia influência do cartel sobre a Comissão de Licitação. V.Sa. é um empresário que participou de muitas licitações da PETROBRAS. V.Sa. também tem essa mesma visão em relação à Comissão de Licitação? As licitações eram duras, ou eram uma carta marcada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não sei se eu entendi muito bem a afirmação dele ou a pergunta, mas, de qualquer forma, o que acontecia é que as 16 empresas haviam discutido entre si quem ficaria com qual oportunidade. Ela ia participar da licitação tendo o compromisso das demais de não competirem com ela. De modo que ela tinha, entre esse grupo, a oportunidade de ganhar. A Comissão de Licitação da PETROBRAS não tinha conhecimento disso. Eu imagino e nunca soube que a Comissão tivesse conhecimento de quem ia ser a empresa vencedora ou não. O que é uma dúvida que eu tenho — para mim, na época, não era dúvida, mas hoje é uma dúvida, pelo que a gente escuta de declaração do Barusco, que está na posição de colaborador. Na minha visão, existia um contato entre o grupo de empresas e a PETROBRAS no sentido de que as empresas a serem convidadas fossem as empresas do grupo. Hoje o Barusco afirma que não, que não existia essa ligação. Ele fala que essas empresas eram as empresas convidadas porque eram as empresas que tinham efetivamente condições de executar os contratos. É uma dúvida que eu tenho, se existia isso ou não. Mas, de



qualquer forma, existia aqui, pelo lado das empresas, vamos dizer, a sensação, no mínimo, o conforto de que as empresas que seriam convidadas seriam aquelas empresas que participavam desse grupo. Agora, por outro lado, olhando pelo ponto de vista da Comissão de Licitação, a Comissão de Licitação não sabia disso, não sabia quem era a empresa que ia ganhar ou não ia ganhar, e se tinha esse acordo ou não. Pelo ponto de vista da Comissão, de fato, a licitação era uma licitação dura mesmo. A PETROBRAS sempre foi muito dura nas suas licitações.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. disse que hoje tem uma dúvida. A dúvida se relaciona a quê? Outras empresas tinham condições de realizar as obras que são realizadas pela PETROBRAS, e não eram convidadas? Havia outras empresas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Deputado, a dúvida que eu tenho é se existia uma lista que era entregue às Diretorias de Serviços e Abastecimento; ou, se essa lista não existia, era só uma consequência. Para mim, a lista existia, e eu vejo o Barusco dizendo que ela não existia. Eu até acredito. Ele está em colaboração, e não teria por que dizer alguma coisa que não aconteceu. Mas, voltando à sua pergunta, a prática diz que não. Para uma empresa ser convidada a oferecer uma proposta à PETROBRAS, ela tem que estar inscrita lá no CRCC da PETROBRAS, que é o cadastro das empresas fornecedoras. Esse cadastro é extremamente técnico, extenso, abrangente — ele pega outras áreas da empresa, como financeira, jurídica, pessoal, segurança, enfim, várias outras áreas além da área técnica propriamente dita — e muito criterioso. Era em cima das condições desse cadastro que a PETROBRAS elaborava a lista das empresas a serem convidadas. Agora, por que na prática eu digo que não? Porque, durante a contratação das obras do COMPERJ, a PETROBRAS, entendendo que os preços que o mercado estava praticando estavam muito altos, começou a convidar outras empresas para participarem dos certames. E essas empresas começaram a vencer as licitações com preços muito inferiores aos preços que as empresas desse grupo estavam oferecendo. Eu, como fazia parte do grupo — fazia parte de uma companhia que conhecia o preço que estava ofertando —, tinha a certeza de que aquele preço era inexequível. Mas essas companhias, vamos dizer, entrantes, que não conheciam a PETROBRAS, imaginavam que fossem capazes, que desenvolver



uma obra para a PETROBRAS fosse a mesma coisa que desenvolver uma obra para um governo de Estado ou uma obra para um governo municipal. E a prática mostrou que o meu pensamento era correto porque nenhuma delas está conseguindo entregar os seus contratos. Nenhuma delas está “performando”, e várias delas já devolveram o contrato à PETROBRAS, já entraram com um pedido de recuperação judicial, já estão com problema de pagar a folha de pagamento, e tudo isso. É simples de a gente analisar a situação que está acontecendo lá no COMPERJ. As empresas não estão executando. E eu acho que esse é custo muito maior do que contratar a obra por um preço maior.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Maior ou menor?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não adianta a companhia contratar por um preço que é inexequível, porque é uma economia que ela não vai fazer. Vai custar para ela muito mais do que se ela estivesse pagando um preço correto pela obra, porque ela vai ter o trabalho de atrasar, descontratar, vai ter que contratar outra empresa, e o custo disso, não tenha a menor dúvida, é muito maior do que se ela tivesse contratado pelo preço correto desde a primeira vez.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas aqui nós temos já uma contradição gritante, porque o senso comum de discurso e de reportagem é de que as obras do COMPERJ foram todas com um superfaturamento.

V.Sa. aqui diz que os preços não dão para executar as obras, e por isso não estão realizando. É isso mesmo que eu entendi, ou como fica o discurso e as informações do senso comum de que essas obras estão todas superfaturadas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Oh, Deputado! Isso é uma questão simples. É só olhar, é só ir lá no COMPERJ. Pergunta para a PETROBRAS quais são os contratos do COMPERJ, e quais que estão em andamento, quais que estão com problema, quais que estão em dia com o cronograma. A PETROBRAS pode responder isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Nós iremos à PETROBRAS e ao COMPERJ. Mas a afirmação de V.Sa. é de que a dificuldade das empresas é de que os contratos hoje foram apertados demais para realizar essas obras?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. E... E as empresas entrantes.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Entrantes.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na verdade, no COMPERJ talvez aconteceram alguns contratos com as empresas do grupo, que são empresas que conhecem e contrataram pelo preço correto. As empresas que não conhecem a PETROBRAS, que contrataram por um preço abaixo do que as companhias que conhecem a PETROBRAS... Não acredito que tenha uma que tenha entregado o contrato.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vamos adiante.

Segundo a denúncia do Ministério Público Federal, em trâmite na primeira instância da Justiça Federal, a prática de atos de ofício em favor das empresas cartelizadas somente ocorreu em alguns casos específicos, quando se fazia necessário, — abre aspas — “de prática necessário”.

V.Sa. pode informar quais eram esses atos de ofícios praticados pelo diretor Paulo Roberto Costa, Renato Duque e pelo gerente Barusco? Quais atos ou quais omissões essas pessoas realizaram em favor do cartel das empreiteiras, ou se não praticaram também?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Deputado, talvez eu não tenha entendido bem a pergunta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não?! Eu gostaria de saber se o Paulo Roberto Costa ou...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O senhor podia mais...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - ...ou o Renato Duque ou o Barusco, se eles, na gerência dos contratos, se, em alguns momentos, se omitiram, ou se há atos de ofício deles que eles praticaram para beneficiar o cartel.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu entendia que sim, à medida que era entregue uma lista das empresas para serem convidadas, não é? Eu entendia que eles estavam convidando aquelas companhias. Quando a gente vê a declaração do Barusco de que esse era um fato que não existia, não vejo outra coisa que pudesse acontecer, porque, de fato, o que muitas pessoas falam, até a mídia fala, de que a PETROBRAS fazia uma série de aditivos contratuais, que as companhias buscavam aditivos contratuais, tudo isso, eles não tinham autonomia para autorizar, ou não autorizar, ou ajudar nessa questão de aditivos contratuais, por



exemplo. Eu particularmente nunca vi nenhum aditivo contratual da PETROBRAS que não tivesse uma justificativa técnica muito bem fundamentada. De modo que é importante... Eu até disse isto no Ministério Público, que o poder que um diretor da PETROBRAS tem de atrapalhar é enorme, é enorme! De ajudar, é pequeno. Então, na minha opinião, eles vendiam muito mais dificuldade do que entregavam facilidade. Eu acredito que as companhias participavam muito mais por medo do que por vantagem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas eu volto aqui a uma pergunta que já fiz. V.Sa. é empresário. Nós temos, no Brasil, empresas que poderiam estar fazendo essas obras de engenharia na PETROBRAS, e não estão por uma ação tanto do cartel como da própria PETROBRAS em não chamá-las. Há empresa que foi excluída desse processo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Deputado, eu entendo que não. Quando, na prática, a gente assiste ao que aconteceu no COMPERJ — Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, entendo que não. Acredito que tenham contratos na PETROBRAS, que empresas que não têm experiência com a PETROBRAS consigam executar, até para aprender como funciona, quais são as dificuldades, quais são os grandes desafios e obstáculos que uma companhia que trabalha dentro de uma refinaria em operação, por exemplo, tem. Então, eu acho que isso é uma questão de aprendizado. Essas empresas, sobre as quais nós estamos falando, trabalham com a PETROBRAS há 30, 40 anos. É diferente isso. O que eu poderia dizer é isto. As empresas que não têm experiência na PETROBRAS têm uma dificuldade natural de trabalhar lá? O que eu podia responder para o senhor é isto: acredito que não. A PETROBRAS dá oportunidade para diversas empresas. Muitas vezes, eu... Pelo meu pensamento, achava até que a PETROBRAS estaria convidando empresas sem condições de estar competindo, oferecendo propostas. Mas eu até lembrei o que ia falar: não só empresas brasileiras. Nós tivemos exemplos. Se a gente pegar, a Unidade de Fertilizantes III, em Mato Grosso, que estava sendo desenvolvida pela SINOPEC, que é uma empresa chinesa... Aliás, é uma empresa chinesa gigante e que não conseguiu levar o contrato até o final. A PETROBRAS, recentemente, rescindiu o contrato com eles.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. falou de empresas não brasileiras que realizaram obras aqui no Brasil. V.Sa. mantém empresas fora do País? Em paraísos fiscais?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Operacionais, não. Eu tenho uma companhia fora do País, porém, de investimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em que país?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A minha é em Ilhas Virgens. Eu tenho companhia, tenho conta fora do Brasil. Entreguei todas as minhas contas e os meus extratos bancários ao Ministério Público, e todas são declaradas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. afirma, em seu Termo de Colaboração nº 1, que, em 2004 e 2005, a Setal Construção e seu grupo empresarial demonstraram-se tecnicamente insolventes. Por exemplo, houve 59 pedidos de falência, quase simultâneos, e uma dívida tributária impagável. Que isso levou a uma situação de descontinuidade de trabalho, que, apesar de 40 anos relacionados que tinha com a PETROBRAS, e que a consideravam uma das melhores empresas de engenharia do Brasil, perderam completamente a capacidade de trabalhar, não só pela situação financeira, mas também pela cadastral. Que, a partir daí, tomaram a decisão de criar uma nova companhia, a SOG Óleo e Gás S/A, com outra configuração societária. Venderam todos os seus ativos que tinham valor e construíram um pouco de capital na nova companhia. Iniciaram uma nova vida com a PETROBRAS. Foi, a partir dessa “nova vida” — entre aspas — que V.Sa. conseguiu novos e bons contratos com a PETROBRAS? V.Sa. poderia nos dizer como isso foi possível com um grupo de empresas que V.Sa., no termo de delação premiada, afirma que estava numa situação econômica muito difícil? Como é que se deu esse processo de quase insolvente a grande empresário novamente no setor de petróleo e gás?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nós, de fato, passamos por uma crise extremamente forte nesse período. Foi quando nós tivemos problemas de execução desses dois contratos com a PETROBRAS que nós ficamos sem ser chamados para novas licitações. Não tivemos problemas de execução de contratos somente com a PETROBRAS; tivemos problemas de execução de contratos com vários clientes, talvez quase que com todos os clientes. Nós atuamos no ramo de



mineração, atuamos no ramo de siderurgia, papel e celulose, petroquímica. Tínhamos uma série de contratos em andamento. Essa crise de liquidez financeira nos apertou de sobremaneira num determinado período onde toda a capacidade operacional da companhia ficou comprometida. Talvez seja algo parecido com o que tem acontecido hoje com algumas empresas que a gente acompanha pela imprensa. E nos obrigou a vender ativos que tinham valor para colocar em contratos em andamento para que eles pudessem ser terminados, e a companhia, então, gerar o ciclo seguinte. Até hoje ainda temos pendências a serem resolvidas. Talvez o nosso maior problema, que era o problema tributário, foi muito facilitado pela questão do REFIS. Então, a nossa dívida tributária, que era uma coisa impagável, virou algo pagável. E nós estamos pagando. Estamos concluindo todos os compromissos da companhia. Neste momento, vendemos ativos que tinham valor, inclusive, por exemplo, a nossa participação dentro do mercado *offshore*. Vendemos para colocar e para conclusão dos contratos. A criação da SOG foi um objetivo de trabalhar especificamente nessa questão de óleo e gás, porque se vislumbrava, à época, um volume de investimento bastante elevado pelo lado da PETROBRAS. E foi a companhia que passou a operar junto à PETROBRAS. Então esse foi o nosso histórico. A Setal ainda continua com o objetivo em outras atividades dentro do ramo de engenharia, principalmente voltado para a tecnologia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. poderia fazer que avaliação? A partir do movimento da Operação Lava-Jato, o clube de amigos ou cartel que foi desfeito ainda existe? V.Sa. ainda se beneficia dele? Como é que se encontra essa situação hoje?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Mesmo antes da Operação Lava-Jato, esse grupo se desfez. Mas... Porque muitas empresas concorrentes entre si poderiam ter alguma discussão no campo PETROBRAS; porém, concorriam em outros mercados entre si. Quer dizer, você não pode considerar que eram empresas amigas, que eram empresas que se relacionavam. E, quando houve a mudança da diretoria na PETROBRAS com a saída do Renato Duque e do Paulo Roberto, esse grupo se desfez; quer dizer, isso foi anterior a essa questão da Operação Lava-Jato. E, depois dessa instauração da Operação Lava-



Jato, acredito que as empresas nem se conversam entre si. Então, no nosso caso, por exemplo, é assim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. conhece ou conheceu o Sr. Alberto Youssef? Se conheceu, que tipo de relacionamento teve como essa pessoa?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu fui procurado quando... Quando a SOG ganhou um contrato com a PETROBRAS. Na verdade, só ganhou dois contratos com a PETROBRAS nesse período aí. Eu fui procurado pelo ex-Deputado José Janene — acredito até que ele não era mais Deputado —, onde ele se colocava como o responsável pela nomeação...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, só para esclarecimento. Quando foi a data desse contato feito com o Deputado José Janene, o primeiro? Em que ano foi especificamente?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Talvez seja o ano 2007/2008, mais ou menos. Ele se colocou como o responsável pela indicação do Paulo Roberto e colocando de que, se nós não fizéssemos uma contribuição a ele ou ao Paulo Roberto em nome dele — alguma coisa desse tipo —, nós seríamos duramente penalizados. Exatamente essa era a colocação. E, naquela oportunidade, nós participávamos de um consórcio, e o consórcio... Eu fui procurado, mas discuti esse tema lá com as empresas consorciadas e tomamos a decisão de concordar. Eu negocieei com o Janene, na época, um determinado valor — que eu não recordo mais —, e o Janene me apresentou ao Alberto Youssef, indicando que o Alberto é quem iria receber esses valores mensalmente. Naquela oportunidade, o Youssef ofereceu, disse que ele poderia oferecer, disponibilizar notas fiscais que a gente pudesse... Que nós pagaríamos. E, na verdade, esse dinheiro seria entregue a ele. Então, ele nos apresentou as empresas MO, Rigidez e mais uma que eu não me recordo do nome. Nós fizemos contratos com essas empresas e pagávamos essas empresas. Mas quem efetivamente fazia contato para... quem ligava para cobrar, para pagar, era o Youssef.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Essa questão do Janene foi antes ou depois de assinar o contrato? A conversa com o Janene foi antes do contrato ou depois?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Foi na época da assinatura do contrato. Começou antes da assinatura do contrato.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ah, é!?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E, quando o Janene teve a conversa com V.Sa. e pediu os recursos, ele disse para que queria esses recursos? Se iriam para partidos, se iriam para pessoas, se iriam para ele, se iriam para o doleiro? Ele verbalizou a razão de que ele estaria captando esses recursos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não, sinceramente eu não lembro, acredito que não. Na verdade, o que ele colocou, efetivamente, é que ele havia sido responsável pela indicação do Paulo e que, se nós não contribuíssemos, teríamos sérios problemas na execução dos contratos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. chegou a conversar com Paulo Roberto Costa sobre essa conversa, se correspondia à verdade dos fatos ou não?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Nunca fui confirmar com ele se isso era fato ou não, mas era uma coisa que se comentava no mercado. Como eu disse, nós ficamos um período fora e estamos voltando, e os comentários do mercado eram esses aí, de que o Janene era quem estava tratando dos interesses da Diretoria do Paulo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. conhece o Sr. Júlio Camargo? Se sim, desde quando e que tipo de relacionamento V.Sa. mantém ou mantinha com ele?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Conheço o Júlio Camargo, conheço o Júlio há muito tempo, talvez desde o começo dos anos 1990. O Júlio Camargo tinha a representação da Pirelli, que era um fabricante de cabos. Nós nos relacionamos por aí, comprávamos muito cabos da Pirelli através dele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., na sua delação premiada, afirma que *“A maior parte dos pagamentos de vantagens indevidas direcionadas a Renato Duque foram feitas no exterior”*, por Júlio Camargo em conta denominada *“Marinelo”*. V.Sa. pode descrever como se davam essas transações?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Tem um pouco de interpretação. A interpretação não é exatamente essa, não é? O que eu disse aqui sobre os pagamentos das comissões para o Renato Duque é que, na sua maioria, foram feitos no exterior, numa conta corrente que tem esse nome aí — Marinelo. E o Júlio Camargo fez uma parte desses pagamentos. Nós fizemos um contrato com



uma empresa do Júlio, e ele fez uma parte desses pagamentos lá fora. Mas não foi a maioria; ao contrário, foi uma pequena parte.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - No seu termo de delação premiada, V.Sa. também afirma que conversou pessoalmente com João Vaccari Neto no escritório deste, no Diretório do PT, em São Paulo, no ano de 2008; e disse que gostaria de fazer contribuições ao Partido dos Trabalhadores; perguntou a ele como elas poderiam ser feitas, e que Vaccari explicou como fazê-las. Disse que, em tal ocasião, o declarante não mencionou a Vaccari que as doações seriam feitas a pedido de Renato Duque. V.Sa. poderia esclarecer e detalhar melhor essa sua afirmação no Termo de Colaboração nº 7?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. A minha conversa pelo lado da Diretoria de Serviços sempre acontecia com o Duque ou o Barusco, que eram os dois interlocutores que eu tinha na Diretoria de Serviços; foi com quem eu discuti valores, foi com quem eu acertei pagamentos. O Duque, em algumas oportunidades, me pediu para que eu fizesse contribuições ao Partido dos Trabalhadores. Na primeira vez, eu fui procurar o João Vaccari no escritório do PT, e fui dizendo a ele que tinha interesse de fazer contribuição para o partido, como é que eu deveria fazer. E ele me indicou, naquela primeira vez, aonde a gente deveria contribuir. Nós fizemos contribuição. O Duque me pediu, outras vezes, também. Voltei a falar com ele, fizemos outras contribuições. Tenho todas as contribuições detalhadas, os comprovantes entregues, tudo isso, no meu depoimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quantas vezes V.Sa. esteve reunido com o Sr. João Vaccari? Poucas? Muitas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Algumas vezes... Não, sei lá... Talvez dez. O que efetivamente acontecia é que, dos valores que eu me comprometi a pagar a ele, ele parcelava, para eu fazer esses pagamentos em parcelas. Muitas vezes a gente atrasava — não é? — porque tinha problema de caixa. Às vezes, ele me ligava, e eu conversava com ele; às vezes, ia lá para dizer que a gente pagaria em outra oportunidade. Mas eu não sei precisamente dizer quantas vezes eu estive com ele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas que V.Sa...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não foram muitas.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não foram muitas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. fez algum pagamento ao Sr. Renato Duque, ao Sr. Pedro Barusco ou ao Sr. Paulo Roberto Costa? Fez algum pagamento de comissões a eles, ou propinas a eles, a essas pessoas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O senhor fala...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Renato Duque...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Se eu entreguei diretamente dinheiro a eles?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ou direta ou indiretamente.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, indiretamente, sim — não é? Indiretamente, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A quem? A Renato Duque?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ao Renato Duque, ao Pedro Barusco e ao Paulo Roberto, que eu entendo. Porque, quando eu entregava o dinheiro para o Youssef ou pagava nota para o Youssef, eu entendo que era como se eu estivesse pagando ao Paulo Roberto. Na questão do Duque e do Barusco, eu nunca entreguei nenhum dinheiro, fisicamente, a eles. Mas me indicaram uma conta em que eu fiz depósitos, e mandaram retirar dinheiro, também. Mas, diretamente, a nenhum dos três.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E, além do Partido dos Trabalhadores, o senhor fez doações legais a outros partidos políticos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... sim. Fizemos doações a diversos partidos políticos, porém não relacionadas a esta questão. Não a pedido deles. Não a pedido de nenhum dos três.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E quais são? Para quais outros partidos V.Sa. fez doações?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Eu não arriscaria falar agora, por, de repente, falar algo importante sem saber. Mas eu posso ver, posso me informar, porque são doações legais, Nós, muitas vezes... Eu poderia talvez até... Sempre contribuimos com partidos políticos ou com políticos. A gente entende que essas contribuições são importantes para as campanhas políticas.



**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Se o Relator me permite, V.Sa. pode declinar aqui que vantagens, legais ou ilegais, o Sr. Vaccari pode ter propiciado a V.Sa., para que o senhor fizesse esses depósitos na conta do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, ele... O Sr. Vaccari nunca me ofereceu nenhuma vantagem, nem legal nem ilegal. Nunca, nunca conversei com ele sobre nenhuma vantagem. Talvez nunca tenha visto ele como quem tenha poder de oferecer alguma vantagem.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É o Renato Duque quem pediu que fizesse a doação?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, é o Renato Duque.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E em troca dessa doação ao Partido dos Trabalhadores lhe foi oferecida alguma vantagem ilegal?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, está com o Relator ainda a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só dizer que a permissão foi dada por V.Exa. A palavra está garantida a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Relator pode dar apartes, Sr. Presidente? O Relator permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se for da vontade do Relator...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Se puder, eu já estou solicitando um aparte, então.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu também quero solicitar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu gostaria que o Relator respondesse pelo menos à pergunta que eu fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É impressionante como os ânimos oscilam! Estávamos em uma paz, e agora estamos caminhando já para um tumulto. Vamos manter a paz para que o Relator possa concluir. E V.Exas. estão quase todos inscritos e terão a oportunidade de falar, e nós atentamente iremos ouvir os questionamentos e os esclarecimentos de V.Exas.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** É que tanto o Deputado Afonso como o Deputado Izalci fizeram breves intervenções que, no meu entender, ajudavam. Mas daí partir para um processo de inquisição...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, mas é só uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Teremos que aguardar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só uma perguntinha, Relator.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E com os cinco..

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Peço novamente ao Relator que fale um pouco mais alto no microfone. A gente quase não está ouvindo as perguntas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. conhece o Sr. Fernando Antônio Falcão Soares, chamado de Fernando Baiano? Teve algum contato com ele?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O ex-Deputado José Janene, quando ele esteve com V.Sa., ele pediu em nome pessoal, pediu em nome de partido, pediu pra outras pessoas? Ou não relatou essa questão?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Olhe, sinceramente, eu não lembro, Deputado. Eu lembro, sim, que ele falou em nome do Paulo Roberto; ele falou como ele pessoalmente tivesse sido o responsável pela indicação do Paulo Roberto, e por conta disso é que ele estava cobrando uma contribuição.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, aqui indo para a Refinaria Abreu e Lima, na delação premiada V.Sa. afirma que teve uma percepção de que as empresas que faziam parte do suposto clube VIP excluíram as demais, ou seja, abocanharam o pacote de obras sozinhas. V.Sa. poderia nos dizer como isso ocorreu, e se é afirmativa essa interpretação que tenho, a partir da sua delação premiada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Dentro desse grupo de empresas existiam empresas de maior porte e empresas de menor porte. E a minha percepção é de que, num determinado momento pra frente, existia aí um alinhamento de pensamento e comportamento das empresas de maior porte, de modo que acabava prevalecendo a opinião deles em relação ao restante do grupo. Então, daí vem a minha percepção de que existia um grupo dentro do grupo. Esse grupo das empresas maiores acabava controlando, ou tendo um poder sobre a



decisão final do grupo de todas as companhias. Essa é a minha percepção. No caso da RNEST, durante as discussões de mercado, quem ficaria com qual oportunidade, as grandes companhias disseram assim: *“Olhe, vocês discutam sobre essas oportunidades, e nós saímos fora dessa discussão. Nós ficaremos com as licitações da RNEST”*. Na época, o que se imaginava das licitações da RNEST é que seriam efetivamente pacotes menores e que a coisa fosse equilibrada. Depois, quando a RNEST veio para a fase de contratação, os pacotes que a PETROBRAS preparou para a RNEST eram pacotes grandes que acabaram, né, ficando com as grandes empresas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A última grande polêmica envolvendo V.Sa. e toda essa questão da Operação Lava-Jato envolve a editora Gráfica Atitude.

No dia 31 de março, no termo de colaboração complementar prestado ao Ministério Público Federal V.Sa. trouxe à investigação da Operação Lava-Jato um elemento novo, ao afirmar que *“os repasses feitos a pedido da diretoria de serviços da PETROBRAS, em decorrência dos contratos por essas conduzidos, eram feitos de três formas. Uma das quais: doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores, a partir de contribuições mediante pagamento da editora Gráfica Atitude, sediada em São Paulo.”*

Segundo V.Sa., João Vaccari pediu que fossem feitos anúncios das empresas de V.Sa., ligadas a V.Sa. na gráfica Atitude, sem contudo saber se os anúncios realmente foram feitos. V.Sa. afirmou que foram efetuados pagamentos da ordem de 2,5 milhões, sendo esses feitos de forma parcelada nos anos de 2010, 2011 e 2013, a pedido de Vaccari.

V.Sa. consignou também que, para justificar tais pagamentos, foram firmados contratos de prestação de serviço, provavelmente entre a editora SETEC Tecnologia S/A e a SOG Óleo e Gás, com a editora Gráfica Atitude.

V.Sa. assegurou que as reuniões que manteve com Vaccari para tratar sobre pagamento da editora Gráfica ocorreram, na maioria das vezes, na sede do PT, em São Paulo.

É isso mesmo que V.Sa. tem a acrescentar a esse termo de colaboração prestado ao Ministério Público Federal?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É isso mesmo. É exatamente isso que eu prestei lá, no meu termo de colaboração. Na verdade, eu não me lembrava dessa situação. Também, não... Quando me falaram, eu não consegui juntar, ligar o nome de Gráfica Atitude com essa questão, porque, na verdade, a gente falou de uma revista, e a Gráfica produz essa revista. Então, para mim a referência era a revista. Mas, de fato, dentre as contribuições que nós nos propusemos a fazer, em duas oportunidades, é, o Vaccari me indicou que fossem feitos os contratos com essa revista, e que nós teríamos a oportunidade de, até junto à revista, defender questões ligadas à indústria, que acabaram sendo feitas bem parcialmente. Por isso, nós fizemos dois contratos com essa editora que produzia a revista ou que produz a revista, e acabamos pagando por eles.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quando foi? Quanto foi o valor?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A voz está com o Relator. Dois milhões e meio. É o que V.Sa. assegurou.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, é.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. disse assim: "*Nós nos comprometemos a fazer.*" O que é "nos comprometermos"? É porque, quando o Janene procurou V.Sa., ele disse: "*Se não contribuir, nós vamos atrapalhar, vamos criar dificuldades.*" O Vaccari, quando o procurou, fez também essa ameaça ou não?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na verdade, ele não me procurou, fui eu que o procurei. Mas ele não fez essa ameaça. Pelo lado da Diretoria de Serviços lá do Renato Duque, ele efetivamente nunca verbalizou para mim e disse: "*Olha, se você não contribuir, você... vou te atrapalhar.*" Mas era uma coisa muito visível, muito evidente. A contribuição ali era no sentido de não ser atrapalhado, nunca pelo lado de ele dizer assim: "*Não, contribua, porque eu vou te ajudar.*"

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora V.Sa., como disse, tem uma longa história na PETROBRAS. E ao longo dos anos de trabalho na PETROBRAS com essas empresas se constituiu uma prática e uma dinâmica a contribuição com partidos, com campanhas políticas ao longo da sua trajetória profissional?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, nunca houve uma conexão entre a relação da PETROBRAS e contribuições a partidos políticos. As nossas contribuições a partidos políticos sempre foram espontâneas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Havendo necessidade, retornarei aos autores do requerimento, Sub-Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos nossos trabalhos, vamos ouvir agora os Sub-Relatores.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, está tendo uma votação nominal neste momento. V.Exa. poderia dar uma pausa de 5 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós não vamos fazer pausa, Deputado Ivan, pedimos que seja feito o rodízio. V.Exa. pode se deslocar ao plenário.

Agora falará o Deputado Altineu Côrtes, por até 10 minutos.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Augusto Mendonça Neto, quantas vezes o senhor esteve com o Sr. José Dirceu?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Estive algumas vezes com ele.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Para tratar de que assuntos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nunca tratei com ele assuntos relativos, especificamente, a essas questões da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quais os assuntos que o senhor tratou com ele, então?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Tratei assuntos institucionais, como eu disse, do mercado *offshore*, até a época em que ele era Ministro. Mesmo depois de Ministro, encontrei com ele em algumas oportunidades em eventos, principalmente durante as fases de campanha política, e a nossa conversa sempre girou em torno disso aí.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Qual a última reunião que o senhor teve com o Sr. José Dirceu?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Olha, eu não poderia dizer propriamente que eu tive reuniões com ele, talvez...



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Último encontro?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Faz muito tempo. Talvez seja durante a campanha de 2010, por aí.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Em 2010? Ele estava... 2010?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu acredito que ele... Ele não era mais Deputado, né, em 2010.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se ele não era mais Deputado, não fazia mais parte do Governo, por que o senhor se encontrou com ele para tratar de assuntos institucionais, e que assuntos eram esses?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, eu encontrei com ele durante um evento. A última vez que o encontrei foi durante um evento de uma campanha política. Então, aliás, isso foi no Rio de Janeiro. Mas é provável que tenha sido no ano de 2010.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor é amigo dele?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor foi amigo dele?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Na RNEST e no COMPERJ... Na RNEST o senhor disse que foi um divisor de águas, numa declaração do senhor. E o senhor também disse que as propinas eram de 3%. Na RNEST e no COMPERJ, como esses preços foram, vamos dizer, uma festa, as propinas eram maiores?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, na nossa... no nosso caso e até onde eu tenho ouvido de mercado pelo lado da Diretoria de Abastecimento, eles tinham como referência um percentual de 1%, mas eu particularmente discuti valores...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o senhor acha que houve propinas maiores que 3% nesses dois empreendimentos da PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não acredito, eu nunca ouvi falar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, só quem lucrou foram os empresários, porque eles aumentaram o preço, mas o pessoal da PETROBRAS não pediu a propina, eles se contentaram com 3%. O senhor acha que foi isso?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Porque o senhor...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É difícil eu fazer a afirmação de que eles aumentaram o preço.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É porque o senhor foi Presidente da ABENAV até 2014. Então, a relação do senhor é extremamente forte com todas essas empresas. Eles nunca comentaram que ninguém estava pressionando para dar uma propina maior, quando esse negócio era tão bom?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, nunca ouvi isso de que estavam pressionando. Mas só para esclarecer, a ABENAV é uma instituição, é uma instituição que tem empresas voltadas ao mercado de construção *offshore* e naval. E, dentro deste mercado da construção *offshore*, nunca houve essa questão de combinação ou de clube, ou...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É, mas as empresas, às vezes, eram as mesmas empresas. Empresas que participavam do *onshore* participavam do *offshore*.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, o senhor está me dizendo que elas combinavam os preços para fazer refinarias e outras obras da PETROBRAS *onshore*, mas no *offshore* elas não conversavam? Elas só combinavam o cartel quando as obras eram *onshore*? Isso me parece estranho!

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Na verdade, nos casos *onshore*, as empresas não combinavam preços, né, elas combinavam quem ficaria com a oportunidade. No caso das obras *offshore*, nunca se combinou nada, apesar de que algumas empresas que participavam do *onshore* participavam também do *offshore*. Não eram todas, mas algumas.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Augusto, existe uma contradição nas delações premiadas que eu considero muito perigosa ou para o senhor ou para os outros. Paulo Roberto Costa ou um executivo da Camargo Corrêa — não quero errar aqui, mas talvez Dalton Avancini —, não sei qual dos dois executivos comentou, um deles comentou, inclusive agora, na última semana, saiu até na televisão isso, que era fácil colocar no preço da PETROBRAS para dar a propina,



porque tinha margem para colocar. Então, eles colocavam no preço. E o senhor e o Paulo Roberto Costa disseram, em delação premiada, que saía do lucro das empresas.

Então, quem está mentindo? O senhor e o Paulo Roberto Costa, que defendem que saiu do lucro das empresas, ou a delação da Camargo Corrêa, que diz que, além do lucro, eles colocavam um sobrepreço para pagar a propina?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Na verdade, o que eu disse é que o assunto do pagamento das comissões saía da margem das empresas. Voltando aqui a um ponto que eu falei aqui pela manhã, a PETROBRAS tem um sistema — eu não sei se o senhor estava aqui na hora em que eu falei...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não, eu ouvi o senhor falar daquela margem, não é?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, a PETROBRAS tem um sistema de preparação de preços para os investimentos dela muito acurado, né? A PETROBRAS tem uma equipe grande e boa, competente, preparando o custo dos empreendimentos que ela vai fazer. Esta equipe apresenta o seu preço como se fosse uma proposta junto com as outras proponentes no dia da abertura de preços. Quem tem acesso a esta informação é somente a Comissão de Licitação. Mas, muitas vezes, a Comissão de Licitação informa, não sei se todas, mas, muitas vezes, a Comissão de Licitação informa este preço, até para ser uma referência de discussão com os proponentes. A PETROBRAS tem o hábito de, qualquer que seja a empresa que vença uma licitação, acabar chamando essa empresa para fazer uma negociação. Então, você participa de uma licitação lá na PETROBRAS, tem o melhor preço, aí ela ainda te chama...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Entendi.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... para discutir o preço. Por quê? Porque ela só abre a proposta detalhada da empresa vencedora. Quando ela abre a proposta detalhada, ela compara, item a item, com a proposta interna da PETROBRAS. E quando encontra discrepâncias para maior, ela quer que a companhia reduza o preço. De modo que, numa situação como essa, a gente não pode dizer que tem superfaturamento.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É, mas também não pode dizer que não tem, porque vocês dizem que é dentro da margem... Eu entendi o que o senhor falou, mas para mim existe uma contradição nessas delações premiadas, porque o senhor também não pode afirmar que estava dentro da margem de lucro da empresa, porque na Camargo Corrêa, por exemplo, quem fez as propostas, quem fez a corrupção, quem pagou a propina, como a Camargo Corrêa, eles dizem que colocavam no preço. Então, era além da margem de lucro da empresa. Por isso existe essa contradição.

Mas, Sr. Presidente, como temos 10 minutos, normalmente as pessoas fazem todas as perguntas e o depoente responde depois dos 10 minutos. Então, vou fazer mais uma pergunta. Depois vou fazer mais algumas perguntas para ele responder depois do meu tempo, como é de praxe aqui.

Eu gostaria de saber o seguinte do senhor: quando começou esse processo, a PETROBRAS lá atrás não tinha, como o senhor disse, um histórico de construções aqui no Brasil, como, por exemplo, a questão das plataformas. O senhor participou ativamente disso. Então, para a PETROBRAS fazer um custo, as próprias empresas ajudaram a PETROBRAS a fazer os custos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Só para esclarecer um pouco melhor, o assunto das plataformas — a PETROBRAS e o Governo brasileiro — incentivou muito a criação de novas companhias, principalmente associadas a empresas estrangeiras para adquirirem tecnologia para a fabricação das plataformas aqui no Brasil. Isso aconteceu na década, no final da década de 70, quando se descobriu a Bacia de Campos. E isso aqui nada mais foi do que uma réplica do que foi aplicado lá no Reino Unido, na Inglaterra, na exploração do Mar do Norte.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu estou satisfeito com a resposta do senhor. O senhor já tinha respondido isso.

Sr. Presidente, eu gostaria agora de fazer só as perguntas finais. Seria o seguinte: o senhor disse que os aditivos eram técnicos, e me parece isso uma incoerência, porque, se os aditivos eram técnicos, como é que pode um projeto, como o senhor mesmo citou, que foi um divisor de águas, como RNEST, como COMPERJ, as cidades estão falidas lá, as pessoas estão passando fome na nossa cidade de Itaboraí, de São Gonçalo, onde tem essas obras da PETROBRAS, quer



dizer, vocês participaram dessa tragédia que o Brasil está passando, se os aditivos foram técnicos, então os projetos eram malfeitos? Era uma incompetência da PETROBRAS? Essa é uma pergunta que eu faço para o senhor. Porque se faz um projeto que custa 2 bi, depois passa para 40, dá aditivo para 40? Quer dizer, os aditivos eram técnicos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, estou permitindo que V.Exa. exceda o tempo para perguntar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Para perguntar. Então, esta é uma pergunta: se os aditivos eram técnicos e se os projetos eram malfeitos.

Outra coisa é o seguinte: a corrupção generalizada no setor de serviços. O senhor tem 40 anos de trato com a PETROBRAS. O senhor poderia me dizer, mesmo o senhor não tendo dado nenhuma propina, que, além do Renato Duque, do Pedro Barusco, engenheiros, gerentes, eles também participavam? Porque eu considero que é impossível se fazer um projeto com aditivos. O senhor acha que havia participação de outras pessoas, mesmo o senhor não tendo colocado ou dado propina a outras pessoas?

Uma outra pergunta: o senhor, como foi Presidente da ABENAV, essas discussões de que obras ficavam para que empresa, quando existia uma obra pela qual duas ou três empresas se interessavam e não queriam abrir mão, o Sr. Renato Duque ou o Sr. Paulo Roberto Costa intervinham nisso? Eles diziam: *“Deixa a obra tal para fulano fazer; depois a gente o compensa. Liga aí para a empreiteira tal”*. O senhor já participou de uma situação como essa ou era só decidida entre as empresas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Queira concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Para concluir: o senhor considera que, diante disso tudo, havia concorrência nas licitações da PETROBRAS? Eu acho que não. E as empresas tinham influência também sobre a Comissão de Licitação diretamente?

Seriam essas as minhas considerações. A última seria: as empresas defeniam quais os projetos eram licitados? Quer dizer, antes da compra, as empresas ajudavam a definir? *“Vamos fazer essa... Faz essa primeiro, depois faz*



*aquela, toca esse projeto primeiro; depois...*” A empresa intervinha também nessas decisões internas da PETROBRAS?

Sr. Augusto Mendonça Neto, muito obrigado.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, a primeira pergunta é relativa aos aditivos, se os aditivos eram técnicos. Vou juntar com a Pergunta nº 2, se existia a participação de outras pessoas. Os aditivos sempre foram discutidos tecnicamente, talvez à exaustão, com o pessoal técnico da PETROBRAS. Para explicar um pouco melhor: dentro de um empreendimento numa refinaria, existe um grupo de fiscalização da PETROBRAS. Esse grupo de fiscalização se relaciona com o grupo de gestão da empresa. Talvez tenha, sim, a mesma estrutura. Como a empresa tem lá, vamos dizer, um diretor de projeto — cada empresa tem um nome para chamar o chefe da obra... Vamos supor que a empresa tenha um diretor de projeto; a fiscalização tem um chefe, tem um coordenador da fiscalização. Acima do diretor...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Até para encurtar — o senhor me desculpe —, vamos tomar menos tempo. Os fiscais, os engenheiros, os gerentes assinavam aquilo ali, eles ajudavam a montar. Ninguém levava nada? Essa é a minha pergunta.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, ninguém levava nada. Essa discussão é extremamente técnica. Quando o senhor pergunta se o projeto era malfeito, o projeto não era malfeito. O que acontece é que a complexidade da coisa é muito grande. Na verdade, quando você começa a desenvolver um projeto, aparecem coisas que não estariam previstas ou não poderiam ser previstas. Eu até discuti muitas vezes essa questão com a PETROBRAS, porque isso aí é muito ruim para a empresa. Não é ruim só para a PETROBRAS. É ruim para a empresa. E o que eles me alegavam é o seguinte: descobrem um poço; começam a fazer um teste que eles chamam de teste de longa duração, ou seja, eles põem uma plataforma lá para produzir óleo; eles começam a tirar o óleo e examinar qual é o tipo de óleo para saber qual é o valor API, qual é a quantidade de enxofre e por aí vai, qual é a característica do óleo. Em cima disso, eles desenvolvem um projeto de uma plataforma. Contratam uma plataforma. Começa-se a desenvolver a engenharia da plataforma. Começa-se a executar a



plataforma. São 5 anos esse ciclo. Nesse meio tempo, eles vão perfurando outros poços para poder fazer a implantação da plataforma. Aí começam a aparecer óleos com características diferentes. Aí o cara descobre que, no campo, tem pressão diferente, tem óleo diferente. Isso acaba com que tenha que haver uma revisão do projeto; senão, aquela plataforma não vai funcionar. Então, essas situações acontecem. Os empreendimentos são de ciclo longo. Então, isso é possível, isso acontece, né? Mudança de equipamentos, enfim, isso acontece. A gente nunca poderia dizer que o projeto da PETROBRAS é malfeito, ao contrário. Não sei, eu respondi à pergunta do senhor ou não? Eu só respondi a primeira.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Está o.k. Faltam as outras.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na verdade, eu nunca vi participação de nenhuma outra pessoa, além dessas três que eu falei. Na declaração do Barusco, fiquei sabendo que havia outras pessoas, mas eu acho que muito mais ligadas à fase dele que foi para a Sete Brasil do que à PETROBRAS. O senhor falou da ABENAV. Efetivamente, eu fui Presidente da ABENAV até recentemente. Saí, quando tomei a decisão de fazer o meu termo de colaboração. A ABENAV nunca teve nenhuma relação, nenhuma contribuição, nenhuma participação com essa questão, nem de clube, nem de comissão, nem de nada, até porque a ABENAV era ligada mais à construção *offshore* e naval. E, nesses setores, nunca aconteceu nada disso. Junto com essa pergunta, o senhor fez a pergunta se, quando mais de uma empresa tinha interesse por um empreendimento, havia alguma intervenção dos Diretores da PETROBRAS. Não havia. Esta questão era resolvida entre as próprias empresas. Elas é que tinham que discutir para definir quem ficaria com a oportunidade e, em muitas situações, acabaram por não fazer acordo, e as companhias foram... E isso aconteceu diversas vezes, de não ter acordo ou ter empresas convidadas fora da lista. Aí as companhias eram liberadas para cada uma apresentar a sua proposta, e havia uma competição.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, sim, me desculpe. A quarta pergunta talvez seja um pouco ligada à pergunta anterior. Em muitas situações, acontecia, sim, uma concorrência ferrenha entre as companhias. E aí a gente pode ver que a variação de preço entre essas situações não é muito diferente.



Daí vem a afirmação da pessoa da Camargo que falou que era fácil para colocar no preço. Depende um pouco de companhia para companhia, porque, de repente, o que ele dizia que era fácil é o seguinte: eu conseguia tirar da margem e colocar separado; era fácil de eu resolver isso, internamente, dentro da minha companhia.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se estava combinado entre as empresas, então *“coloca o preço um pouquinho mais alto, que eu vou aumentar o meu!”*. Ele quis dizer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Queira concluir, Deputado. Nós temos ainda muitas pessoas inscritas, e todos querem questionar. Sr. Augusto Mendonça, peço que o senhor conclua as respostas do Deputado Altineu, para que a gente possa seguir para os próximos Sub-Relatores.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, a outra pergunta é se havia interferência das empresas nas Comissões de Licitação. Não, nunca soube disso. Nunca soube de nenhuma conversa com nenhuma empresa em Comissão de Licitação. Aliás, eu acho até que a Comissão de Licitação talvez não tivesse nenhum poder de ajudar ninguém. Não vejo assim. E, por último, se as empresas interferiam no plano da PETROBRAS. Não interferiam. A PETROBRAS faz um plano de negócios plurianual e, naquele plano de negócios, ela coloca o que pretende fazer nos próximos anos. A partir daí, as empresas imaginam o que vai ser contratado nos próximos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, passamos ao próximo Sub-Relator, Deputado Bruno Covas. V.Exa. tem até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Augusto Mendonça, no depoimento que V.Sa. prestou ao Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, em 9 de fevereiro de 2015, V.Sa., sob o compromisso legal de dizer a verdade, declarou que a PETROBRAS não tinha conhecimento da combinação entre as empresas que prestavam serviço à estatal, que formavam um clube no final da década de 90, para que não houvesse competição entre elas.

Declarou, ainda, que esse acordo, contudo, não era efetivo, já que a PETROBRAS não colaborava com as empresas do clube e chamava outras empresas para participar de suas licitações, bem como que, como acontecia com frequência, empresas que não estavam no clube venciam os certames.



Afirmou também que nunca soube da existência de pagamento de propina a funcionários da PETROBRAS, antes do ajuste das empresas do clube com Paulo Roberto Costa e Renato Duque. V.Sa. confirma essa informação?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, confirmo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Perfeito. A partir de que data os Diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque, com auxílio do Sr. Pedro Barusco, começaram a participar desse esquema?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, eu não sei precisar, porque teve um período em que nós ficamos fora, mas acredito que tenha sido entre os anos de 2004 e de 2006.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Perfeito. É correto afirmar que a participação dos Diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque se dava no sentido de assegurar que a PETROBRAS, no âmbito das respectivas Diretorias, só contratasse as empresas do clube?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Desculpe-me, mas o senhor poderia perguntar de novo?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Claro! É correto afirmar que a participação dos Diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque se dava no sentido de assegurar que a PETROBRAS, no âmbito das suas respectivas Diretorias, só contratasse as empresas do clube?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não é, vamos dizer, 100% correto afirmar isso. Eu, à época, tinha a sensação de que existia uma lista das empresas que eram entregues aos Diretores para que o convite fosse restrito àquelas companhias. Mas hoje, vendo o depoimento do Barusco, não teria por que ele dizer de forma diferente, dizer que essa lista efetivamente não existia, que a lista das empresas a serem convidadas saía do cadastro de uma análise, vamos dizer, de uma análise de um requisito técnico da obra em cima do cadastro da PETROBRAS. De modo que eu não sei responder a essa pergunta.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. afirmou, em delação premiada, que negociou o pagamento da propina diretamente com o Renato Duque e acertou a pagar a quantia de 50 a 60 milhões, o que foi feito entre os anos de 2008 e 2011, e que os pagamentos foram feitos de três formas: parcelas em dinheiro, remessas em



contas indicadas no exterior e doações oficiais ao PT. Também afirmou que a conversa com o ex-Tesoureiro do PT atualmente preso, João Vaccari Neto, ocorreu no Diretório do PT, em São Paulo, no ano de 2008. Nessa conversa, V.Sa. teria dito que gostaria de fazer contribuições ao PT e perguntou a ele como poderiam ser feitas, recendo as explicações necessárias.

Diante disso, indago: como é que o senhor se apresentou ao Sr. João Vaccari Neto? Como é que o senhor o encontrou no Diretório? Houve algum contato telefônico prévio ou algum tipo de combinação de local e hora? João Vaccari Neto perguntou o seu nome, a sua profissão, onde o senhor trabalhava?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu recebi uma indicação do Renato Duque para que fizesse a contribuição ao partido e que isso fosse feito no Diretório Nacional, com ele, que era o Tesoureiro. Eu liguei para o Diretório, marquei um horário e fui lá conversar com ele. Naturalmente, eu tive um envolvimento muito grande em toda essa questão do desenvolvimento e do suporte às empresas brasileiras. Isso teve um impulso muito grande dentro do Governo do PT, desde o primeiro ano, com a criação de um programa chamado PROMINP. Aliás, nesse Programa, no primeiro ano, a reunião aconteceu em Angra dos Reis, até porque o Estaleiro de Angra dos Reis era um exemplo da retomada dessa atividade. Então eu tive uma participação extremamente intensa com isso no pré e durante a continuidade. De modo que eu tinha uma simpatia natural pela causa. Até a minha participação institucional era voltada para esse tema.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor sabe dizer em que sala ocorreu essa reunião?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Perto da Praça da Sé, em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. João Vaccari Neto, portanto, em 2008, já era um dos responsáveis financeiros pelo PT.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Houve alguma explicação sobre o que era o Partido dos Trabalhadores, suas atividades? V.Sa. recebeu alguma cartilha, estatuto ou explicações sobre a ideologia do partido?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Houve alguma explicação do que seria feito com o recurso doado?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Na conversa, ficou claro que o senhor estava indo lá a pedido do Sr. Renato Duque?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. continua a tratar ou ter contato com João Vaccari Neto? Por quantas vezes?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Foi a única...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não. Eu tive outros contatos com ele, até porque nossas contribuições eram...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quantos contatos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, não lembro exatamente quantos. Podem ser dez, doze. As nossas contribuições foram parceladas ao longo do tempo. Em algumas situações, a gente precisava atrasar um pouco, para pagar depois. Ele me cobrava ou às vezes até eu ligava para ele para dizer que a gente faria mais para a frente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Então, só para entender: o senhor ligou lá, falou: *“Olha, o meu nome é Augusto Mendonça Neto. Quero ser um doador do PT”*. O senhor passou a fazer pagamentos, aí, inclusive, parcelados. Em nenhum momento ele questionou por que o senhor estava doando?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Indagado por mim nesta CPI, o Sr. Glauco Legatti, ex-Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, RNEST, afirmou que os custos da refinaria são condizentes com a realidade do custo do empreendimento. V.Sa., por sua vez, afirmou, em delação premiada, que na RNEST algo diferente aconteceu, pois, diferente de antes, quando as licitações sempre eram discutidas e apertadas no âmbito do orçamento da PETROBRAS, as contratações da empresa do Clube VIP para as obras da RNEST foram por preços mais altos. Quem está falando a verdade, o senhor ou o Sr. Glauco Legatti?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, na verdade, um pouco da resposta é que eu estava dando na fase aqui anterior. Estas empresas que participaram da RNEST, que foram as maiores empresas do nosso setor, olhando depois os valores comparativamente contratados ao orçamento da PETROBRAS, elas sempre se aproximaram ao limite máximo da PETROBRAS. Como eu havia falado aqui, o orçamento da PETROBRAS é muito benfeito, ele é muito bem-avaliado. Porém, existe um componente importante dentro do orçamento, que é a questão do risco do empreendimento, onde a PETROBRAS, eu diria assim, ela tem menos experiência e ela tem uma visão muito mais pró-PETROBRAS do que pró-mercado. Se a gente pensar na situação da RNEST, onde se teria lá uma concentração de 50 a 60 mil pessoas, as condições de gestão ali, para questão de greve e para questão de aumento salarial, elas seriam muito mais complexas, como, de fato, foram. Se há uma coisa que a PETROBRAS não coloca — vamos dizer, não sei como ela considera isso na composição do preço, mas para a empresa esse resultado é direto —, nas situações de greve, a PETROBRAS não paga nenhum adicional, não paga nenhum extra para a companhia. Então, todos os custos relativos a essa paralisação de greve acabam ficando com a própria companhia. E houve situações onde você teve 90 dias de greve. Então, você imagina o risco que existe de você ter lá 5 mil pessoas paradas durante 90 dias, além do que você não produz, não fatura e paga aos fornecedores da mesma forma. Quer dizer, isso aí traz um transtorno contratual enorme. É uma situação de risco. Então, é difícil a gente falar na COMPERJ, ah, desculpe-me...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - RNEST.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... na RNEST, onde você não tinha, vamos dizer, um local, onde você não tem mão de obra especializada, vamos falar: para construir uma refinaria em São Paulo, não tenha dúvida de que você tem mão de obra especializada. Agora, no Recife, em Pernambuco, você não tem mão de obra especializada. Você vai ter que mobilizar lá 50 mil pessoas para trabalhar durante 4 ou 5 anos. O que vai acontecer ali a nível de dissídio salarial, aumento salarial? Enfim, são situações de risco que têm que ser analisadas empresa por empresa. Eu estou falando sobre a minha percepção, olhando pelo lado de fora. Eu não executei, nós não executamos nenhum contrato



na RNEST, para poder dizer efetivamente o que aconteceu. E também não acompanhei de perto. Soube que houve várias questões trabalhistas lá que foram problemas. Nós também enfrentamos isso em outras refinarias. Mas, então, dentro desse quadro aí, eu acredito que o Glauco possa dizer: *“Isso está dentro de um parâmetro de preço internacional”*, porque isso faz parte da composição do preço mesmo, certo? Então, acho que as duas interpretações não são conflitantes, no meu ponto de vista.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Passo a um último grupo de perguntas, Presidente, aqui com a sua complacência.

V.Sa. afirmou, em delação premiada, que, para gerar a saída de recursos do consórcio, a SETEC e a PEM Engenharia fizeram contratos simulados com várias empresas, e que os contratos simulados eram de aluguel de equipamentos e terraplanagem para as obras da REPAR, e que apresentou naquela oportunidade as notas fiscais para comprovar o que falava, sendo as empresas pagas, na sua grande maioria, por transferências bancárias, por conta e ordem da SETEC, por conta das empresas Tipuana e PROJETEC, e as empresas destinatárias disponibilizavam reais em espécie ou remetiam os valores ao exterior. Diante disso, indago a V.Sa: essa engenharia de corrupção foi sugerida ou criada por quem? Quem operava esse esquema? Quem redigiu esses contratos? Quem indicou essas empresas? E quem indicou as contas no exterior?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, nós, para podermos dar saída aos recursos ou fazer com que o dinheiro saísse da nossa conta para parar nas contas indicadas... Esse caso específico que o senhor está falando é relativo à Diretoria de Serviços. Então, para o dinheiro sair da nossa conta e parar nas contas indicadas pelo Renato Duque e pelo Pedro Barusco, precisava haver uma forma contábil de que esse recurso pudesse sair daqui e ir para lá. No caso do Youssef, ele mesmo indicou algumas empresas. Eles davam a nota, a gente pagava, e eram feitos os contratos de prestação de serviços — e na verdade não existiam os serviços. Nesse caso nós tivemos que procurar quem pudesse fazer essa parte do trabalho, quem pudesse pegar o nosso dinheiro e depositar na conta deles. E aí surgiu uma empresa. Eu não lembro exatamente qual foi a primeira, mas no final acho que foram quatro ou cinco. Está aí no meu termo de depoimento: era



Soterra — foge-me o nome aqui —, Rock Star, enfim, eram quatro ou cinco empresas. Depois de algum tempo, nós ficamos sabendo que todas elas pertenciam talvez à mesma pessoa, ao mesmo grupo. Na época, era a mesma pessoa. Não conheci, mas fiquei sabendo disso por conta do caso da Delta, na CPI do Cachoeira. Naquela oportunidade, a Receita Federal nos procurou. Quer dizer, depois daquilo que veio a público e tudo isso, a Receita Federal nos procurou e começou a nos investigar e a nos fiscalizar sobre essas operações aí. Então, eram notas fiscais que a gente pagava sobre serviços que não tinham sido prestados, e eles remetiam o dinheiro para a conta indicada por eles.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Aproveitando aqui a presença do Deputado Ivan Valente, que questionou no início desta reunião — a Deputada Eliziane, também... Consta já, aqui sobre a mesa, e mando a V.Exas., o contrato com a empresa Kroll, que será levado à Secretaria da CPI para ficar na sala-cofre à disposição de V.Exas., para poderem analisar, como havíamos nos comprometido.

Chegou também, e estará à disposição dos Srs. e Sras. Parlamentares, todo o material sigiloso colhido da CPMI do Senado Federal. O Presidente Renan Calheiros mandou, através do Sr. Dirceu, que é o Secretário das Comissões do Senado Federal, fazer chegar às nossas mãos, e também daremos o mesmo destino dado ao contrato da Kroll, que é a sala-cofre da CPI, para que fique à disposição de V.Exas.

Dando seguimento, vamos ao próximo...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, só um esclarecimento: nas sessões passadas, além dos Deputados, havíamos combinado que um assessor de cada bancada poderia ter acesso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, para darmos um pouco mais de celeridade, já que temos diversos Parlamentares inscritos, vamos conceder a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. V.Exa. pode vir aqui pessoalmente e eu combino com V.Exa. como fazer.

Deputado Arnaldo, V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Augusto, quem é sua advogada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Desculpe-me?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem é sua advogada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ah, desculpe-me. Minha advogada? É Beatriz Catta Preta.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quanto tempo o senhor ficou preso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não fiquei. Não, não fui preso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Só o Júlio Camargo foi preso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Júlio Camargo também não foi preso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vocês fizeram delação premiada sem terem sido presos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É síndrome de Marco Valério?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Como?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Síndrome de Marco Valério?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, no início aqui do nosso dia hoje, eu expliquei a minha relação com o setor e a minha decisão de fazer a colaboração. Então, eu posso repetir para o senhor, mas é um pouco...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não há necessidade.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ...comprido.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual foi o total de recursos que o senhor acredita tenha sido disponibilizado entre essas contribuições em dinheiro, no exterior e partidárias?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Nós participamos de dois contratos na PETROBRAS durante esse período. E, para a Diretoria de



Serviços, eu acredito que tenha sido alguma coisa na faixa de 70 a 80 milhões, e para a Diretoria de Abastecimento, talvez, na faixa de 30 milhões mais ou menos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mais de 100 milhões nas duas Diretorias?!

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - No total, sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Foi o senhor que denunciou Renato Duque no esquema, como o principal arrecadador. O senhor ficou preocupado com essa denúncia que fez ao Renato Duque?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, fiquei.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que o senhor ficou preocupado?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Muitas pessoas me disseram que eu era uma pessoa corajosa de fazer uma denúncia desse tipo. Eu, pensando aqui com o meu histórico de vida, eu diria que efetivamente seria uma pessoa corajosa se eu tivesse feito isso em 2003. Talvez fosse a época correta para se fazer...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Seria mais corajoso ainda?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, mas o que efetivamente me deu segurança sobre este tema é saber que esta era uma operação que seria levada adiante.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que o senhor ficou fora do esquema durante algum tempo? Alguma razão de o senhor ter se indisposto com alguém, além da execução de obras, qual o motivo de o senhor ter ficado fora um período?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nós passamos por uma crise financeira muito grande. Durante essa crise, nós tivemos problemas em vários contratos: dentro da PETROBRAS, fora da PETROBRAS, em todos os contratos que nós estávamos executando à época. E, na PETROBRAS, tínhamos dois contratos particularmente, e a PETROBRAS nos impôs que só receberíamos novos convites a partir do instante em que nós entregássemos essas duas obras. Então, nós ficamos aí 2 ou 3 anos sem ser convidados pra novos negócios na PETROBRAS.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual foi a tratativa que gerou a associação da Setal com a Toyo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A Toyo era uma parceira de longo tempo da Setal, desde o final dos anos 90. Fizeram alguns contratos juntos, com sucesso. Existia uma relação natural entre as companhias. Com o advento do pré-sal, com a situação da PETROBRAS de aumento dos investimentos, não só a Toyo, como outras companhias de fora vislumbraram uma oportunidade para entrar no Brasil, e elas só conseguiriam fazer isso ou comprando ou se associando a empresas locais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se a Toyo não tivesse entrado na associação com vocês, não teria entrado na PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, ela já trabalhava para a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas, nesse esquema, não teria. Seria só por intermédio de vocês?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não. É... A nossa associação com a Toyo, ela nunca participou, que é a Toyo Setal, ela nunca participou de esquema nenhum. Ela... Não, não, nessa fase, não houve nenhuma combinação, não houve nenhum pagamento de propina, nada disso. Tudo isso aconteceu após a saída desses dois diretores.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quando a Toyo veio participar da Setal, ela trouxe algum diretor ou manteve as diretorias da Setal?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... A diretoria ficou com a Setal, basicamente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Com a mesma? Então, a participação da Toyo só foi financeira?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Não. Veja, a Toyo teve uma participação financeira, mas também teve uma participação de suporte, conselho, enfim, tem toda uma estrutura que apoia a operação da Toyo Setal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quando a Toyo ficou sabendo desse envolvimento todo, o que foi que eles falaram para vocês outros, da antiga Setal?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Bem, ficaram muito surpresos com essa consideração e uma situação muito constrangedora. Eu era conselheiro da Toyo Setal e tive que pedir minha, minha demissão, minha, minha saída do conselho.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Agora, quando tinha resultados positivos, a Toyo não se surpreendeu não, né? Só se surpreendeu quando aconteceu o problema.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, na verdade, o problema era anterior à associação entre Setal e Toyo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu entendi. Mas o senhor disse que a Toyo ficou surpresa quando soube desse envolvimento. Mas quando a Toyo tinha os resultados advindos desse envolvimento, eles acharam tudo normal, não é?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na verdade, eles não participavam desse esquema.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas se beneficiavam do esquema indiretamente. O resultado indireto era favorável a eles.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eles, eles eram um fornecedor da PETROBRAS e tinham uma característica...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, não, a Toyo com a Setal. Não estou falando da Toyo com a PETROBRAS. A Toyo com a Setal, quando o resultado era positivo, achava tudo normal.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, mas é que a Toyo com a Setal não teve, não teve nenhum envolvimento. Foi anterior a essa questão. Não houve, não houve nem pagamento de propina, não houve participação no clube, não houve nada disso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas teve propina quando já era Toyo Setal, não teve?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, é anterior?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Anterior. Exatamente.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E quando a Toyo entrou, efetivamente, na associação com a Setal?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A criação da Toyo Setal se deu em 2012.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E a Toyo, quando entrou na associação com a Setal, levou em consideração o grande número de contratos que a Setal tinha?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Na verdade, essa associação criou uma companhia nova, que se chama Toyo Setal, e essa companhia nova partiu, vamos dizer, do zero, com novos contratos, sem nenhuma participação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como que uma empresa que parte do zero consegue contratos tão importantes com a PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Participando das licitações com competência.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor é engenheiro?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Muito competente, não é?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Talvez.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Talvez, por quê? O senhor é ou não é competente?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Acredito que sou.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se o senhor tinha competência para ganhar as licitações, por que o senhor participou de esquemas para ganhar licitações?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Quando nós voltamos a ser convidados pela PETROBRAS, essa conjuntura estava armada. A nossa participação...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ah! Então, já estava armada. Quando você voltou a ser convidado, estava armado o esquema já com Renato Duque, Pedro Barusco, Paulo Roberto; estava tudo no esquema já?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. A nossa participação foi por adesão, eu diria.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Adesão ao esquema já existente?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E o senhor não temeu que isso poderia dar no que está dando hoje, não?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sempre tive.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como o senhor se sente hoje?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu sinto que hoje estão fazendo a coisa correta. A PETROBRAS não poderia passar por uma situação dessas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Além do senhor, na Toyo Setal, do Júlio Camargo, quem mais faz parte da diretoria?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu fazia parte do conselho da Toyo Setal. A Toyo Setal...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Além do senhor e do Julio, quem mais?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Do conselho?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Do conselho, da direção. Quem mais? O Roberto Mendonça quem é?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O Roberto Mendonça é meu irmão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O que ele é no esquema todo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ele não tem participação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele não fez parte da Toyo Setal?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Nada?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele trabalha com o senhor há algum tempo? Teve participação na antiga Setal, alguma relação?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, nós...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como o senhor falou que ele não participa se ele era da...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O senhor perguntou na Toyo Setal. A Toyo Setal é uma companhia da qual ele não participa e eu também não participo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas da Setal ele participava?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Da Setal ele participou.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E por que ele foi excluído da Setal para a Toyo Setal? Queria entender isso aí.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ele ainda participa da Setal, como eu também participo da Setal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, tem a Setal e a Toyo Setal?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, tem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E qual é a ligação entre a Toyo Setal e a Setal?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A Toyo Setal é uma empresa que é dedicada ao setor de óleo e gás; a Setal é dedicada a outros setores, principalmente à tecnologia.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas está na PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não opera a PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor disse que, quando fez associação com a Toyo, é porque tinha a *expertise* da Setal. Qual era a *expertise* da Setal se o senhor disse que não participava da PETROBRAS? Uma coisa não está batendo aí.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, a Setal não participa mais da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não participa mais, mas participava antes?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, participava.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É isso o que eu estou dizendo.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Participou no passado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quando ela participou, o seu irmão fazia parte da Setal, que participou da PETROBRAS. Aí veio para a Toyo Setal e ele não fez mais parte?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O meu irmão participou da gestão até o ano de 2005.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Da Setal?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Da Setal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Da Toyo Setal não participou?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Da Toyo Setal não. A Toyo Setal é de 2012.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, o senhor disse — para encerrar, Sr. Presidente — que a sua colaboração nesse esquema foi de 70 a 80 milhões para a diretoria do Renato Duque e 30 milhões para a diretoria do Paulo Roberto.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, esse foi o total que o consórcio do qual a Sog participou pagou. É o total do consórcio, não da companhia.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem faz parte do consórcio?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Mendes Júnior e MPE.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá e passo a palavra para o Sub-Relator André Moura, também pelo tempo de 10 minutos.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Augusto Mendonça, em depoimento da delação premiada nas investigações da Operação Lava-Jato da Polícia Federal, o senhor disse que pagou entre 60 a 80 milhões em propina ao ex-Diretor de Serviços da PETROBRAS, Renato Duque.

Foi publicado na imprensa que, só na cidade de Rio Grande e São José do Norte, o sindicato calcula que 17 mil pessoas perderão o emprego entre novembro de 2014 e janeiro de 2015. Na região, fica a Estaleiros EBR, administrado pela Toyo Setal, citada na Operação Lava-Jato. O principal problema apontado é o atraso de pagamento da Sete Brasil, que contratou cinco estaleiros para produzir 29 navios-sonda, e a empresa controlada pelo BTG acumula dívidas de até 800 milhões de reais.

Dito isso como preâmbulo, eu pergunto a V.Sa.: quantos navios-sonda ou quais outros projetos ou serviços da Toyo Setal ou de seus sócios foram contratados pela Sete Brasil Participações S.A.?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não temos nenhum contrato com a Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Nenhum?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A Toyo Setal, nenhum contrato.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E a EBR é deles, não? É de vocês?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A EBR é uma subsidiária da Toyo Setal. Não tem nenhum contrato com a Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A EBR não tem nenhum contrato com a Sete Brasil?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não tem nenhum contrato?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não tem.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Eu vou ler aqui de novo: na região de Rio Grande e São José do Norte fica, no Rio Grande do Sul, o estaleiro EBR, administrado pela Toyo Setal. Essa falta de pagamento, que é o principal problema apontado, o atraso de pagamento da Sete Brasil, que contratou cinco estaleiros para



produzir 29 navios-sonda, é, segundo o que está sendo veiculado pela imprensa, o grande responsável por termos aí a possibilidade de 17 mil pessoas perderem seus empregos. Então, o senhor está dizendo, está afirmando aqui que nem a Toyo Setal nem a EBR têm vínculo com a Sete Brasil. É isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, não têm nenhum vínculo com a Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Mas têm com a PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Com a PETROBRAS, têm.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Dos valores que V.Sa. reconheceu ter pago como propina, qual volume era destinado a executivos da Sete Brasil Participações S.A., ou foram pagos a título de viabilizar contratos com essa empresa e suas coligadas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nenhum.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Nada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nada. Com a Sete Brasil, não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, com a Sete Brasil, não teve nada de recurso destinado de propina?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Da nossa parte, não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Direto com a PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Com a PETROBRAS, são aqueles valores dentro daqueles dois contratos que eu havia dito.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor poderia nominar, especificar esses casos e quem foram os beneficiados?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Nós tivemos participação, dentro desse contexto, dentro desse esquema, em dois contratos, que foram discutidos lá no âmbito do grupo das empresas, e houveram pagamento de comissões às duas diretorias da PETROBRAS. Um deles é um contrato de interligações da Refinaria REPAR, em Araucária, Paraná; e um segundo são duas plantas de gasolina na REPLAN, Refinaria Paulínia, em Campinas, São Paulo. Esses dois contratos foram vencidos por dois consórcios que têm a mesma



configuração, tanto na REPAR quanto na REPLAN. Eram 3 companhias: a Sog, a Mendes Júnior e a MPE, nos dois casos; um terço para cada companhia. E, dentro desses dois contratos, houveram esses pagamentos de comissão nos valores que eu informei.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Esse dinheiro foi destinado também a algum partido político? O dinheiro que eu falo é da corrupção, da propina.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Essas contribuições, pelo lado da Diretoria de Abastecimento...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Contribuições, não; contribuições, não. O senhor não vai chamar isso de contribuição; chamar esse roubo...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Essas comissões, para o lado da Diretoria de Abastecimento, foram pagas lá através do Alberto Youssef, pagando notas fiscais do relacionamento deles. Para o lado da Diretoria de Serviços, foram feitos pagamentos, principalmente, a maior parte deles, no exterior. E foram feitas contribuições ao Partido dos Trabalhadores, a pedido do Renato Duque.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A pedido do Renato Duque, foi feita contribuição ao PT, fruto da corrupção.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Dos valores que nós, que eu deveria pagar a ele.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Da corrupção?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Das comissões.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Da corrupção, não é isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O.k. V.Sa. pagou algum tipo de propina disfarçada de consultoria aos Srs. Antonio Palocci e José Dirceu?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Em hipótese nenhuma?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, em hipótese nenhuma.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Qual o volume de empréstimos ou financiamentos que a Toyo Setal, ou os seus sócios — a Toyo, 50% e a Setal, 50% —, ou os sócios destas, receberam de bancos estatais brasileiros, a exemplo de



BNDES, Banco do Brasil, BNDESPAR, Caixa Econômica Federal, ou fundos ligados a essas instituições financeiras nos últimos dez anos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Aproximadamente 100 milhões de reais do Banco do Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Cem milhões do Banco do Brasil?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E já foi concretizado? Já foi pago?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Está em andamento?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso é uma operação que, sim, está em andamento. A Toyo Setal fez um investimento na construção de um estaleiro, que é lá no Rio Grande do Norte, pediu financiamento ao Fundo da Marinha Mercante, obteve a aprovação do Fundo da Marinha Mercante e discutiu, e está discutindo, com o Banco do Brasil o repasse desse financiamento para o financiamento do investimento. Essa operação não aconteceu, até por conta de quando surgiu essa questão da Lava-Jato e apareceu como se a Toyo Setal estivesse envolvida, e que na verdade não está envolvida, esse assunto no Banco do Brasil parou.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Se não está envolvida, como V.Sa. acabou de afirmar, por que V.Sa. fez a delação premiada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Quem estava envolvida era a Sog.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A...?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sog, a Setal.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Qual a estimativa que V.Sa. tem de lucro obtido pelas empresas em que V.Sa. esteve à frente no esquema de corrupção da PETROBRAS? Estimativa de lucro, do esquema.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Não, não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Eu vou repetir, então. Qual a estimativa que V.Sa. pode nos trazer aqui do lucro obtido pelas empresas em que



V.Sa. esteve à frente no esquema de corrupção? Através da corrupção, qual o lucro das empresas em que V.Sa. esteve à frente V.Sa. pode nos estimar aqui que teve?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Durante esse período, nós participamos de dois contratos. Esses contratos tiveram resultado operacional. Não saberia exatamente precisar quanto foi.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor, tão competente como é, não sabe o lucro? Não sabe dizer quanto foi o lucro?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Pois é, não sei precisar quanto foi, porém esses são dados disponíveis em balanço.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, V.Sa. não sabe dizer, com tanta competência, que V.Sa. disse aí que tinha.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Efetivamente, eu não consigo...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Aí o lucro V.Sa. não sabe dizer, o da corrupção. Está bom.

A Toyo Setal fazia parte do clube VIP entre as empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção da PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não fazia?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, nunca fez.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não fazia nem do clube VIP?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nunca fez.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não fazia parte do clube VIP?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nunca fez parte de nenhum esquema desses.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A Toyo Setal tem algum envolvimento na criação da empresa Sete Brasil Participações? Algum envolvimento na criação dela?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não teve.

V.Sa. afirmou aqui, no início da sua oitiva... V.Sa. afirmou que possui bens, aplicações melhor dizendo, no exterior. Foi isso?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Qual a origem dessas aplicações? A origem é lícita ou a origem das aplicações é ilícita?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A origem é lícita e estão declaradas no meu Imposto de Renda desde o ano 2000.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Desde o ano?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Dois mil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E de lá para cá não houve nenhuma nova aplicação?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Houve novas aplicações nesse período, todas lícitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A Toyo Setal não fez parte do esquema, como V.Sa. afirmou, mas a Setal fez parte do clube VIP?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Do clube VIP, não. A Setal fez parte do clube.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Do clube? O.k.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado André Moura.

Passo a palavra ao Sub-Relator Valmir Prascidelli, pelo tempo de 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, quero indagar a V.Exa. se eu posso juntar também o tempo de autor de requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem 5 minutos como autor do requerimento e solicita que seja feito uma...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Posso juntar esse tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Então, são 15 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Sim, 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Augusto Mendonça, eu estou ouvindo, atentamente, a exposição e o depoimento de V.Sa. aqui, que se



intitula colaborador, por ter feito a sua delação premiada. Primeiro, eu gostaria de perguntar, como V.Sa. é executivo de diversas empresas, já foi de algumas, de outras tantas participa de conselho, queria que V.Sa., bastante rapidamente, sinteticamente, pudesse dizer como começou essa carreira nas empresas. O senhor herdou alguma empresa, ou o senhor abriu a primeira empresa e foi abrindo sucessivamente as outras, fazendo fusões? Como foi isso? E quando iniciou isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Minha carreira começou no ano de 1970, quando nós criamos uma empresa. Inicialmente, essa companhia começou com o meu irmão, um amigo e eu. Essa companhia chama-se...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Prestaram serviço já naquela ocasião para o poder público ou para a iniciativa privada?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não, para a iniciativa privada. Essa empresa chama PEM Engenharia.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - PEM?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - PEM Engenharia. Durante a década de 70, foi um período de alta industrialização no Brasil, várias empresas vieram se instalar aqui no Brasil na área industrial, e nós obtivemos muito sucesso nesse setor. Fizemos várias obras para multinacionais, principalmente indústria automobilística, mais bens de consumo, bens duráveis. E durante esses 10, 12 anos, a nossa empresa passou a ser líder desse setor. Basicamente nós, nesse período, não trabalhávamos com o setor público. Na década dos 80, este setor foi um setor que entrou em crise, as indústrias deixaram de se implantar aqui no Brasil, o Brasil começou a passar por uma grande crise econômica. Nesta ocasião, nós começamos a trabalhar mais para órgãos públicos, governos estaduais, governos municipais...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Diversos... Então, não só para a PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Para vários governos, para vários...



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nós fomos iniciar operações com a PETROBRAS no final dos anos 80.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Final dos anos 80?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. E tivemos...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - V.Sa.... Pode concluir.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nossa experiência não foi boa, porque a PETROBRAS é uma empresa bastante complexa. Não é simples trabalhar para a PETROBRAS. E nós, então, não tivemos sucesso nos contratos que fizemos com a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Está bom. Só vou então interromper V.Sa. para, ao final, depois, o senhor pode dar a sequência. Como há tempo, senão eu vou acabar...

Eu queria que V.Sa. fizesse a sua definição de cartel. O que é cartel, segundo a sua definição?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu nunca usei esse termo "cartel" porque, efetivamente, não sei exatamente o que que é um cartel, não é?

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor não sabe o que é cartel? O senhor não tem nenhuma definição, nem do dicionário, nada disso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, cartel... Sim, eu imagino até que cartel seja uma situação onde determinadas empresas se juntam para combinar situações de mercado, mas eu não sei dizer se cartel significa que todas as empresas que têm acesso ao mercado estão dentro, se...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Esta informação que o senhor relata no seu depoimento, na delação premiada, de um clube, isso podemos caracterizar como cartel? Clube é cartel?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, a situação é de que as empresas se reuniram, se encontravam e discutiam situações de mercado.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Elas combinam...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Se era cartel ou não...



**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Elas combinam uma situação de mercado, e isso se dá de fora para dentro de uma empresa, de uma instituição, ou de dentro para fora de uma instituição? Como se dá isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Como assim? Não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Se é um cartel, se é um grupo de empresas que combinam um determinado valor, um determinado preço, um determinado procedimento, isso se dá de fora para dentro de uma instituição, no caso da PETROBRAS, ou de dentro para fora?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, as empresas se reuniam. Nunca discutiram preços, elas discutiam oportunidades; quem ficaria com qual oportunidade. Isso era... Entre as empresas, a PETROBRAS não tinha participação nisso.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não sei se eu respondi a pergunta que o senhor...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Mais ou menos, mas nós vamos na sequência.

O senhor foi executivo da PEM Engenharia, não é isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor falou agora no início.

Em 1999, houve uma denúncia no jornal *Folha de S.Paulo* de que a sua empresa era acusada de formação, era suspeita de formação de cartel para realização de obras na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, naquela ocasião. Isso procede? O senhor se lembra dessa denúncia, desse momento?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu me lembro da reportagem.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Isso procede?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Não procede.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Não procede. Era uma reportagem que não tinha...



O senhor fazia obras para a Secretaria de Cultura, naquela ocasião, no Estado de São Paulo, a PEM Engenharia?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso. Fizemos algumas obras. Não diretamente para a Secretaria de Cultura, mas participamos de algumas obras lá, sim.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor disse que acompanhou os trabalhos da PETROBRAS, durante um período tentou entrar, mas era muito complexo. O senhor tem conhecimento da Lei nº 9.478, de 1997? O senhor ajudou a pensar, a elaborar, ou tem conhecimento de alguma empresa que tenha ajudado a pensar e a elaborar essa lei?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Que lei que é?

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Lei nº 9.478.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Mas ela...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - A que trata da instituição de política energética nacional, institui o Conselho Nacional de Petróleo, a Agência Nacional do Petróleo, e no seu art. 67 estabelece que, por decreto presidencial, devem ser regulamentados os procedimentos licitatórios da PETROBRAS. O decreto, que foi feito, nº 2.745, de 1998, o senhor tem conhecimento desse decreto?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Eu me lembro do tema. Não sabia o número, nem nada...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor conhece alguma empresa que possa ter ajudado a elaborar esse decreto, a pensar?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Não tenho conhecimento disso.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O senhor falou em 97, né?

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - É de 1998 o decreto, e de 1997 a lei.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. O que eu lembro é que nesse período aí houve a quebra do monopólio da PETROBRAS. Junto com a quebra do monopólio da PETROBRAS, veio uma legislação, denominada REPETRO, que isentava de impostos os equipamentos destinados à produção de petróleo.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Isso. O senhor já se referiu aqui no início da sua fala.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, isso é...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Isentava de impostos equipamentos importados e carregava nos impostos daqueles produzidos aqui no Brasil.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso. Aquele...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Bom.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Às vezes sou meio repetitivo, porque não sei quem estava em que pedaço, mas...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor fez, ou fazem as suas empresas, obras em outros serviços, outras instituições, Governos do Estado, ou empresas, outras empresas públicas também. Não é isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor disse aqui que, segundo a sua convicção, segundo aquilo em que o senhor acredita, faz alguma doação aos partidos políticos. O senhor podia se referir a algum partido político a que o senhor fez alguma doação?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É, é, é... Nós fizemos doações a partidos políticos, várias vezes.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Quais partidos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Vários partidos.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor podia dar o nome de algum? Porque o senhor só falou do PT. Há vários outros partidos que o senhor deu. Não é possível...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Nós fizemos para o PSDB...



**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - PSDB.**

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - ... PR...**

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - PR. Qual outro?**

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO -** Talvez para o PP. Eu não saberia dizer por que... É, é, teria que...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -** Tem algum partido...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO -** Posso tentar olhar e verificar.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -** Pergunta objetiva para o senhor. O senhor deu recurso para esses partidos de alguma propina, de algum ato ilícito, de algum superfaturamento em alguma empresa?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO -** Não.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -** Houve alguma recomendação, no caso, para o Partido dos Trabalhadores, houve uma recomendação de alguém: o senhor vai lá e dá a contribuição para o Partido dos Trabalhadores? Para os outros partidos foi da sua livre consciência? O senhor olhou lá e...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO -** Não. Nunca houve nenhum vínculo com...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -** O senhor deu contribuição para algum candidato a Deputado? O senhor deu alguma contribuição para algum candidato a Governador?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO -** Então, as contribuições que nós demos foram para candidatos.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -** Então, mas essas contribuições foram fruto de algum ato ilícito que a sua empresa tenha cometido...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO -** Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -** ... de algum superfaturamento?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO -** Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -** Quer dizer que, para uma instituição, um partido, é fruto de superfaturamento e para os outros não? É isso que o senhor está...



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nós fizemos algumas contribuições específicas ao PT, a pedido do Diretor Renato Duque, da PETROBRAS. Na verdade...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor deu, por exemplo, uma contribuição de 1 milhão, a sua empresa, de 1 milhão e 250 mil reais para o candidato José Roberto Arruda aqui de Brasília. Foi por recomendação de alguém?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor se sentiu na obrigação, como cidadão, como empresário, de contribuir com esse candidato? É isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Na verdade, a contribuição foi da companhia. A companhia tem outros pensamentos...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - As contribuições são feitas de acordo com a legislação. O senhor disse aqui que o Sr. Vaccari, em nenhum momento, pediu qualquer benefício, legal ou ilegal; que ele recomendou que o senhor fizesse a contribuição de acordo com a legislação para o partido. É o mesmo procedimento que o senhor adotou para os outros partidos, ou há algum procedimento diferente nesse caso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, é o mesmo procedimento. Sempre as contribuições foram dentro da legislação.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Como meu tempo está concluindo, o senhor falou aqui que, num determinado momento da sua vida, o senhor se sentiu no direito de fazer a denúncia do que estava acontecendo, desse cartel ou desse, vamos dizer, conluio das empresas para onerar a PETROBRAS e fez essa delação. Quando o senhor decidiu fazer a delação premiada, o senhor procurou primeiro o Judiciário, o Ministério Público, ou procurou primeiro um grupo de advogados, ou seu advogado... Como foi essa decisão que o senhor tomou?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A minha decisão foi discutindo com o meu advogado.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Como é que o senhor entende uma colaboração? O senhor disse aqui nos depoimentos que, de alguma forma, os diretores ou ex-diretores da PETROBRAS não colaboravam, podiam não ajudar a



ganhar nada, mas atrapalhariam, caso não fosse dado o recurso. Como é que o senhor se sente utilizando os mesmos advogados dessas pessoas na delação premiada? Não é meio incoerente isso? O senhor não acha que é meio incoerente?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Não?

O senhor tem alguma orientação... Quando do depoimento lá no Ministério Público ou na Polícia Federal para o Juiz Moro, há alguma combinação com o advogado, com o Ministério Público, com o Juiz, para responder a um determinado tipo de pergunta, para esquecer um determinado tempo, ou não? Como é que é isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Não.

Por último, só para encerrar aqui, o senhor se referiu à expansão da indústria nacional nesse período e ao crescimento da economia, o que levou, segundo a sua informação aqui, algumas empresas a se juntarem para fazer esse trabalho, que seria um trabalho legítimo não houvesse essa combinação. O que o senhor espera daqui para frente? Que a PETROBRAS tenha o seu patrimônio repassado para outras empresas? Que isso possa continuar dessa forma? O senhor, ao fazer essa delação, espera que se modifique alguma legislação? As suas empresas, que atuam — para eu concluir, e inclusive o senhor poder responder —, elas devem algum recurso para o Fisco, por exemplo? Há uma informação de que a sua empresa Setal deve 160 milhões de reais para o Fisco. É isso mesmo? Isso procede? Foi a partir dessa dívida que o senhor chegou à conclusão de que precisaria fazer algum depoimento? Ou como foi isso? Eu queria que o senhor falasse rapidamente, também, sobre isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não existe nenhuma vinculação da dívida com o termo de colaboração. E essa dívida, de fato, existiu, foi deste volume. Aliás, ela foi até maior; e foi reduzida por conta dos benefícios da Lei do REFIS, e ela vem sendo paga. Não existe aí nenhuma correlação entre um assunto e outro. Na verdade, quando eu digo que era contra essa questão, efetivamente, eu era contra o que esse sistema se implantou lá na PETROBRAS, através desses dois diretores. Isso só foi possível porque aconteceu



através desses dois diretores. Porque se fosse um só, não teria sido possível. O próprio sistema PETROBRAS não permitiria que isso acontecesse. Então, eu...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Eu só não entendi por que só pode ser... Porque o Sr. Barusco, que tem inclusive os mesmos advogados do senhor, disse aqui que ele, em determinado momento, roubava sozinho; que não roubava com mais ninguém. Então, eu não estou entendendo como é que é isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na minha opinião, para eles conseguirem fazer o que fizeram, só se tivessem dois diretores, efetivamente. Porque a grande maioria dos assuntos, ou quase todos os assuntos da PETROBRAS, têm uma aprovação final na diretoria plena, que se reúne toda semana, e acho que seria impossível essa iniciativa partir somente de um diretor.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, eu sei que já passei o tempo, mas só para registrar: então, o senhor considera que o Sr. Barusco, e vou repetir: que tem os mesmos advogados do senhor, mentiu aqui? Porque ele disse que roubava sozinho.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, eu não sei se ele mentiu ou não. Eu só acho...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, estão querendo induzir o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado. Concluído.

**(Não identificado)** - O Deputado quer induzir o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Já concluiu a participação o Deputado Prascidelli...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - O Sr. Augusto... Está cheio de advogado de defesa do Sr. Augusto aqui no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Prascidelli.

Estamos encerrando as indagações dos Sub-Relatores. Vamos agora dar início aos membros da CPI autores do requerimento.

Com a palavra o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, peço que o meu tempo de 5 minutos seja acrescido do tempo de liderança do Democratas, por favor.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deferido. V.Exa. terá 10 minutos, então.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E eu vou começar pelo tempo de liderança, porque aí me permite apenas relatar alguns fatos e, depois, na conclusão, eu pergunto, para dar tempo para o Sr. Augusto responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, vamos em frente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - No Termo de Delação nº 1, aparece aqui, à página 3, o seguinte — eu vou fazer um histórico aqui para as pessoas poderem compreender do que nós estamos falando: que o grupo de empresas que participaram era denominado de clube; que, a partir de 2004 — esclarecendo que, antes disso, a Setal Construções já participava por intermédio do sócio Gabriel Abouchar —, o clube estabeleceu uma relação com o Diretor de Engenharia da PETROBRAS Renato Duque; que o clube tinha um articulador e coordenador, que na verdade era quem organizava as reuniões e fazia o contato com Renato Duque; que quando houve a obra da RNEST, a Refinaria Abreu e Lima, surgiu uma nova fase do clube.

Depois, nesse mesmo termo, disse o seguinte: que a participação do declarante, Augusto Mendonça Neto, resultou em dois contratos obtidos através do clube: REPAR, refinaria em Araucária, no Paraná, e as duas plantas de gasolina da REPLAN, refinaria de Paulínia.

Depois, o coordenador do clube elaborava a lista e entregava a Renato Duque, mencionando quais as empresas deveriam ser convidadas pela PETROBRAS para o certame específico; que as mesmas listas eram entregues também a Paulo Roberto Costa; que, apesar disso, na negociação que o declarante, Augusto Mendonça Neto, fez com José Janene, acabou pagando em torno de 0,6% em vantagem indevida a Paulo Roberto Costa e em torno de 1,2% ou 1,3% ao Diretor Renato Duque. E aí se encerra esse Termo de Depoimento nº 1.

No Termo nº 2, diz-se que o declarante negociou o pagamento de propina diretamente com Renato Duque e acertou pagar o valor de 50, 60 milhões, o que foi feito entre 2008 e 2011; que Renato Duque tinha um gerente chamado Pedro Barusco; e que os pagamentos se deram de três formas: parcelas em dinheiro — aí



era o tal de Tigrão que ia lhe visitar para pegar o dinheiro para Renato Duque —, remessa em conta para o exterior, como para Drenos ou como para Marinelo, o senhor já reconheceu também, e doações “oficiais”, entre aspas, ao Partido dos Trabalhadores. Para isso, foram usadas empresas como Setec, Legend, Soterra, Power, SM Terraplanagem e Rockstar, em contratos simulados.

Aí nós vamos — só para acertar direitinho aqui — para o Termo nº 7, que o senhor prestou no dia 30 de outubro do ano passado. Na página 8: que outra forma foi utilizada para pagamento de propinas a Renato Duque, relacionada ao controle da REPAR, foi mediante a realização... Então, o contrato com a REPAR gerava dinheiro obtido ilicitamente, como está na denúncia do Ministério Público, e esse dinheiro, então, era repassado ao Partido dos Trabalhadores. Renato Duque solicitou ao declarante que realizasse as doações, e o declarante, então, o Sr. Augusto, vai ao escritório, no Diretório do PT em São Paulo, no ano de 2008, conversa com Vaccari, diz que queria fazer as doações e não revela a Vaccari que esteve lá a pedido de Renato Duque.

E aqui eu concludo para poder aproveitar bem o tempo.

A pergunta — agora eu já posso perguntar para o senhor — é a seguinte: Renato Duque, quando lhe pede para fazer as doações, diz para o senhor: “procure o Vaccari”? Sim ou não?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sim. E aí, quando ele diz “procure o Vaccari”, ele diz: “lá no Diretório Nacional do PT”? Sim ou não? Só isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sim.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ele me pediu para procurar o Diretório do PT e falar com...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Em São Paulo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Tá. Bom, eu estou com a denúncia do Ministério Público, parcialmente. Quando se fala de Vaccari, doações oficiais ao PT, fala-se do senhor também. Aqui se diz que, oriundo do processo INTERPAR-



REPAR, lá no Paraná, o senhor, entre 23 de outubro de 2008 e 7 de abril de 2010...  
Vou ler aqui textualmente:

*“... ocultaram e dissimularam a natureza, origem, movimentação e propriedade de valores que são oriundos dos diversos crimes antecedentes já descritos nesta peça, por meio de repasse de valores de propinas da INTERPAR, que foram disfarçadas de doações oficiais, para o Partido dos Trabalhadores (PT), no montante de R\$4.260.000,00 ...”*

Aí, quando o senhor fala com o Sr. João Vaccari, ele lhe orienta a fazer os depósitos, e os depósitos são feitos via Setec, Projotec, Tipuana e através também da PEM e da Sog.

Aí eu quero ler aqui para o senhor — o senhor só diz sim ou não para mim, por favor. O senhor confirma que foi feito depósito da PEM, para o Diretório da Bahia, em 23 de outubro de 2008, de 100 mil reais?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, sim, foi feito.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O depósito da Sog, em 30 de abril de 2009, de 120 mil reais, foi feito por meio de uma TED para o Diretório Nacional do PT. O senhor confirma, não é?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu efetivamente confirmo tudo o que está na minha declaração.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Então, só quero reler aqui a sua declaração.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, é porque...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Vai facilitar o nosso diálogo. Em 8 de junho de 2009, 60 mil reais; 15 de julho de 2009 — tudo ao Diretório Nacional do PT —, 60 mil reais; 12 de agosto de 2009, 60 mil reais; 15 de setembro de 2009, 60 mil; 8 de outubro, 60 mil; 13 de novembro, 60 mil; 17 de dezembro de 2009, 60 mil; 18 de janeiro de 2010, 60 mil; 27 de janeiro de 2010 — da SOG —, 350 mil; 10 de fevereiro de 2010, 200 mil; 23 de fevereiro de 2010, 60 mil; 23 de fevereiro de 2010, 150 mil; 19 de março de 2010, 60 mil; e uma da PEM, bem generosa, de 500 mil, em 7 de abril de 2010. Depois seguem as outras. Mas por que eu estou parando



propositalmente aqui? Porque o resto da conta vai fechar, conforme documentação que o senhor apresentou, e a Justiça e o Ministério Público obtiveram: 4 milhões e 260 mil reais. Foi essa a orientação do Renato Duque, Diretor da PETROBRAS, de Serviços, na Diretoria administrada pelo PT. Ele disse que era para o senhor fazer os depósitos. Por que eu estou falando essas coisas? Porque aqui, nesta CPMI, o Sr. João Vaccari Neto reconhece: *“Eu conheci o Sr. Augusto Mendonça Neto quando fez uma visita ao Diretório Nacional do PT. Ele apresentou-se dizendo que queria fazer contribuição, conforme estava na (ininteligível)”*.

E ele diz o seguinte: *“Ó”* — até tem um ó; achei muito estranho isso, mas foi assim que ele falou — *“Ó, o senhor faça a doação. Assim que o senhor fizer a doação, nós vamos remeter os recibos equivalentes. Tem que ser feito via transação bancária, não pode ser feito de outra forma”*.

Por que eu estou dizendo isso? Porque nesse mesmo depoimento aqui, na pergunta feita pelo Sr. Relator, o que diz o Sr. João Vaccari Neto, à página 30 dos autos aqui da nossa CPMI, onde ele depôs? Então, é absolutamente válido e importante analisarmos. *“Fui membro do Diretório Nacional somente e não exerci qualquer outro cargo dentro do partido que não o de Secretário Nacional de Finanças e Planejamento, desde 2010 até os dias de hoje”*.

O que ele fazia lá em 2008, Sr. Augusto Mendonça Neto? Com ordem de quem? O senhor chegou lá e procurou o nome dele, orientado pelo diretor do PT. O senhor não chegou lá e pediu para falar com o tesoureiro do PT. O senhor chegou lá para falar com o Sr. João Vaccari, porque ele era o operador do esquema de assalto, de roubalheira na PETROBRAS montado pelo partido. Esse é o fato concreto.

Então a pergunta que eu quero fazer ao senhor é a seguinte: o Renato Duque, aqui, disse que não era mais amigo do Barusco. O Barusco disse aqui, e disse nas delações premidas, que ele era o contador do Renato Duque; que, de vez em quando, o Barusco entregava — de 15 em 15 dias — maços de 50 mil reais ao Sr. Renato Duque. O senhor já reconheceu que depositou 2 milhões de dólares na conta dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O senhor diz aqui que ele lhe pediu para falar com João Vaccari e, em 2008, João Vaccari cometeu um ato falho. João Vaccari, que se reuniu muito mais de dez vezes... Talvez esteja sendo generoso com o Sr. João Vaccari. O Sr. João Vaccari se esqueceu de que a reunião foi em 2008, e aí ele destruiu a sua própria defesa, porque a defesa estava centrada em doações legais obtidas por um tesoureiro legalmente constituído. Em 2008 ele era agente de propina. Ele era assaltante da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E foi nessa condição que o senhor falou com ele, porque o Sr. Renato Duque pediu para o senhor procurar o Sr. João Vaccari na sede do PT, para o senhor transferir, via aparentes doações legais, o dinheiro da propina que o PT obteve com Renato Duque nos acordos que o senhor obteve na REPAR, através do acordo do clube. É sim ou não? O que eu estou dizendo é verdadeiro? O senhor recebeu orientação do Sr. Renato de procurar o Sr. Vaccari na sede do PT? Sim ou não?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Muito obrigado, Sr. Augusto Mendonça. O senhor contribuiu muito com esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

V.Sa. deseja falar?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não, é que, de tudo o que o senhor falou, eu não posso dizer se é verdade ou não, porque eu não conheço a história. O que eu posso dizer, que é fato, é que eu fui orientado a procurá-lo. Isso é fato.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Na sede do PT?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - De São Paulo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - De São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Muito obrigado.

Sr. Augusto Mendonça Neto, obrigado pela contribuição que o senhor deu a esta CPI e ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Vamos ao próximo autor, Deputado Ivan Valente.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, quero que agregue também o tempo de Líder do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer primeiro o tempo de Líder ou o tempo de autor?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Primeiro o tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - De Líder. V.Exa. não pode fazer perguntas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não foi o caso do Deputado Prascidelli, porque o Deputado Imbassahy é mais generoso que V.Exa. Ele perguntou o tempo inteiro, nos 15 minutos dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, V.Exa. tem, primeiro, o tempo de Líder do PSOL.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa. podia ir tomar um cafezinho e deixar o Imbassahy na Presidência. (*Risos.*) O senhor deixa o Deputado Imbassahy na Mesa um pouquinho, toma um cafezinho...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Só para fazer um esclarecimento ao Deputado Ivan Valente, o Deputado Prascidelli utilizou o tempo de Sub-Relator; portanto, ele tinha condições de fazer as indagações. Ele não utilizou o tempo de Liderança.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, ele usou todos os tempos a que tinha direito.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Quinze minutos — 10 minutos como Sub-Relator e mais 5 minutos como autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Bom, vamos lá então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para fazer jus à fama de que eu sou duro, eu irei endurecer verdadeiramente com V.Exa. a partir de agora. V.Exa. tem 3 minutos como Líder do PSOL.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Ele vai reivindicar o tratamento dado pelo Presidente Eduardo Cunha, ontem no plenário, ao PSOL.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eduardo Cunha vai ter também a sua pergunta aqui, daqui a pouco.

Eu queria perguntar ao nosso depoente... A primeira coisa é colocar o seguinte... Eu queria ler para o depoente uma declaração — são tantas questões —, dizendo o seguinte: o Sr. Paulo Roberto Costa fez uma declaração aqui de que não existem doações desinteressadas. Ou seja, toda doação privada feita por grande empresa representa o pagamento de alguma vantagem recebida indevidamente.

Depois eu queria que o senhor descrevesse sobre essa questão. Eu não posso perguntar agora, mas V.Sa. resistiu bastante em responder a vários dos nossos Deputados aqui quais são os outros partidos em que houve doações. O senhor falou mais do PT, mas dos outros o senhor quase não falou.

Eu vou ler aqui uma reportagem da revista *ISTOÉ*, dizendo o seguinte: que um sócio seu — depois vou lhe perguntar também —, muito íntimo, pelo que V.Exa. colocou, o Sr. Júlio Camargo, que a gente não consegue trazer aqui para depor, falou que, além do Partido dos Trabalhadores, que recebeu muitas doações entre 2008 e 2012, os comitês financeiros e políticos do PTB, do PRTB, do PSDB, do PR, do PV, do PMDB, do PPS, do PSL, do PTN e do PP receberam doações.

Eu queria que o senhor me confirmasse essa informação de quanto foi e se havia motivação política, logicamente, só para ter uma ideia.

Em terceiro lugar, senti uma contradição nos Termos de Colaboração nº 5, que V.Sa. fez, entre dizer que o senhor disse, em relação ao Sr. Renato Duque, que os pagamentos em favor de Renato Duque se davam de três formas: parcelas em dinheiro, remessas em contas indicadas no exterior e doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores. E agora eu entendi que V.Sa. colocou que as doações não foram na forma de propina. Eu não entendi. Se V.Sa. diz na delação premiada que elas foram feitas de três formas: em dinheiro, no exterior e em doações oficiais, como elas não foram feitas por meio de propina? Pareceu-me uma grande contradição.

Então, vou começar perguntando por aí a V.Sa. Como o meu tempo é curto, peço que V.Sa. seja bastante objetivo nessas respostas.

Quero perguntar a V.Sa. também o seguinte: o senhor foi até a sede do PT várias vezes, segundo o seu depoimento, não é? Queria dizer o seguinte: o Sr.



Renato Duque lhe pediu — ele pessoalmente — que mandasse dinheiro para a conta Marinello, no exterior? Quem mandou? Pode responder.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Essa pergunta?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Uma primeira pergunta. O Sr. Renato Duque mandou?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. A instrução da conta Marinello foi dada, na verdade, pelo Mário Góes, que me foi apresentado pelo Pedro Barusco. Então essa...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - De uma forma indireta, então?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É. Essa instrução veio por aí.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor viu a lista de Parlamentares que foram envolvidos pelo STF no inquérito da Lava-Jato, certo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mais de 30 Parlamentares. Quem o senhor conhece de lá, pessoalmente?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não sei responder.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas o senhor sabe que — está aqui na revista *Veja* — o próprio Relator, Deputado Luiz Sérgio, recebeu doações da Toyo Setal. O senhor sabia disso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sabia, não é?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sabia.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E outros Deputados.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Da Toyo Setal não, mas ele recebeu...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ela ali dá dinheiro à beça assim para todo mundo? Porque tem uma lista enorme de partidos, que eu já li. E também para Parlamentares. Aí o senhor diz que não conhece nenhum Parlamentar?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não disse que eu não conheço. Eu disse que eu não lembro. Eu não lembro efetivamente da lista.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor está sob juramento. O senhor tem que responder.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Respondo com toda sinceridade.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor está sob juramento.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nem lembro se o Deputado Luiz Sérgio está nessa lista ou não. Ele está?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele não está na lista. Ele recebeu doações. Eu quero saber se o senhor conhece os que estão na lista do STF.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não me lembro da lista.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor conhece o Sr. Eduardo Cunha pessoalmente?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Júlio Camargo é seu amigo íntimo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele não é o seu sócio?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele é o que do senhor?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ele... Nós tivemos relações comerciais durante um longo tempo, desde o início dos anos 90. Mas eu não posso dizer que ele é meu amigo íntimo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas o senhor tem relação desde os anos 90, e dentro da Toyo Setal, em que ele também é executivo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, ele... Nem eu nem ele somos, e nunca fomos, executivos da Toyo Setal.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Qual é a sua relação de 20 anos com ele, então?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Minha relação inicialmente com ele foi quando ele era um representante dos cabos da Pirelli. E nós comprávamos cabos da Pirelli.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas o senhor se encontra frequentemente com ele?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, ultimamente eu tenho me encontrado com ele sim, com bastante frequência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Sr. Júlio Camargo comentou algo a respeito dos contatos que ele manteve com o Deputado Eduardo Cunha acerca da aprovação da MP dos Portos, como diz o jornal *O Globo* de ontem? O senhor acredita que possa ter havido alguma vantagem indevida na aprovação dessa MP?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não tenho a menor ideia. Ele nunca comentou isso comigo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele nunca comentou nada com o senhor?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas ele também está na delação premiada e ele confirma todas as questões que o senhor está colocando também, a respeito da Toyo Setal.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Em alguns assuntos relativos à PETROBRAS, nós trabalhamos em conjunto. Ele nos ajudou na formação do consórcio da REPAR, por exemplo. Ele foi importante na junção da...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Deixe-me só fazer mais uma pergunta, porque o meu tempo é curto. O senhor pode responder depois que eu terminar as perguntas.

No Termo de Colaboração nº 2, o senhor fala do Sr. Adir Assad: *“As doações oficiais feitas entre 2008 e 2010, através de empresas criadas por Adir Assad, faziam parte do esquema de pagamento de propinas da empresa Delta”*. O senhor conhece o Sr. Adir Assad? Depois o senhor diz.

Segundo, eu peço que V.Sa. diga, sob juramento, aqui, a quais partidos e a quais Parlamentares V.Sa. se lembra de ter feito doações, ou a sua empresa, ou o consórcio de que V.Sa. participou. Isso é o que mais interessa aqui para a CPI. Sob juramento.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, eu não conheço o Adir Assad. Nunca estive com ele. Nós usamos as empresas que faziam parte...



onde ele era acionista, mas nunca tive nenhuma relação, não tive nenhum encontro com ele. Com relação a essa questão do Júlio, que o senhor falou, dos diversos partidos políticos, eu não sei responder também, porque nunca conversei com ele sobre esse tema especificamente. Com relação a contribuições que nós fizemos para Parlamentares, todas elas são oficiais e estão devidamente registradas nas nossas declarações e nas declarações dos partidos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas não são frutos de propina?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Como é que o senhor sabe que não são frutos de propina, se está no caixa da empresa e se a empresa negocia através de contratos fraudulentos?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O que o senhor chama de frutos de propina?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O que o senhor mesmo falou, porque a primeira pergunta que eu lhe fiz — permita-me, Presidente — foi a contradição que eu enxerguei. V.Sa. agora falou que, mesmo procurando o PT na sede, não ia negociar propina. Mas na sua deleção premiada V.Sa. disse que os pagamentos ao Duque eram feitos em dinheiro vivo, remessas de contas ao exterior ou doações ao Partido dos Trabalhadores. É disso que eu estou falando. Na medida em que a Toyo Setal, ou a Setal, faz contratos com empresas, arrecada dinheiro, tem facilidades para isso nos contratos e depois faz doações, de monte, para partidos, uma vasta lista que eu li aqui, e a Parlamentares também, que V.Sa. não quer citar — entende? —, certamente esse dinheiro vem de algum lugar. Ou o senhor concorda com o Paulo Roberto Costa de que não há doações desinteressadas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, para concluir.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu peço que o depoente responda à minha pergunta.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu acho até interessante a sua pergunta, porque eu absolutamente discordo da posição do Paulo Roberto com relação a isso. Eu até ouvi a declaração dele. Não lembro exatamente qual foi o termo que ele usou. O senhor acabou de repetir aí. Mas eu particularmente



discordo dessa questão, porque nós fizemos contribuições para políticos, contribuições para candidatos...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Desinteressadas. Desinteressadas.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor! Não, senhor!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE**- Esse é o termo que ele usou.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor! Muito interessados. Eu, particularmente, fiz parte da criação da base parlamentar em defesa da indústria marítima, aqui no Congresso, que teve mais de 150 Deputados adeptos. E sempre apoiei muito, não só financeiramente como levando para visitar estaleiros, levando para fazer apresentações a Parlamentares que são simpáticos a essa causa. Então, isso aí não é nem desinteresse, e também não é um interesse da forma como o Paulo Roberto Costa fala. E entendo que isso é uma questão absolutamente legítima.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sinceramente, eu não sei, porque V.Sa. fez a delação premiada. Não entendi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa....

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE**- ...porque, se foi tão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa., Deputado Ivan.

Dando seguimento, agora, à inscrição dos Líderes, vamos ao Deputado Aluisio Mendes.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Augusto, eu li e reli atentamente todos os termos de colaboração que o senhor firmou junto ao Ministério Público e à Polícia Federal. Alguns pontos me chamaram muito a atenção. Por exemplo, nos termos, o senhor afirma que o sistema de proteção às empresas, à formação do clube remonta ao final dos anos 90. E afirma também, nesse termo, que, a partir de 2004, a atuação do clube se tornou mais efetiva junto à PETROBRAS. Não é isso?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Causa-me uma certa preocupação, porque o senhor diz no acordo também que a intenção da formação desse clube era



trabalhar a participação de cada empresa nos contratos da PETROBRAS, mas principalmente criar um sistema de proteção a essas empresas contra a entrada de novas empresas nos contratos com a PETROBRAS. O senhor mesmo disse isso hoje aqui.

O senhor declarou aqui hoje, quando perguntado por um colega Deputado, que acreditava que, afora essas empresas que participavam do clube, nenhuma outra empresa brasileira tenha condições de participar dos contratos da PETROBRAS. Há aqui uma grande contradição. Qual a necessidade da formação desse cartel, desse sistema de proteção, se o senhor mesmo disse que, afora essas 16 empresas que inicialmente formaram esse clube, criaram esse sistema de proteção contra a entrada de novas empresas? O senhor vai me responder isso mais na frente.

O senhor disse também que esse cartel, esse clube tinha um coordenador. Esse coordenador organizava as reuniões em que se fazia a distribuição dos contratos e o contato com o Sr. Renato Duque. O senhor disse isso aqui hoje. Essa pessoa tinha a última palavra sobre quem ganharia cada contrato. E era essa pessoa, nos termos da sua declaração também, que mantinha o contato com o Sr. Renato Duque. O senhor disse textualmente, no seu termo de colaboração, que o Sr. Ricardo Pessoa, Presidente da UTC, era o meio de campo, era o intermediário dos contatos entre esse grupo de empresas, que formou esse cartel para saquear a PETROBRAS, e o Sr. Renato Duque, que era o Diretor de Serviço.

O senhor aqui, hoje, na sua declaração, diz que, muitas das vezes, o senhor pessoalmente tratou com o Sr. Renato Duque e com o Sr. Pedro Barusco acerca desses contratos. Em que ponto dessa relação promíscua criada na PETROBRAS a figura do Ricardo Pessoa deixou de existir? O senhor disse no seu termo de declaração que o contato com o Renato Duque era o Ricardo Pessoa, que ele era o intermediário, era o meio de campo entre as empresas e o Renato Duque. O senhor declarou aqui hoje que, em várias oportunidades, sentou-se pessoalmente com o Renato Duque e com o Pedro Barusco para tratar de contratos, de propinas e de repasse de valores. Há aqui uma contradição, ou então eu preciso saber quando essa relação de confiança entre o clube e o Sr. Ricardo Pessoa deixou de existir.



O senhor também afirmou a existência de acordos para pagamento de comissões e propinas entre as empresas do clube e o Sr. Paulo Roberto. Esse réu confesso, já no seu termo de colaboração premiada, reconheceu a sua participação nessa máfia, nessa quadrilha e também com o Sr. Renato Duque. E insiste ainda em desconhecer esse esquema criminoso, dizendo-se vítima de uma armação, embora todos os depoimentos e provas digam o contrário.

O senhor pode não ser um engenheiro muito competente, mas, sem dúvida nenhuma, o senhor é um excelente negociador, porque o senhor diz aqui, no seu termo de colaboração, que discutiu muito junto ao Sr. Renato Duque e ao Sr. Pedro Barusco sobre os valores da propina inicialmente acordados em 1%, na Diretoria do Sr. Paulo Roberto, e 2% com o Renato Duque. E o senhor diz que, em negociação feita com o Sr. Renato Duque e com o Sr. Paulo Roberto, o senhor conseguiu reduzir os valores, que eram, primeiramente, de 1% numa diretoria e de 2% na outra, para 0,6% e 1,3%. Isso mostra que o senhor tem uma qualidade excepcional: o senhor consegue discutir abatimento no pagamento de propinas. Realmente, a sua qualidade de negociador é excepcional. Talvez a de engenheiro não seja tanto, porque o senhor diz aqui que a sua empresa, com todas essas benesses oferecidas pelo clube, chegou a quebrar por um período grande de participação junto à PETROBRAS.

Eu fiz essas colocações para o senhor porque agora não é o momento de fazer pergunta, para que o senhor reflita, porque eu quero respostas para esses pontos que identifiquei. É importante que o senhor esclareça, porque há contradições entre o seu termo de colaboração e o seu depoimento aqui hoje. E o senhor sabe que, se o senhor faltar com a verdade no termo de colaboração, o senhor perde os benefícios que são oferecidos pelo termo.

Há outra questão que eu queria colocar para o senhor refletir. O que levou o senhor a participar, a se oferecer para essa colaboração? O senhor não foi preso nem conduzido coercitivamente. O senhor decidiu procurar a Polícia Federal, o Ministério Público a partir do momento em que o Paulo Roberto citou o seu nome e o senhor percebeu que a casa tinha caído, porque as provas que o Paulo Roberto forneceu ao Ministério Público e à Polícia Federal eram muito contundentes com relação a sua participação nesse cartel.



Em que momento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Só mais um minuto. E por que razão, e orientado por quem, o senhor resolveu procurar a Polícia Federal e o Ministério Público para participar dessa colaboração e fazer com que a sua pena fosse abreviada ou suavizada, com relação aos crimes que o senhor cometeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Algum comentário?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É para responder, não é, as perguntas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Caso queira fazer algum comentário...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, com relação a essa questão do clube, esse assunto iniciou com nove empresas. E o objetivo de proteção era protegerem entre si e não protegerem o mercado, elas não competirem entre elas. Esse era o principal objetivo, visto que a competição havia se tornado mortal nos anos anteriores.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Augusto, só para o senhor refletir. No seu termo de declaração, num certo momento, o senhor disse que essa proteção também serviria contra empresas de fora que fossem entrar na PETROBRAS. É muito importante que o senhor preste atenção no que o senhor está dizendo aqui para não se contradizer com relação ao termo de colaboração premiada. O senhor disse também no termo que ela serviu inicialmente para se acertarem entre o grupo e posteriormente para se preservar com relação à entrada de outras empresas na participação dos contratos da PETROBRAS. O senhor declarou isso no seu termo de colaboração. Está aqui.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É que eu estou respondendo, eu estou respondendo com tempo. Então, se o senhor me permitir, eu vou chegar lá. Essas empresas inicialmente se juntaram para se proteger entre si — eram nove companhias —, principalmente de uma competição mortal que havia havido em anos anteriores, onde todos saíram prejudicados. Por essa razão é que as companhias entenderam que competição mortal não ia levar ninguém a nenhum lugar interessante. Esse, vamos dizer, essas discussões e essa associação ou esse



clube, ele tinha um efeito bastante relativo, porque não tinha controle sobre o mercado, não tinha controle sobre quem a PETROBRAS estaria convidando. Então era uma coisa bastante relativa. A partir do instante em que esses dois diretores se implantaram na PETROBRAS, e aí é um período que eu não acompanhei de perto, é difícil dizer exatamente como aconteceu, mas certamente aconteceu nessa oportunidade, a partir do instante em que esses diretores se implantaram na PETROBRAS e houve uma aproximação desse clube com a PETROBRAS, e essa, sim, se deu através do Ricardo Pessoa, que à época era o Presidente da associação. Então ele, naturalmente, era um interlocutor não só desse grupo de empresa, mas de todas as empresas no setor de montagem industrial com a PETROBRAS, ele naturalmente era o interlocutor. Essa ligação e essa conversa acabaram resultando numa restrição, pelo lado da PETROBRAS, ao convite de um determinado grupo de empresas. Mas isso começou a se tornar efetivo quando entraram novos componentes dentro do clube. Eram inicialmente nove empresas e acabaram ficando 16 no final. Nessa época, sim, é que... entre essas empresas, e o que eu disse: que, para mim, naquela oportunidade, se entregava uma lista pelos diretores da PETROBRAS, e hoje eu vejo Pedro Barusco dizendo que não tinha lista. Até acredito que seja verdade, porque ele também está com o termo de colaboração. Aí, sim, esse grupo se protegia contra a entrada de novas empresas, para que pudessem ter efetividade nessa combinação. Então, essa foi a história que aconteceu dentro do grupo das empresas do clube. Não sei se eu respondi, se eu esclareci ao senhor.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não esclareceu, porque o senhor disse anteriormente que não acredita ver nenhuma outra empresa que pudesse participar dos contratos. Então a necessidade de contenção não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. pediu a palavra como Líder. Como ele quis dar uma explicação, eu achei que contribuiria para o esclarecimento desta CPI.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, voltando à outra questão, é difícil dizer se tem alguma empresa ou não que seja capaz de desenvolver as obras da PETROBRAS. A prática mostrou que todas elas não tiveram sucesso. Aí, quando examinaram o assunto da COMPERJ... Eu acho que é



interessante pedir à PETROBRAS para apresentar isso, mas a prática diz, pelo menos até onde eu sei, que todas as empresas que não tinham experiência com a PETROBRAS, não tinham o hábito de trabalhar com a PETROBRAS e pegaram os contratos, principalmente da COMPERJ, não conseguiram concluir os contratos, não conseguiram terminar. E, de repente, o que o Barusco diz, ele tem razão; eu não precisava de lista nenhuma, porque as empresas que tinham capacidade de executar eram aquelas mesmas. Talvez isso seja algo que tenha de fato acontecido. Hoje tenho dúvida de responder ao senhor porque, na minha cabeça, no passado, existia, sim, essa proteção, e existia, sim, a lista. Mas a prática mostrou que, de fato, as empresas que fizeram essa tentativa não tiveram sucesso. E, de fato, é difícil trabalhar com a PETROBRAS. É muito difícil trabalhar com a PETROBRAS. Depois o senhor falou que o Ricardo Pessoa é quem tinha a última palavra. Não. De fato ele era a pessoa que facilitava as reuniões. Ele cedia a sala para os encontros, ele organizava a agenda da próxima reunião — quando iria ser. Ele era um coordenador. Aliás, até me perguntaram se ele era um líder. Líder pressupõe-se que tem liderado. Ali eu acho que não eram questões em que tinham que ser liderados, eram questões de empresas que discutiam autonomamente. Ele era, sim, um representante. Era ele quem fazia os contatos com a PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Dando prosseguimento...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Relator, acho que ele não concluiu...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Qual foi a pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - É que não cabiam perguntas. É que, como Líder, não cabem perguntas. Mas, dentro do espírito de colaboração, ele quer contribuir.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu não fiz pergunta, fiz algumas colocações. Ele está explanando... Só que ele cita textualmente, na delação premiada, que o Sr. Ricardo Pessoa era intermediário, meio de campo, coordenador e líder desse grupo. Está aqui no seu termo de delação premiada.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A palavra líder não é correta. Na verdade, líder pressupõe que há liderados, e lá não havia liderados. Se havia alguma liderança, era das grandes empresas sobre as menores. Mas o



Ricardo era a pessoa que fazia os contatos do grupo com a PETROBRAS. Na minha cabeça, ele era a pessoa que levava a lista das empresas que deveriam ser convidadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Dando prosseguimento à lista dos inscritos para os debates como membros efetivos, concedo a palavra ao Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, só um esclarecimento. Há uma inscrição de Líderes e uma de membros. Qual é a ordem adotada? É porque eu fui votar. Só para eu entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - O Deputado Aluisio Mendes pediu a palavra como Líder.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Porque eu estou inscrito como Líder. Quero saber a que horas falarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - No momento em que V.Exa. solicitar. O Líder terá sempre...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - A minha pergunta é porque imagino que exista uma relação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, V.Exa. me chamou...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu queria, inclusive, que o Relator, o Presidente *ad hoc*, acompanhasse a inscrição dos Líderes inscritos para a gente entrar na ordem de inscrição dos debatedores, por favor.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Eu não estou querendo passar na frente de outro Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Se eu cometi algum equívoco, eu peço desculpas. No meu entender, o Líder se inscreve, e ele pede a palavra a qualquer momento. Foi por isso que, como nenhum Líder levantou a mão, eu passei para o segundo inscrito.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Relator, a norma aqui implantada é a de que há uma inscrição, às 8h30min, na relação dos Líderes, e é seguida à risca essa inscrição. Eu fui inscrito como primeiro Líder a falar. E aí V.Exa. tem que seguir a sequência dos outros inscritos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Se é assim, é, e por orientação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, se os Líderes não quiserem falar... Eu, por exemplo, quero falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Então, vamos aqui pelos Líderes.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente... Perdoe-me, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - O segundo inscrito é o Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)* Ausente.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, perdoe-me, é só uma observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Afonso Florence, Líder.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Presente.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, antes de passar a palavra...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Deixe-me falar, Presidente.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Peço, Sr. Presidente, só para você ler a lista dos Líderes para nós.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Só um segundo. A vossa interpretação, Presidente, quase foi o paraíso dos que chegam aqui às 8 horas da manhã pensando que vão falar logo, não é? São os inscritos membros. Mas, enfim, respeite-se o Regimento. Os Líderes na frente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, Presidente Imbassahy. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - A minha interpretação do que os Líderes...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Presidente Imbassahy, poderia ler a lista dos Líderes, por favor, só para a gente ver os que estão inscritos aí?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Aluisio Mendes, que já usou da palavra; João Carlos Bacelar, que não está presente; Onyx Lorenzoni,...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Já usou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - ... que já usou da palavra; Afonso Florence; Rogério Rosso; Julio Lopes; Ivan Valente, que também já usou da palavra; e o Deputado Izalci. Essa é a relação dos Líderes, pela inscrição, a partir da abertura da lista hoje pela manhã.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, enquanto o depoente está... É só uma questão de ordem, porque eu sei que o inscrito é o Deputado Florence. Eu tinha feito essa fala com o Presidente Hugo Motta e, para aproveitar o quórum aqui, estaremos indo hoje conversar com o Dr. Sérgio Moro, cerca de 11 Parlamentares, salvo engano — é um número desses —, inclusive conduzidos pela Presidência de V.Exa. Nós tínhamos um requerimento para justamente ouvir o Dr. Sérgio Moro. Esse não foi deliberado, e aquele dia o Relator o tinha colocado. E eu conversei com o Deputado Hugo que, em função da economia processual, o fórum não tem nada de administrativo, não tem nada de outro fórum. Como nós vamos estar com o Sérgio Moro para ouvi-lo, o Deputado Hugo tinha dito que o colocaria em votação, para que seja um procedimento oficial da CPI de um requerimento já apresentado. Era só isso que ele tinha colocado. Eu não tenho certeza de que a gente pode ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Olha, essa programação, Deputado Júlio Delgado, é uma audiência com um fim específico, um propósito definido, que é exatamente o compartilhamento das informações, porque ainda tem alguns procedimentos administrativos que necessitam ser ajustados, em função da segurança das informações, para o bom andamento das investigações da Operação Lava-Jato. S.Exa., o Juiz Sérgio Moro, está tendo cuidados adicionais, que estão trazendo algumas dificuldades para que esse material fique à disposição dos membros da CPI. Esse é um dos propósitos do nosso encontro com o Juiz Sérgio Moro.

O outro é compatibilizar a agenda de oitivas, depoimentos, do próprio Juiz Sérgio Moro durante a Operação Lava-Jato com o nosso desejo e propósito de ouvir também pessoas que estão detidas em Curitiba. Então, nós vamos compatibilizar



esse calendário. Esse é o propósito específico desta audiência. A audiência foi pedida com esse objetivo. Portanto, fugiria bastante de uma perspectiva de a CPI estar se deslocando para ouvir o Juiz Sérgio Moro, em Curitiba. Eu entendi que seria isso que V.Exa. queria organizar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu não tenho nenhum problema com relação aos depoentes. Nós vamos combinar. Mas, com relação ao Sérgio Moro, que esta reunião que vamos fazer amanhã com ele de procedimentos e tudo também se torne oficial, no caráter das contribuições que ele possa dar para a CPI. Não tenho nenhuma questão com os outros depoentes, e nem com aqueles que virão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não há nenhum problema, na medida em que...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - É só uma questão de a visita ao Dr. Sérgio Moro ser uma visita oficial da CPI,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Mas essa...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - ...até porque existe um requerimento nesse sentido, para que as contribuições possam ser trazidas a esta Comissão. Mas, se há objeção do Relator ou de alguém, só se fosse por consenso. Por isso é que eu propus a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado Júlio Delgado, a reunião que esta Comissão terá com o Juiz Sérgio Moro é uma reunião oficial, agendada pelo Presidente da Comissão, com pauta definida. E ele tem tido uma posição de colaborar em todas as solicitações que foram feitas. O que eu não consigo compreender é a necessidade de se aprovar um requerimento para ouvir um juiz? Eu, sinceramente...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Primeiro, era convite. Segundo, Sr. Relator, porque já chegou o depoente e o Deputado Florence está inscrito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Se for...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Amanhã, se nós quisermos aproveitar, na CPI, alguma parte da contribuição que será dada pelo Dr. Sérgio Moro, o requerimento de convite a ouvi-lo formalizaria isso. Como amanhã pode ser uma reunião informal, depois, se nós quisermos aproveitar alguma contribuição do



Dr. Sérgio Moro, vão falar que não tinha sido aprovado o requerimento para poder ouvi-lo como convidado. Isso é o que eu tinha combinado com o Presidente. Mas, se há uma confusão a respeito disso, não tem o menor problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Marun.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Até para contribuir com a discussão que se estabeleceu, eu entendo o seguinte: no caso de nós aprovarmos o requerimento e se estabelecer uma inquirição do Juiz Moro, eu, por exemplo, gostaria de estar lá. Eu estou entendendo que amanhã vai acontecer em Curitiba uma reunião administrativa, onde vai ser estabelecida a forma como se vai atuar lá em Curitiba. Agora, vamos ouvir o Juiz Moro. Eu faria questão de estar presente, Deputado Júlio Delgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Por essa razão, eu entendo que...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Até porque nós não podemos inquiri-lo, não, Deputado Marun. Nós só podemos ouvi-lo. Ele é nosso convidado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Podemos convidá-lo a participar ou inquiri-lo ou ouvi-lo! Se é para ser uma questão de buscar outras contribuições do Juiz Moro, nós gostaríamos de estar presentes, respeitando a sua opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu acho que já está esclarecido, Deputado Marun.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Nós, que eu digo, eu, pelo menos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - É uma audiência oficial administrativa com este propósito: compartilhar informações e ajustar o calendário de oitivas.

Eu passo a palavra aqui para o Relator Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - É só para deixar também muito clara a minha posição. Eu acho que, no meu entender, não cabe à Comissão aprovar um requerimento para ouvir o juiz que preside, até porque nós não temos como inquirir o Juiz. O que pode, dentro do espírito de colaboração, é fazermos uma reunião. E



evidentemente, nessa reunião, vai-se conversar sobre vários assuntos. Mas o meu posicionamento como Relator é o de que não cabe a aprovação desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Vamos dar sequência aqui à nossa oitiva, convidando o Deputado Afonso Florence, pelo tempo de 10 minutos, para falar como Líder.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, assim como os Parlamentares que me antecederam aqui pediram para usar o tempo de perguntas logo após o tempo de Líder, e isso foi adotado antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, não foi adotado, não, Deputado Afonso Florence. É só o inverso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Tá. Eu não posso usar os 13, tem que ser 10 agora e...?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, não. Se V.Exa. quiser aguardar o momento para falar como membro, aí são 10.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Não, não. Entendi, Presidente. Por gentileza, eu vou usar o tempo de Líder, e, posteriormente, seguindo a ordem, eu usarei...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Muito obrigado.

Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Presidente em exercício, Deputado Imbassahy, Relator e Sr. Augusto Mendonça, agora no Portal G1, uma das chamadas, a principal, é: *“Juiz manda soltar cunhada de Vaccari presa na Lava-Jato”*. A subchamada dessa, que é a principal: *“Moro não diz ter mais certeza de que foi ela quem fez depósitos suspeitos”*. Ontem, era inquestionável que tinha sido ela. A seguinte: *“Corrupção só era”* — entre aspas — *“generalizada’ nas áreas de Costa e Duque”*, diz delator. O delator a que o G1 se refere é V.Sa. A terceira: *“Ações da PETROBRAS caem mais de 3% após divulgação de balanço”*. Na primeira notícia do dia, ela cai 8.5, na segunda, 4.8, se não me falha a memória, um ou outro zero ponto percentual, e agora está em 3. E a expectativa obviamente é a de que feche o dia com menos de 3 e que volte a subir como subiu em todo o ano de 2015, com uma recuperação de aproximadamente 50%.



Nós, do Partido dos Trabalhadores, nesta CPI, Sr. Augusto Mendonça, queremos investigar, independentemente se agente econômico ou agente público, e, se agente público, independente da orientação partidária, como ocorreu a formação desse clube, chamado clube ou cartel, como houve o envolvimento de diretores da PETROBRAS e de outros funcionários e como partidos políticos se relacionaram com eles. O objetivo do Partido dos Trabalhadores fundamentalmente é apurar, constituindo provas para indiciamento ou inocência, e avançar na legislação brasileira para que não só a PETROBRAS mas também todas as empresas públicas, administração direta e indireta de todos os entes da federação, estejam melhor instrumentados, instrumentalizados, para não serem alvo ou de cartel ou de corrupção. Nós queremos acabar com a corrupção. O povo brasileiro não aguenta mais. Por isso, a nossa atitude aqui não é a de montar uma armadilha para uma fala sua, de buscar identificar uma contradição, mas, sim, de colher informações, indícios, provas, pistas, para tentar contribuir com a investigação.

E o outro propósito do Partido dos Trabalhadores é provar que não é verdade que haja uma orientação expressa do Partido dos Trabalhadores, do Governo da Presidenta Dilma, do Governo do Presidente Lula, da direção central da PETROBRAS, para a constituição de ilícito. Nós somos um partido constituído de homens e mulheres, talhados na luta pelos direitos humanos fundamentais, pelos direitos trabalhistas, pelo acesso a serviços públicos e por um modelo de desenvolvimento no Brasil que garanta que o Estado brasileiro, de acordo com os entes federados, tenha capacidade de ampliar a oferta de serviço público e contribuir para o desenvolvimento econômico do País com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais. Nós, do Partido dos Trabalhadores, somos homens e mulheres jovens, combativos e perseveramos nas nossas posições, como fizemos ontem à noite, levando às últimas consequências, dentro do Regimento da Casa, a defesa das nossas posições no que diz respeito ao PL 4.330, opondo-nos a esse PL.

Nesta semana, a Presidenta Dilma sancionou a Lei do Orçamento, que hoje foi publicado no Diário Oficial. Eu estava aqui consultando. A PETROBRAS publicou o seu balanço identificando um tamanho, um valor, do impacto econômico da perda. Pelo que o também delator, réu confesso, Pedro Barusco, disse aqui — eu não sei



se V.Sa. sabe, talvez ele seja o único que, estando preso, terá vindo depor aqui de público, em aberto; lutamos para que todos os depoimentos dos que estão presos fossem em aberto e infelizmente não obtivemos êxito —, o dinheiro repassado não tinha conexão com o processo licitatório feito, que estava dentro da margem das empresas. E disse que, com o PT, ele fez um cálculo estimado de valores conversados, mas que ele não podia garantir se era lícito ou ilícito.

Nós queremos apurar se era lícito ou ilícito, tanto que eu perguntei a V.Sa. — e quero, na sequência, quando me for permitido perguntar, e perguntarei — se a sua contribuição ao PT foi decorrente de algum ato ilícito praticado pelo PT, se foi obtida alguma vantagem contratual, um aditivo, uma licitação dirigida. Qual é o ato ilícito da sua contribuição? E aí eu sou obrigado a perguntar: as empresas em que V.Sa. participa do controle acionário, como foi dito por V.Sa. aqui — e foi lida uma lista, talvez não completa, talvez imperfeita, mas foi lida uma lista, na qual estão presentes os grandes partidos do Brasil; e não vou reiterar, porque não é espetacularização, é investigação —, pelo Deputado Chico Alencar, empresas que receberam contribuição. É diferente da alusão que foi feita a Governos Estaduais, porque eu poderia fazer alusão a Governo Estadual e aos contratos da empresa de V.Sa. em São Paulo, na Secretaria de Cultura. Mas não é isso que está em questão. O que está em questão é entendermos se, como e onde foi praticado o ilícito.

Foi dito aqui, pelo Paulo Roberto, que não tem empresa que participe de contribuição de campanha desinteressadamente; foi aludido aqui a contribuições do PT e de outros partidos; e foi perguntado a V.Sa., se V.Sa. recebeu cartilha de orientação do PT, como se a sua... E aí eu vou perguntar-lhe em seguida: quando V.Sa. doou para o PSDB, para o PP, para o PMDB, para o DEM, para qualquer partido que tenha doado, V.Sa. recebeu cartilha? Foi uma orientação político-ideológica, ou foi por uma leitura de mercado da importância daquele Governo, porque tem contratos naquele ente federado, tendo ou não praticado atos ilícitos?

A nossa tese é a de que houve o clube. V.Sa. operou na PETROBRAS como empresário — operou, no bom sentido da palavra — desde sempre, podemos dizer. E é notório, todo mundo sabe, que o Boechat... houve denúncia de ilícito praticado no final dos anos 80, início dos anos 90, na PETROBRAS. O Paulo Francis, segundo um jornalista notório, o Elio Gaspari, morreu de depressão, porque



denunciou um esquema generalizado de corrupção na PETROBRAS nos anos 90, e foi processado pela PETROBRAS. Elio Gaspari escreveu uma matéria sobre isso no jornal *O Globo*.

E V.Sa. disse aqui — e não é querendo pegar contradição, é querendo buscar pista para investigarmos — que a generalização — está aqui no G1 — foi nessas duas Diretorias, e foi porque diretores operaram. Mas o Pedro Barusco disse que atuava sozinho, e V.Sa. disse que só era possível... E a maior parte dos valores que ele está se dispondo a devolver — ele alega no depoimento dele, quando se faz as contas — é anterior a 2003! Ele auferiu resultados maiores anteriores a 2003. Então, não tinha nenhum diretor? Em toda a década de 90, não tinha mais ninguém? Não é que queiramos retroagir no tempo para pegar o PSDB. Não é isso! É que nós temos que entender como é que funciona, como é que funcionou e o que podemos fazer para evitar... Eventualmente aqui é feita a discussão, que é o decreto que deu brecha. Mas nenhum depoente, nenhuma delação, faz uma associação direta entre o recurso desembolsado e o processo licitatório. Pelo contrário, dizem inclusive que as comissões de licitação não estiveram envolvidas nesse processo, digamos assim, de captação ilegal ou distribuição de propina.

Então, eu vou perguntar a V.Sa., assim que me for dado o tempo de pergunta, onde é que está a propina? V.Sa. disse que não houve nenhum ganho lícito ou ilícito de V.Sa. e das empresas ao distribuírem esse recurso, que esse recurso vinha de dentro da margem. V.Sa. disse mais ou menos assim. Nós temos que entender: o que era oferecer? V.Sa. disse que não era vantagem, que não era facilidade, era a possibilidade ou a dificuldade. Nós queremos entender, para poder criar uma PETROBRAS no futuro em que não haja margem para que eventualmente alguém possa vender dificuldade para poder colher facilidade. Nós queremos limpar a PETROBRAS, queremos aproveitar que ela está num momento positivo, em que publicou o seu balanço. Temos que retomar os investimentos no Rio de Janeiro e em todos os Estados onde ela tem previsão de obras e concluir as suas obras. O acordo de leniência está previsto na legislação. Nós acreditamos que, com o conteúdo local e com empresas brasileiras, quem tiver que ser punido tem que ser punido, mas nós não podemos generalizar uma retirada delas de mercado dizendo que automaticamente vamos chamar as internacionais!



Nós temos a convicção de que a Operação Lava-Jato, nesta CPI, tem uma grande contribuição a dar ao Brasil. E assim que eu puder fazer as perguntas, essas serão as perguntas, sobre as quais eu solicitarei a resposta de V.Sa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k..

Seguindo aqui a lista de inscrição dos Líderes, com a palavra o Deputado Rogério Rosso, pelo tempo de 6 minutos.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, depoente, seu advogado, senhoras e senhores, eu aproveito esta oportunidade, como das outras vezes que fiz nesta Comissão — porque usar o tempo de Líder não nos permite elaborar perguntas —, para pedir a atenção mais uma vez na questão da eficácia do sistema de compras da PETROBRAS através do regime simplificado.

Escutei com atenção, Sr. Augusto, a sua fala, com respeito, escutei com atenção as indagações e os questionamentos dos meus colegas, e queria fazer uma abordagem rápida. E me desculpe se eu falhar na minha memória, mas eu sou um entusiasta do tema. Antes da Constituição de 1988, Deputado Luiz Sérgio, Relator, as compras públicas eram regidas pelo Decreto-Lei nº 2.300, de 1986. Depois, na Constituição de 1988, nos arts. 22 e 173, ficou muito clara a competência da União, do Poder Executivo, em legislar e traçar as diretrizes das compras. Em 1993, a famosa Lei nº 8.666 foi editada e passou a ser a principal base legal do sistema de compras, licitações. Ali, ela estabeleceu cartas-convites para determinados valores, convites e concorrência. E é em cima dessa Lei nº 8.666 que eles balizaram o mercado de compra pública ou de serviços públicos.

Em 1997... E o Augusto estava correto quando houve uma dúvida de que o decreto de 1998 era relativo à Lei do Petróleo. É verdade. Foi a Lei do Petróleo, em 1997, que possibilitou — se não me engano, no art. 68 — o regime simplificado. Em 1998, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e o decreto, em 1998, que regulamentou a Lei do Petróleo, que foi o regime simplificado.

Em 2002, Luiz, os primeiros questionamentos no TCU das empresas que tinham sido contratadas pela PETROBRAS através do regime da 8.666 ou, anteriormente, do Decreto-Lei nº 2.300, onde essencialmente o menor preço



prevalecia. E outras regras, como quem ganha o projeto básico, não pode fazer o Executivo.

O sistema simplificado trouxe à baila diversos itens no sistema de compras, inclusive integrando — quem faz o projeto básico também compra —, onde o menor preço, Augusto, deixou de ser a situação preponderante. E eu pergunto aqui aos meus colegas: Deputado Júlio, qual é o instrumento que regulamenta o sistema simplificado? É o próprio código de compras da própria PETROBRAS. E o TCU, a partir de 2002, começou a questionar, inclusive colocando que a PETROBRAS tinha que se ater, sim, em vários casos, ainda à 8.666. E a PETROBRAS passou a recorrer ao Supremo dizendo que ela tinha a prerrogativa da compra simplificada.

Luiz, sabe quando isso foi resolvido? Nunca foi. Não foi resolvido ainda. Portanto, quem fiscaliza finalisticamente as compras públicas da PETROBRAS? Eu faço uma pergunta aqui. E aí, com todo o respeito mais uma vez, quando o Presidente Eduardo Cunha veio aqui, de forma voluntária, para esta Comissão, eu fiz este questionamento a ele: qual era a opinião dele e do sistema simplificado de compra no que tange à eficiência e à transparência? E ele deixou bem claro que, na opinião dele, foi a partir dali. E aí eu não quero culpar o Governo Fernando Henrique, o ex-Presidente, por quem também tenho o maior respeito. Não. A partir dali, na opinião dele, por critérios não de menor preço, sistema integrado e pouco acompanhamento, é que infelizmente tudo isso pode ter começado a acontecer. E você, Augusto, você coloca no seu depoimento, no aspecto temporal, que no final dos anos 90 e início dos anos 2000, essencialmente no ano de 2004.

Pode ser coincidência de datas. Mas está muito claro, Luiz, no seu relatório, no nosso relatório — sou Líder do PSD, mas sou membro suplente da Comissão, e, quando posso, eu estou aqui —, está muito claro para mim, porque não é só a PETROBRAS que tem regime simplificado. A ELETROBRAS tem. A HEMOBRAS — Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia tem. A INFRAERO tem. E esta Casa tem o dever, na verdade, a prerrogativa e a atribuição, de um lado, de não querer engessar ninguém. Muito pelo contrário. Quebrou o monopólio, a empresa passou a competir com o mercado privado. E tem que ser competitivo! Mas, por exemplo, a PETROBRAS de fato é forte, como você falou, Augusto. Ela é muito forte



no mercado, a mão dela é forte. E ela é pioneira em vários aspectos. Eu me lembro que, em 2010, a integralização de capital foi de 172 bilhões, a maior da história.

Portanto, finalizando, Sr. Relator, especificamente nós precisamos resolver, porque o TCU e o STF não resolveram. E está claro, está claro: o sócio majoritário da PETROBRAS é o povo brasileiro, é a União. Está claro que essa má resolução pode ter sido uma das possibilidades de a gente estar vivendo, infelizmente, esse episódio que envergonha o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes, pelo prazo de 7 minutos, pela Liderança do PP.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Eu poderia fazer as perguntas, porque eu estou inscrito também para perguntas, Deputado, e, posteriormente, ir direto ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Quando é o inverso, pode, porque assim V.Exa. estaria furando a fila dos inscritos para o debate. Aí não pode.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Augusto, na realidade, eu gostaria de fazer algumas perguntas, mas posso fazer aqui, então, uma fala e alguns comentários que eu acho importantes. Aqui, em arguição, Presidente, como o senhor está hoje, esteve aqui o Sr. Renato Duque. E o Sr. Renato Duque nos disse claramente, repetidas vezes, que o senhor mentiu na delação que fez e que ele jamais lhe pediu coisa alguma e que jamais lhe sugeriu coisa alguma ou que, enfim, em momento algum deu a entender nada no sentido daquilo que o senhor alega. E, aliás, o senhor documenta, porque o senhor tem a documentação da propina paga, inclusive em prestações. O senhor fez um trabalho de delação, a meu ver, consistente, assessorado aí pela Elizabeth Catta Preta, que me parece que inclusive convenceu o Paulo Roberto Costa a refluir a uma contratação importante que ele havia feito de um grande criminalista para a questão da delação.

Mas o fato concreto é que aqui o Sr. Duque esteve e disse que o senhor faltou com a verdade, que os fatos não correspondiam à verdade. E acho que o que o Brasil gostaria de saber obviamente é se esses fatos são ou não reais, como o senhor no seu depoimento declinou, ou se o Sr. Duque está de fato mentindo, quando veio aqui, porque ele inclusive conseguiu uma liminar para ter o direito de mentir quando aqui esteve. Mas o Sr. Vaccari também compareceu a esta CPI e,



nas mesmas circunstâncias e da mesma forma, colocou que tudo aquilo que o senhor havia colocado na sua delação, assim como os outros delatores, o Pedro Barusco e os outros, enfim, não tinha consistência de verdade. Então, eu acho que o que o País gostaria de saber, o que os brasileiros gostariam de saber, é de que forma o senhor poderia dar ainda mais consistência ou veracidade às suas palavras e ao seu termo de delação, para que a gente possa melhor entender essa questão.

Outra dúvida e outra questão que eu gostaria de trazer a V.Sa. é que a PETROBRAS publicou o balanço, e nele ela teve, ano passado, um faturamento da ordem de 82 bilhões. Registrou um prejuízo, como está público, da ordem de 21 bilhões e perdas da ordem de 6 bilhões. O senhor, como empresário, como membro de Conselho, como homem que tem uma densa vida empresarial, que está passando por esses momentos agora, acha possível que uma empresa dessa envergadura tenha problemas desse tamanho sem que a sua administração superior — e aí eu falo o Presidente da companhia ou a Presidenta da companhia — tivesse consciência e informação desses fatos? O senhor acha possível que os Conselheiros dessa empresa pudessem não ter informações acerca de desvios e de prejuízos tão volumosos? O senhor mesmo fez um elogio grande aqui à capacidade da PETROBRAS. E eu quero concordar com V.Sa. Acho que a PETROBRAS guarda competências que são mundialmente conhecidas. A gente, obviamente, tem que reconhecer que ela tem grau de excelência em exploração de petróleo em águas profundas e outras matérias. E esses segredos, obviamente, têm que ser protegidos, têm que ser protegidos por inteligência, por segurança corporativa.

Eu queria saber se o senhor, com a sua experiência de engenheiro, com a sua experiência de empresário, não acha estranho que o Presidente da companhia e os conselheiros não tenham sido informados desse tipo de procedimento? Será que todos os diretores, frequentando a companhia, não achavam estranho esse movimento de Parlamentares que visitavam a companhia trinta, vinte vezes? Será que só nós aqui podemos achar isso estranho? Será que uma companhia, que tem segredos industriais e segredos de procedimentos, segredos de metodologias tão ricos e tão poderosos, guardou esses segredos e não conseguia informar à sua administração superior dos desmandos, do descalabro, da roubalheira que se estava processando internamente? Eu gostaria de ouvi-lo. Quer dizer, na realidade, eu acho



que o senhor deu uma contribuição. Entendo aqui que o senhor tem uma vida profissional, teve um deslize, envolveu-se nessa situação e obviamente está procurando um caminho, que lhe é facultado através da delação, de retomar a sua vida civil, de retomar a sua vida empresarial. Mas eu acho que aí fica um favor a mais que o senhor poderia fazer à sociedade brasileira nessa tentativa de se redimir dos ilícitos que praticou, dos malfeitos que fez, enfim, que o senhor mesmo admitiu, que o senhor mesmo reconheceu. Dê-nos mais informações acerca desse seu conhecimento, porque o senhor estava ali, o senhor foi conselheiro de uma grande empresa, o senhor forneceu, o senhor participou do clube, o senhor tem todas as informações. Será que a Presidenta da companhia não tinha essa informação? Será que o Conselho nunca foi informado desse tipo de procedimento, desse tipo de acordo, desse tipo de entendimento e dessa roubalheira? Parece-me absolutamente inverossímil que uma companhia, que guarda segredos e tecnologias tão poderosas e tão importantes, não tivesse um sistema de informação corporativa para informar que havia pessoas visitando a companhia trinta vezes sem razão nenhuma de ser!

Então, eu queria pedir, Sr. Augusto, na medida do possível, assessorado por sua competente advogada — a gente tem visto que ela tem feito diferença, tanto que o senhor não foi preso, o senhor está aqui testemunhando e está conseguindo levar o seu processo —, que contribua mais, que ajude mais o Brasil. O senhor mesmo disse que está se sentindo melhor, porque está dando uma contribuição, que o senhor ajudou nesse processo e está ajudando a construir outra PETROBRAS e um País melhor. Ajude-nos nesse entendimento. O senhor tem conhecimento? O senhor tem informação? Não é razoável que um sistema corporativo, com a tecnologia, com o reconhecimento e com a importância internacional que tem, possa ter feito a maior roubalheira jamais vista numa companhia de petróleo no mundo inteiro, sem que isso tivesse alçado ao conhecimento dos seus conselheiros e dos seus presidentes.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Gostaria de fazer algum comentário? Quer fazer algum comentário?

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - O próximo inscrito...



**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Relator, Sr. Presidente, só quero fazer uma observação aqui, nada contra V.Exa. estar presidindo a Mesa. Mas nós temos na CPI um Presidente e três Vice-Presidentes, e, por coincidência, nenhum dos quatro está aqui. Não sei se eles estão em algum trabalho ou se estão... Só para a gente poder... Senão, não precisaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Eu posso falar pelo primeiro Vice-Presidente, que saiu para uma reunião na CGU. Foi a justificativa que ele deu.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Mas pela ação dos outros, seguramente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Ele foi à CGU em decorrência da reunião que terá em Londres. Ele foi em busca de informação.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Mas foi comunicado à CPI que ia ter essa reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Eu estou dizendo que... É uma informação que ele me deu aqui, só como justificativa. Agora, o Presidente seguramente está tratando de interesses da CPI.

Vamos dar sequência.

Tem a palavra o Deputado Izalci, por 8 minutos, como Líder. Como ele é o primeiro inscrito, ele terá mais 3 minutos: 8 minutos para fazer o discurso e 3 minutos para as perguntas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, não farei discurso, farei aqui algumas afirmações. E gostaria até que o Dr. Augusto fosse anotando. Se eu disser alguma inverdade ou alguma coisa incoerente, eu gostaria que V.Sa. depois se manifestasse sobre as minhas afirmações.

Primeiro, eu quero começar a minha fala parabenizando a advogada Beatriz Catta Preta. Realmente ela prestou um grande serviço ao País, na medida em que convenceu diversos atores a aceitar a colaboração premiada. E é graças à colaboração premiada que nós estamos avançando nesse processo. Dificilmente avançaríamos se não houvesse a colaboração premiada.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente e Relator, primeiro, manifestar a minha indignação, a minha revolta e a minha solidariedade com os funcionários da PETROBRAS. Hoje, na publicação do balanço, o Presidente Aldemir Bendine fez um



pedido de desculpa, em nome dos funcionários da companhia, pelo escândalo da corrupção. Abre aspas: *“Faço o pedido de desculpas em nome dos empregados da PETROBRAS, porque hoje sou um deles.”* Não são os empregados da PETROBRAS que têm que pedir perdão, desculpas ao povo brasileiro. Quem tem que pedir perdão, desculpas ao povo brasileiro é o Governo, aquele que nomeou os diretores que assaltaram a PETROBRAS. Quem tem que pedir desculpas ao País são os Diretores Renato Duque, Pedro Barusco; Sérgio Gabrielli, que era o Presidente; a Presidenta Dilma, que vetou, junto com o Presidente Lula, aquilo que nós tínhamos aprovado no Congresso, que é exatamente a LDO de 2009, que proibia a aplicação de mais recursos na Abreu e Lima e REPAR. Portanto, foi vetado pelo Presidente Lula.

Quero dizer também que o balanço, reconhecido pela Presidenta Graça, um prejuízo de 88 bilhões — foi demitida provavelmente por isso. Agora, no balanço atual, o atual Presidente, junto com as consultorias, reconheceu desvalorização do ativo de 44 bilhões; admitiu, e está no balanço, corrupção: 6 bilhões, 194. Qual foi o cálculo que fizeram, e já reconheceram? Três por cento dos contratos e aditivos celebrados pelas Diretorias de Abastecimento... a do Paulo Roberto Costa, e de Renato Duque: 6 bilhões, 194 milhões de corrupção, de desvio de dinheiro público no balanço. E, com isso, um prejuízo líquido de 21,6 bilhões, o maior prejuízo das empresas nos últimos anos, inclusive, da PETROBRAS. O último prejuízo da PETROBRAS foi em 1991 — 1 bilhão e 200. Hoje, está sendo registrado 21,6 bilhões.

E aí é que eu gostaria que V.Sa. fosse anotando as minhas afirmações, para ver se, realmente, eu tenho, ou não, razão. Vou falar sobre duas coisas agora: licitação e doação de campanha, doações.

Primeiro, com relação a licitações, nós temos duas fases aqui, em termos de licitações: antes de Lula/Dilma, e depois de Lula/Dilma. Ou seja, 1998, e após 2003. O que disse Barusco, aqui, com relação a licitações? Barusco disse que antes de Lula e Dilma ele recebia comissões, propina, individualmente, das empresas. Normalmente, ele pedia ao empresário, e o empresário oferecia propina para ele. Esse era o antes. V.Sa. também disse: *“Antes, as empresas reuniam, mas não*



*tinham como interferir na PETROBRAS, não conheciam os mecanismos da PETROBRAS".* Vocês se reuniam para se proteger entre vocês. É o que V.Sa. disse.

Agora, vamos ao depois. Depois, Barusco disse que a partir de Lula/Dilma, 2003 para frente, a corrupção passou a ser sistemática, institucionalizada, e com a participação dos diretores da PETROBRAS. Isso é depois. Ou seja, como disse o Ministério Público, depois de Lula e Dilma, aí passou a ser uma quadrilha dentro da PETROBRAS. E o que V.Sa. disse... Isso, Barusco... V.Sa. disse que a partir de Lula/Dilma, 2003, 2004, as empresas eram convidadas pela PETROBRAS para participar da licitação, e sabiam, porque eram informadas pelos diretores da PETROBRAS, quais as empresas que estariam sendo convidadas. E aí, conhecendo as empresas convidadas, e sabendo a margem que poderiam trabalhar, que até 20% do preço da PETROBRAS, conhecendo, então, isso, eles, quer dizer, as empresas, ficavam muito à vontade para aumentar sua margem. Todas sabiam que, quando chegasse a sua vez, colocaria a margem de lucro e adicionaria 3%.

Agora, é óbvio, quem paga a conta é o povo brasileiro, seja chamado de margem de lucro, seja custo, aumento de custo, o que é real é que as empresas, sabedoras de quais aquelas que estariam na lista, evidentemente combinavam entre si: *"Olha, está aqui o meu preço"*. E aí, evidentemente já estava adicionada a margem de lucro, e também os 3%, e as demais empresas participantes colocavam um preço menor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Só lembrando ao Deputado que já está no momento das perguntas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, não, não estou, não; estou só afirmando. Só estou afirmando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - É que já está nos 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Este é o meu sistema. Não, falta 1 minuto e 41. Daqui a pouco vão aumentar as perguntas.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É porque não cabem todos os...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É isso mesmo. Agora, eu quero repor esse período.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - É, Relator, vai ter que escutar as conversas...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Agora vou entrar nas perguntas. Vou entrar nas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) - Tem hora que...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Aliás, eu não posso entrar nas perguntas ainda. Mas eu quero ainda... Agora, com relação às doações. Antes de Lula e Dilma, depois de Lula e Dilma.

Antes de Lula e Dilma, V.Sa. disse aqui, "*Antes de Lula e Dilma...*" E os partidos políticos em geral e em especial... Vou colocar alguns em especial: PSDB, DEM, PPS, PSB. V.Sa. disse que eram doações espontâneas, sem ameaça, sem chantagem, etc. V.Sa. disse isso aqui. Agora, depois de Lula e Dilma, para o PT, em especial, as doações, ou comissões, ou propinas, eram — abre aspas aqui — "*recomendadas, pelo Diretor da PETROBRAS Renato Duque, para Vaccari...*", que nem era, como ele disse aqui, o tesoureiro do PT.

E aí, eu entro, então, Sr. Presidente, nas primeiras perguntas.

O Sr. Vaccari, quando esteve aqui, mentiu, evidentemente, descaradamente, porque disse ele aqui... Vaccari, reiteradamente, nesta CPI, que só tratou de doações oficiais ao PT após ser alçado ao cargo de Secretário de Finanças do partido, no ano de 2010. Ele afirmou isso aqui. E agora V.Sa. diz exatamente o contrário: que, desde 2008, V.Sa. deu contribuições, propina, ou doações, para o Sr. Vaccari. De fato, 4 milhões, 260 mil, as contribuições que V.Sa., através da SOG, foram dadas ao Partido dos Trabalhadores, desde, inclusive, 2008, 2009, 2010, 2011, V.Sa., as empresas ligada a V.Sa. já doavam ao Partido dos Trabalhadores. Aliás, dia 23/10/2008 já foi a primeira doação, para o PT do Diretório da Bahia, 100 mil reais, então, desde 2008.

Agora, pergunto a V.Sa., com relação ao Sr. Vaccari. V.Sa. poderia dar mais detalhes dessa conversa que teve com João Vaccari na sede do PT, vez que nessa época ela ainda não era o tesoureiro? Ora, como eu vou fazer a doação oficial para o partido, chegando lá, ele não é o tesoureiro? Como é que foi essa conversa?

Segundo: V.Sa. confirma que João Vaccari Neto tinha pleno conhecimento e controle da sistemática de lavagem, de propina, por intermédio das doações oficiais



do PT? Ou seja, V.Sa. chegou a dizer a ele que, da propina que estava sendo paga ao PT, seriam deduzidas as contribuições da propina? Ou seja, parte doações do partido, parte notas fiscais de gráfica, parte notas fiscais de empresas fantasmas, como MO e Rigidez.

E pergunto, ainda: na opinião de V.Sa. a diretoria que entrou em 2012 sabia do esquema, e uma de suas missões era estancá-lo, esse esquema que foi produzido pela diretoria da PETROBRAS e as empresas?

Na sua opinião, o Palácio do Planalto tinha conhecimento desse esquema?

E, para finalizar, Sr. Presidente, quero fazer aqui, exatamente, com relação a Ricardo Pessoa. Ricardo Pessoa, que se declarava amigo pessoal do ex-Presidente Lula, fez chegar à revista *Veja* carta contendo um resumo do que revelaria ao Ministério Público, caso ele fizesse a delação premiada. Diz ele que o esquema organizado de cobrança de propina na PETROBRAS foi montado em 2003, gestão Lula; e tinha um operador, o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, condenado pelo mensalão; e que o ex-Presidente Sérgio Gabrielli sempre soube de tudo; e que, em 2014, a campanha de Dilma Rousseff e o PT receberam da UTC 30 milhões, desviados da PETROBRAS.

Pergunto a V.Sa.: V.Sa. tem conhecimento de algum desses fatos? Pode confirmar alguns deles? Ricardo Pessoa chegou a comentar com V.Sa. o teor de alguma conversa, ou tratativa, que manteve com o ex-Presidente Lula, relacionada à PETROBRAS?

Sabe informar se Ricardo Pessoa obteve algum benefício em decorrência da amizade que ele tinha com o Presidente Lula?

Acha crível que o acordo para o pagamento de propina a diretores da PETROBRAS tenha sido fechado entre Ricardo Pessoa e Lula?

E com relação à Presidenta Dilma, Ricardo Pessoa manteve alguma conversa com V.Sa. a respeito da Presidenta Dilma? Ela tinha conhecimento do esquema de corrupção implantado na PETROBRAS?

Estas são algumas indagações que gostaria de fazer a V.Sa.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem... Desculpe, o senhor falou aí acho que 8 ou 9 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem rápido.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Primeiro, as doações de campanha e a questão... Só para orientar, não para responder.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Em poucos minutos, é meio difícil de eu conseguir...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Licitações, depois...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... guardar tudo, mas pelo que eu anotei aqui, que o senhor me pediu para anotar, se existiram duas fases, de 1998 e 2003, é...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - De 2003 para trás ou para a frente.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - De 2003 para trás ou para frente. É... O que eu conheço, sei e acompanhei é que as empresas se reuniam, inicialmente, com o objetivo de se proteger entre si, e, a partir de um determinado instante — que eu não sei precisar quando foi, nem como foi, porque nós não estávamos participando nesse período — houve uma ligação entre esse grupo de empresas e os diretores das PETROBRAS, no sentido de que as listas de convidados fossem mais restritas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Que foram depois de 2003.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Que foram com esses Diretores...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... Paulo Roberto e Renato Duque. E isso, que passou a ter efetividade, realmente, quase que acontecendo mais ou menos no mesmo período, entre essa conversa e o acréscimo das empresas que faziam parte desse clube, de modo que a lista de empresas convidadas é... E, muitas vezes...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Por favor, só para facilitar, V.Sa. não precisa de comentar, eu só gostaria de perguntar a V.Sa. o que eu disse aqui, com relação à licitação, que, antes de 2003, era apenas proteção entre as empresas, e não tinha interferência da PETROBRAS, e, depois de 2003, com a participação dos diretores, passou a ser uma coisa organizada, com a influência da PETROBRAS. Era isso.



**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - E o que que... Elas se protegiam do que antes?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, é só para não ter que falar isso.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Elas se protegiam do que antes?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, estou só perguntando sobre essa linha do tempo, não é? A pergunta que eu fiz foi só essa. Ou concorda, ou discorda do que eu disse.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, antes, elas se protegiam entre si...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... sem a participação de...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sem a participação da PETROBRAS.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É isto.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Depois desse período, com a entrada desses diretores,...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Passou a ter.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... em um momento que eu não sei precisar nem quando, nem como, não é...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas com a participação desses dois diretores.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - E com a participação desses dois diretores...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k., só isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - ... passaram a ter um apoio. Pelo menos, era o meu entendimento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tá.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Tá?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Agora, com relação às doações, a mesma coisa.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Com relação às doações...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. já disse aqui, eu só estou reafirmando.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, então, com relação às doações, o que eu disse, e quero voltar a afirmar, é que o Diretor Duque me pediu para fazer contribuições ao PT, e eu procurei, a pedido dele, o Vaccari, no Diretório do PT, em São Paulo...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ele disse por que o Vaccari? Porque o Vaccari não era o tesoureiro. Ele falou alguma coisa, por que o Vaccari?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, ele não falou nada. E também não perguntei para ele por que ele me pediu pra fazer contribuição ao PT. É uma pergunta que tem que ser feita para ele.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hã, hã.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É, eu estive lá para entender e ver como é que essas contribuições poderiam ser feitas. Agora, o senhor citou aí contribuições a diversos outros partidos políticos, e outros candidatos, que, efetivamente, eu não sei dizer quais foram os candidatos, nem os partidos, porém foram feitas, mas que não têm absolutamente nenhum vínculo com toda essa questão que nós estamos falando aqui...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É isso o que eu estou dizendo, é só confirmar, sim ou não, se discorda do que eu falei, ou não, porque é exatamente isso, o que V.Sa. falou.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É, então, o que eu falei...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tá

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O que eu falei...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E agora as outras perguntas, então, só para...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ah, sim, o senhor me pediu para detalhar um pouco como é que tinha sido a conversa com o Vaccari sobre o assunto das contribuições. Eu o procurei, disse que queríamos fazer contribuições. Conversamos um pouco sobre o tema. Eu tenho um histórico com relação ao mercado, o que eu disse aqui, da minha participação e tudo isso. Eu...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sem interromper V.Sa., o Diretor Renato Duque disse: "Olha, procura o Vaccari e entrega lá o dinheiro para ele". Aí o senhor chega lá: "Cadê o Vaccari?". Aí ele pegou: "Está aqui o dinheiro". E pronto? Não conversou



nada com ele? “Olha, o Duque falou isso aqui, pediu para que eu viesse procurar o senhor e tal”.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não houve nenhuma referência à PETROBRAS, ou ao Duque, ou a qualquer coisa desse tipo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só pediu para entregar o dinheiro?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É. Ele só pediu para eu fazer a contribuição, o Duque.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas teve várias.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tem aqui, no mínimo, eu posso citar pelo menos umas trinta.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não. Ele me pediu algumas vezes. E os acertos de contribuição que eu fiz foram parcelados. Eu pedi para... Eu pedi, não, eu propus que os pagamentos fossem parcelados e fiz os pagamentos parcelados. Esses pagamentos deveriam ter uma certa periodicidade — mensais, provavelmente. E, algumas vezes, a gente tinha dificuldade de fazer o pagamento. Eu ligava para ele para avisar que a gente faria mais tarde. Ou até ele, em algumas situações, me ligava, me pediu também recursos...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quando atrasava o pagamento, o senhor falava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, o tempo de V.Exa. foi encerrado.

V.Sa. ainda tem mais alguma resposta a dar ao Deputado Izalci? Se tiver, V.Exa. tem o tempo que for necessário, para que eu possa dar seguimento ao outro Líder.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ele me fez mais algumas perguntas: se, por exemplo, a diretoria que entrou em 2012 sabia ou não sabia que tinha o esquema.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Na opinião de V.Exa., a diretoria que entrou também sabia que havia esse esquema — só perguntando —, a que entrou em 2012?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não sei.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu só perguntei isso, Sr. Presidente, porque, depois de 2012, quando foi desconstituído o cartel, ou clube, foi com a saída do Renato Duque. Então, provavelmente, alguém, quando entrou, foi para acabar o esquema. E aí alguém tomou conhecimento. Por isso eu perguntei.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não sei se entrou para acabar o esquema ou, depois que entrou, efetivamente acabou, porque essa interlocução acabou. Com a diretoria que entrou a partir de 2012, não houve nenhum tipo de conversa, de acerto, de pedido, de nada. Então, é difícil dizer se a diretoria nova sabia do passado ou não sabia e se tinha alguma ligação com relação a isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Faltou a questão do Ricardo Pessoa, da relação com ele, como é que era a relação dele no clube. Por que ele era o líder do clube? Era a amizade com o Lula, é isso? E qual era o...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O Ricardo Pessoa foi Presidente da Associação...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Da ABEME.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - DA ABEME. E durante esta fase aí, as empresas começaram a colaborar entre si. Tudo isso acontecia fora da associação. Porém, ele, como era o Presidente da Associação, ele era a pessoa que mais visitava oficialmente a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu já participei de sindicatos... Só...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, em respeito ao seus companheiros de CPI, nós daremos seguimento ao próximo Líder.

Deputado Altineu Côrtes, pela Liderança do PR. V.Exa. tem até...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quatro minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Quatro minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quatro minutos? Seis minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É uma questão de ordem. V.Exa. não estava aqui. É uma questão de ordem. V.Exa. não estava aqui quando eu perguntei, quando eu disse: "*O Sr. Vaccari mentiu descaradamente aqui*". Qual é a providência que a CPI fará com relação a Vaccari, que disse que nunca recebeu dinheiro,



somente após assumir a Tesouraria do PT em 2010, e agora, como já estava previsto em outras delações?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos ter as sessões deliberativas que tratarão das próximas providências e próximas reuniões da CPI. Com certeza, esse tema virá à tona e iremos deliberar, sem dúvida alguma, sobre as providências que serão tomadas, como...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu só pediria para registrar. Eu vou cobrar depois providências em relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ... possíveis acareações, enfim, aquilo que a maioria da CPI resolver fazer diante dos seus membros, nós iremos com certeza dar o seguimento necessário para que a CPI possa avançar.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só lembrando que ele não assinou o termo para falar a verdade, Presidente, o João Vaccari Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu sei, é verdade.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas não quer dizer que pode mentir.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ele veio para cá com uma decisão judicial para mentir. Isso ficou claro quando ele estava aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, com a palavra por até 4 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Augusto, é uma pena que eu não posso mais perguntar ao senhor, já que estou usando tempo de Líder, mas eu acho que a Dra. Beatriz, competente, está prestando um serviço ao Brasil nessas delações premiadas, com certeza, sem dúvida.

Mas eu fico assim bastante impressionado, porque esse é o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. E as coisas vão vir à tona, não tem jeito. É um trabalho competente do Ministério Público, do Dr. Sérgio Moro. Esta CPI, eu tenho certeza, vai aprofundar isso. Serve para as pessoas virem aqui falar, inclusive as pessoas prestaram o seu depoimento, pessoas que já fizeram as delações. E existem contradições que estão surgindo aqui. As pessoas estão mentindo nas delações premiadas. Não é o caso do Dr. Vaccari — do Sr. Vaccari, aliás —, que esteve aqui, mentiu, porque ele disse que era a partir de 2010. Hoje, o senhor afirmou aqui que, a partir de 2008, o senhor já tinha tido um encontro com ele. Como



o Renato Duque, que se calou aqui e, com certeza, possivelmente vai voltar. Houve contradições do Renato Duque com o Pedro Barusco.

Então, quem sou eu para querer ter o poder de convencer a Dra. Beatriz, que é uma magistrada nesse assunto? Mas eu entendo que as coisas vão aparecer. É impossível, na minha opinião — tem 40 anos que o senhor trabalha dentro da PETROBRAS —, impossível que os fiscais, gerentes, engenheiros não estejam envolvidos, levando alguma coisa nesses aditivos. E eles vão sentar aqui. Um pode não falar, mas vai acabar pegando. E aí vão dizer, eles vão afirmar contra uma afirmação do senhor, e talvez uma delação premiada que o senhor fez e está ajudando o País, por um detalhe, pode prejudicá-lo.

Então, não nesse momento, porque eu não tenho condição de perguntar agora, mas eu queria até, doutora, que a senhora avaliasse uma questão como essa, não só em relação ao Dr. Augusto, mas em relação aos outros clientes da senhora que fizeram a delação premiada.

As coisas estão surgindo. As delações premiadas vão ser afetadas e vão dizer: “Fulano mentiu”. Outra coisa, as acareações possivelmente serão aprovadas por este Plenário. E vão ser feitas acareações aqui. E um vai desmentir o outro. Isso tudo está registrado aqui. O Dr. Sérgio Moro e a Justiça vão tomar providências.

Então, Sr. Augusto, primeiro, eu quero dizer que o posicionamento do senhor é um posicionamento corajoso de assumir aquilo que fez, fazer a delação premiada. Eu acho isso, mesmo diante dessa situação, muito importante. Mas, preste atenção, porque às vezes por um detalhe o senhor vai fazer pela metade. Por exemplo, o senhor disse que encontrou o Sr. José Dirceu. Como é que foram esses encontros? Por que o senhor encontrou, se o senhor não tratou sobre esse assunto? E o senhor trabalhava na PETROBRAS 40 anos. Qual era o assunto? Isso pode surgir daqui a 1 mês, 2 meses, 3 meses e prejudicá-lo naquilo que o senhor já falou, porque isso não tem mais como voltar.

Então, são considerações que eu gostaria de fazer ao senhor. O Deputado Onyx comentou, quando o Sr. Vaccari veio aqui, que o Dr. Flávio D'Urso o estava acompanhando, disse: “O tamanho do advogado é o tamanho da encrenca”. Não deu outra: uma semana depois o Sr. Vaccari foi preso.



O senhor sabe que — eu falo aqui todas as vezes — eu sou de Itaboraí, onde fica o COMPERJ. Só quem vive ali sabe o mal que a corrupção fez para aquela região e para o Brasil inteiro. Pessoas tiveram os seus sonhos terminados, o lugar hoje está arruinado. Então, é muito grave o que aconteceu. Eu gostaria de deixar essa mensagem aqui para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, seria só isso. Eu acho que a Dra. Beatriz tem toda a sua experiência e eu não estou aqui para convencer ninguém. Mas essas questões vão aparecer e vão avançar aqui, porque nós vamos trazer na Comissão e nas sub-relatorias muita gente, inclusive funcionários de escalões menores. E, com certeza, vai haver muitos depoimentos que podem ser conflitantes com delações premiadas e prejudicar aquele que fez a delação premiada, às vezes por uma coisa pequena.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado. Para concluir.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Agora com a palavra o Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras que estão nos assistindo neste momento, meu tempo é muito pequeno para fazer um interrogatório e colher... Mas eu gostaria que o senhor anotasse as perguntas, para depois me responder.

Eu queria saber se o senhor tem conhecimento: quem que era o chefe de Duque? Quem o indicou para a PETROBRAS? Com quem ele dividia essa propina que ele recebia?

Pergunta número 2: quem disse que Janene passava a mandar naquela diretoria da PETROBRAS. Quem era o chefe dele? Quem chegou para o senhor e falou assim: “A partir de hoje o Janene manda aqui e a propina tem que rolar solta aqui.”? Quem que era o chefe do Janene? Quem o indicou para essa diretoria? Quem disse que ele mandava lá?



Pergunta número 3: quando e onde Duque pediu que as propinas fossem passadas para o PT? Qual o local? Foi na PETROBRAS, na casa dele, num restaurante? Eu gostaria de saber por que apenas a partir de 2003 ocorreu o aumento da eficiência do grupo para cooptar ex-diretores? Foi acordo das doações de 2002 que resultou nesse aumento no ataque aos diretores para que eles trocassem a propina? De onde surgiu isso? Por que o marco 2003?

Cinco: Vaccari indicou apenas conta do partido, ou de candidatos a Deputados, Senadores, Presidentes, ou gráficas, ou outras empresas para o senhor depositar?

Pergunta número 6: o que mais lhe chamou a atenção nesse esquema de propina como cidadão e empresário? Existe algum... O que mais chamou a atenção do senhor disso? O que é que foi isso, a facilidade? Existe algum remédio no entendimento do senhor para essas questões dessa propina, para essa bandidagem com o dinheiro do povo brasileiro? O povo brasileiro está nos escutando, nos assistindo e quer especialistas como o senhor, o senhor teria um remédio?

Ricardo Pessoa sabe mais que o senhor? Essa seria outra pergunta. Dilma, Lula, Gabrielli, Graça não sabiam nada, fingiam de mortos, foram omissos ou eram quem decidia como funcionava o esquema de corrupção? É impossível você estar no poder e não saber nada.

Nove. Qual o efeito da interferência política do Executivo federal nas indicações das diretorias políticas na PETROBRAS? Qual é essa interferência política? Se não tivesse isso, essa história seria diferente, a história do senhor, da sua família, seria diferente, se não houvesse tanta interferência política?

Dez. O senhor fez doações eleitorais agora para a campanha de 2014 para algum partido como rescaldo das propinas que devia para a Presidência da República ou não?

E a última pergunta: por que o senhor acha que o melhor momento para o senhor ter feito essa delação, o senhor falou aqui, eu fiquei muito feliz, seria o ano de 2013? O que teria sido diferente se o senhor tivesse feito essa delação em 2013, se a Polícia Federal, se o Dr. Sérgio Moro tivesse agido dessa forma?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Acabou o tempo.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito obrigado. Seriam essas as perguntas. Se o senhor não se lembrar de alguma das perguntas, eu a formulo novamente para o senhor poder responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Com a palavra o Dr. Augusto Mendonça.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bom, é meio difícil responder as perguntas e falar das afirmações que foram feitas porque efetivamente é muita gente e muito tempo aqui. Eu não tenho memória para poder comentar e responder a tudo. Mas eu só queria, rapidamente, no sentido de contribuição, falar um pouco o meu pensamento sobre essa questão toda. Efetivamente, a minha decisão por fazer a contribuição, a delação premiada, foi no sentido de que os empregos pudessem ser preservados. Eu, a partir de um determinado instante, acreditei efetivamente que essa investigação, esse processo vai trazer resultados importantes para o Brasil como um todo, para a própria PETROBRAS, para o mercado de contratação de obras públicas. A partir do instante em que eu senti confiança de que este era um processo que vinha para ficar, um processo que vinha para trazer consequências, foi o meu maior motivador a participar como um cooperador e é com essa função que eu estou aqui tentando responder a todas as perguntas que os senhores estão me fazendo. Efetivamente, quando eu digo que se isso acontecesse em 2003 era muito melhor, porque isso, em 2003, ninguém, nem PETROBRAS, nem as empresas teriam passado por esse processo. Eu, como empresário, posso dizer, ou posso garantir, que esse sistema não é bom para a empresa, esse sistema não é bom para o empresário. O empresário, nesta situação, também é vítima. Quando nós tivemos a oportunidade de voltar a ser convidados pela PETROBRAS, tivemos a oportunidade de voltar ao mercado, meu principal objetivo, naquela ocasião, era a manutenção dos empregos, porque olhava para dentro da minha empresa e via colaboradores, pessoas que estavam conosco há mais de 30 anos e que dependem do funcionamento desse mercado, dependem da continuidade da companhia para poder trabalhar. Hoje a situação não é muito diferente disso. Nós estamos vendo empresas aí passando por dificuldades. Muitas pessoas perdendo seus empregos por conta do resultado dessa investigação. Mas acredito que esse mercado vai entrar numa nova fase. O Brasil é um País que tem



muita coisa para ser feita. As empresas têm muito a contribuir com isso. Se empresários vão ser trocados, acho que isso aí não é o mais importante. Como já aconteceu no passado, empresários são trocados, e as empresas continuam, porque o mercado está aí, o mercado existe. De modo que nem para o lado do empresário essa questão é positiva; acho que essa questão é negativa sob todos os aspectos. Quando me perguntam, essa pergunta é recorrente: Quem sabia? Quem não sabia? O Conselho sabia? A diretoria sabia ou não sabia? É difícil eu responder, porque tem, acredito eu, muita probabilidade de que não sabia; porque, acredito que se soubessem, teriam parado com essa questão lá atrás, tão grande foi o assunto, como tão grande ele ficou. Então, sinceramente, se perguntam a minha opinião pessoal, acredito que não sabiam. Eu quero aproveitar, aqui, este momento, para falar de outro tema que é importante e que nós estamos vendo a PETROBRAS fragilizada, sendo atacada de todos os lados, quando, na verdade, a responsabilidade não pode ser atribuída à companhia. Acho que nós temos que atribuir essa responsabilidade aos dois diretores que estavam lá. Quem indicou? Que partido indicou? Por que indicou? Se ele estava lá a serviço de alguém eu não sei responder. Eu só sei responder que eles efetivamente são quem provocaram essa situação. Quando a gente vê o balanço da PETROBRAS, e a PETROBRAS fala que teve um prejuízo de 20 milhões de reais, não só a minha opinião, como amplamente divulgado, o maior prejuízo que a PETROBRAS teve foi por ficar com os seus preços sem reajuste. Na verdade, vendendo gasolina mais barata do que ela comprava. Então, nós não podemos dizer que assunto da corrupção na PETROBRAS foi quem levou a PETROBRAS para essa situação. Não foi. Nós também não podemos dizer que o assunto corrupção da PETROBRAS foi porque ela fez essa quantidade de obra, fez o que fez. Não. Apesar de tudo isso, a PETROBRAS, nesse período, descobriu o pré-sal, que é a maior reserva... Aliás, não é a maior, mas é uma das maiores reservas de petróleo no mundo. Descobriu por uma ação heroica dessa diretoria, porque teve a coragem de fazer o que diretorias passados não fizeram. Fizeram ampliações, fizeram... Conseguiram fazer com que a PETROBRAS aumentasse sensivelmente a oferta de combustíveis, a fabricação de combustíveis no Brasil, diminuísse a importação. Que dizer, muita coisa positiva foi feita na PETROBRAS nesse período e problemas aconteceram.



Nós estamos falando aqui do assunto do combustível, que para mim foi a maior perda que aconteceu na PETROBRAS. Então, a corrupção é um problema enorme? Sim. Nós não podemos culpar exclusivamente isso pela história que aconteceu na PETROBRAS e muito menos culpamos os funcionários da PETROBRAS por conta disso. E a mensagem que eu queria deixar aqui aos senhores, já que esta Casa aqui é a Casa que representa o povo brasileiro, representa o interesse do povo brasileiro — a PETROBRAS fragilizada —, existe uma discussão em curso sobre exploração do pré-sal, sobre a política de apoio às empresas brasileiras e a política de conteúdo local. Eu falei muito sobre essa questão de conteúdo local em diversos países, não só no Brasil. E o que o Brasil adotou não foi nada diferente do que a Inglaterra adotou no Mar do Norte, não foi nada diferente do que a Noruega adotou também no Mar do Norte. Aliás, o nosso sistema é muito mais parecido com o sistema norueguês do que com o inglês. Segue muito o que a Coreia fez com as suas empresas para o mercado naval, como Cingapura faz com os seus estaleiros para a construção *offshore*, e tudo isso foi feito aqui o Brasil. Hoje nós estamos vendo, pela situação que a PETROBRAS enfrenta, gente defendendo que a PETROBRAS não deva ser operadora do pré-sal, que a política de conteúdo local deva mudar. Isso é o que defendem as outras operadoras de petróleo. E eu acho que os senhores acompanharam essa discussão aqui longamente nesta Casa durante a discussão da Lei da Partilha. E eu só queria chamar a atenção dos senhores de que caso a gente...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, só um minutinho. Eu fiz algumas perguntas e das perguntas que eu fiz nenhuma delas foi respondida.

Eu gostaria de fazer o seguinte então: o nosso depoente fez um compromisso da delação premiada. Ele prestou o testemunho, e eu quero que fique consignado que ele não respondeu as minhas perguntas e que a gente comunique isso ao Dr. Sérgio Moura.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - É porque ele ainda não terminou de falar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ou ele faz...Eu estou falando, licença. Licença, por favor. Licença, por favor, que eu estou falando.



Eu gostaria que fique consignado isso ou então ele me responda: “Não, “não”, “não” às perguntas. Senão, eu quero que fique consignado e que se comunique que não respondeu às minhas perguntas. As minhas perguntas são objetivas. Duas ou três permitiriam a ele falar algo mais, mas são perguntas objetivas de “sim”, “não”, “não”, “sim”. Então, eu faço as perguntas rapidamente, o senhor me responde cada uma delas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - ...porque ele não respondeu para mim nenhuma das minhas perguntas. Está aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado. Eu vou pedir para o depoente continuar a sua fala, se ele achar que deve responder, ele responde. A resposta é livre dele.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não tem problema. O senhor ficou de me mandar as perguntas, eu falei que responderia. Mas não tenho problema nenhum de responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Eu peço para o senhor formular as perguntas, os questionamentos.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Mas eu só não quero perder aqui o ponto da minha convocação, porque eu acho que esse é um tema importante e que os senhores deveriam participar disso ou deveriam, por atenção desse assunto, para que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - O Deputado formula as perguntas. O depoente se comprometeu a responder.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Essas perguntas ele responde para mim?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não, não. Ele vai formular as perguntas por escrito.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Oi?!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Ele vai formular por escrito e ele vai responder, senão vai ficar o tempo todo com você e tem outros Deputados inscritos aqui.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Mas, Presidente, eu tenho 3 minutos. Se eu tive habilidade de fazer várias perguntas, eu uso o meu tempo para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - O seu tempo já foi usado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - O depoente pode responder como ele quiser.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ele pode responder, mas eu quero que fique consignado que ele não respondeu às minhas perguntas.

Eu só quero, Sr. Presidente, que o senhor consigne então que ele não respondeu minhas perguntas. Ele vai responder as minhas perguntas? O.k.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, o Sr. Augusto tem que responder às perguntas do Deputado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O depoente acha que está num seminário. Isso aqui não é um seminário, é uma CPI.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Senão é uma falta de respeito.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Tem uma fila de inscritos que está aguardando há horas, por favor!

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu estou desde 8 horas, desde 7 horas aqui.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O Deputado tem que ser respeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Dr. Augusto Mendonça, o senhor quer continuar a resposta?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não tem problema, eu posso responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Dr. Augusto Mendonça, o senhor quer continuar a resposta?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não tem problema, eu posso responder. Quem era o chefe do Renato Duque? Eu não sei. Renato Duque era um Diretor da PETROBRAS. Ele pertencia à Diretoria da



PETROBRAS. Eu não sei se ele tinha chefe. Eu não tenho ideia de quem indicou o Renato Duque para o cargo. Com quem ele dividiu o dinheiro da propina, eu também sei recentemente pelas declarações do Barusco, que existia uma divisão lá entre ele, o Duque, o operador, uma parte para o Partido dos Trabalhadores, enfim. Na época, eu não tinha nenhuma informação desse tipo. O Janene, quando me procurou, fez essa afirmação de que ele tinha sido o responsável pela nomeação do Paulo Roberto e que nós teríamos que fazer a contribuição, sob pena de termos dificuldade pelo lado da Diretoria do Paulo Roberto.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Como ele conseguiu nomear o Paulo? De onde veio a ordem dele? Ele é o Janene. Quem deu esse poder para o Janene? Ninguém entra na PETROBRAS sem alguém indicar. Quem indicou o Janene?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, o Janene não, o Paulo Roberto.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não, o Janene. O Janene conversou com o senhor — eu li os depoimentos —, pressionou o senhor. O senhor viu pessoas apanhando na frente. Quem indicou o Janene para mandar nessa Diretoria da PETROBRAS?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. Augusto, o senhor responde ao Deputado Delegado Waldir e darei a palavra ao próximo Deputado inscrito. O senhor responde e está encerrado o tempo do Deputado.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, ele me ligou dizendo que ele era responsável pela nomeação do Paulo. O Janene era uma pessoa bastante agressiva. Tive várias reuniões com ele. Ele sempre deu muita demonstração de força e poder. Eu não fui perguntar para o Paulo Roberto se era ele que tinha indicado, quem tinha indicado. Não conheço, não sei como funciona a sistemática dessa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem até...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Só um minutinho, ele está respondendo ainda. Sr. Presidente, ele está respondendo minhas perguntas ainda. Já encerrou?



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Essa conversa que o Renato Duque teve comigo com relação a procurar o PT, ela aconteceu num restaurante aqui em São Paulo. Desculpe, lá em São Paulo. O que aconteceu, por que o clube ficou mais eficiente a partir do ano de 2013 é porque houve aí uma combinação com esses dois diretores da PETROBRAS, para que houvesse convidado somente as empresas que participavam do clube.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ah, não. As indicações que o Vaccari fez sempre foram ao partido, não foi a nenhum candidato especificamente, tá? E o que chamou...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Veja, como eu havia falado, um esquema como esse de pagamento de comissão, em que existe o pagamento de comissão às empresas, é uma coisa prejudicial a todos, inclusive às próprias empresas. É um sistema que privilegia a incompetência e não a competência das companhias. De modo que um remédio para terminar isso talvez seja uma coisa complexa, talvez não exista uma fórmula única. Mas uma das coisas que as empresas estão fazendo e que eu acredito que vá ser uma exigência da PETROBRAS e do próprio Governo é de que as empresas tenham um sistema de *compliance* interno e, na minha opinião, que possa ser auditado por terceira parte, de modo que você tenha checagem ao longo do sistema, dentro das companhias privadas, de que não existe participação nesse tipo de acordo ou nesse tipo de corrupção. Eu acho que essa é uma atitude importante, uma medida que, na minha opinião, deveria ser implantada. Eu não sei se o Ricardo Pessoa sabe mais do que eu ou não, porque essas informações todas aí que foram publicadas, que ele pôs na carta eu conheci através da imprensa. Eu não sei se ele é amigo do Lula ou não é. Eu nunca soube disso. Desculpa, eu respondi as perguntas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado, ainda tem alguma resposta?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tem mais uma resposta simples.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, se a Dilma, o Lula ou o Gabrielli sabiam? Eu respondi já. Acredito que não sabiam, porque acho que se soubessem teriam paralisado esse negócio lá atrás. Com relação à interferência das indicações do Executivo, sinceramente eu não teria uma opinião formada aqui, porque essas situações são difíceis. As empresas pertencem ao Governo e devem ser geridas com o apoio do Governo. Então, esta é uma coisa que deve existir, mas eu não saberia lhe dizer como é que isso aí poderia ser mais efetivo ou não.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, todas as... A menos das doações que foram declaradas no meu depoimento, nenhuma outra foi feita com relação a esse assunto.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Obrigado, doutora. Obrigado pela compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu gostaria que a Dra. Beatriz ajudasse o nosso depoente, o Dr. Augusto. É mais fácil a senhora anotar para ele responder e não perdermos tempo.

Eu vou fazer algumas perguntas, depois uma consideração no final, e aguardarei as respostas posteriormente a esse prazo.

Dr. Augusto Mendonça Neto, em que momento — e eu fiz essa colocação na minha explanação como Líder — se quebrou o elo o clube VIP e o clube de empresas e o Sr. Ricardo Pessoa? O senhor disse, no seu termo de colaboração premiada, que o elo, o intermediário, o meio de campo, o coordenador desse contato entre o grupo de empresas e a PETROBRAS, Sr. Duque, era o Sr. Ricardo Pessoa.

A partir de certo momento, o senhor passou a negociar pessoalmente com o Sr. Renato Duque e com o Sr. Pedro Barusco. Em que momento esse elo de confiança, essa intermediação do Sr. Ricardo Pessoa se encerrou e o senhor participou efetivamente dessas conversas com Renato Duque?

Com relação a José Janene, o ex-Deputado José Janene, quando ele solicitava a propina em função dos contratos que o senhor conseguia na PETROBRAS, indicados pelo Renato Duque e pelo Paulo Roberto, ele dizia que o



destino dessa propina, desse dinheiro era quem? Era o PP, era ele próprio, eram os funcionários da PETROBRAS? Como é que ele lhe abordava no sentido de que esse dinheiro seria destinado a quem? De que maneira era feita essa divisão do 1% ou 2% que fazia parte do acordo com o Sr. José Janene?

O senhor disse aqui, e foi inquirido várias vezes, que não se lembra, não se recorda das doações feitas a partidos ou políticos durante esse período que o senhor participou desse esquema, dessa quadrilha instalada na PETROBRAS.

A minha pergunta é bem clara: o senhor dispõe dessa lista e desses dados em algum lugar? O senhor, em algum momento, quando foi ouvido pelo Ministério Público e pela Polícia Federal foi arguido de quem seriam essas pessoas, quais seriam esses partidos e se o senhor tinha o controle dessas doações? É óbvio, é claro que uma pessoa como o senhor tem o controle dessas doações e tem algum lugar em que o senhor registrou isso. A quem foi, a quantidade que foi, a pedido de quem foram feitas essas doações? Eu quero saber se em algum momento o Ministério Público ou a Polícia Federal arguiu o senhor, com relação a isso, e se o senhor dispõe desses dados e os forneceu ao Ministério Público ou à Polícia Federal.

Por fim, vou fazer aqui uma consideração. O senhor respondeu ao meu colega Deputado Delegado Waldir que o que lhe motivou a fazer essa colaboração ao Ministério Público e à Polícia Federal foi a sua preocupação com os empregos, com a PETROBRAS. Eu vou aqui discordar do senhor de maneira veemente. Eu acho, aliás, eu tenho certeza de que o que levou o senhor a procurar o Ministério Público e a Polícia Federal para participar dessa colaboração foi graças talvez à ponderação da brilhante advogada Beatriz, que está ao seu lado, porque, com certeza, se o senhor não tivesse procurado o Ministério Público e a Polícia Federal após o depoimento do Paulo Roberto, o senhor com certeza seria alvo da Operação Lava-Jato, que se seguiu imediatamente após o depoimento dele. O senhor estaria preso hoje.

E o senhor sabia que no depoimento do Paulo Roberto ele forneceu provas contundentes desse esquema fraudulento que envolvia o senhor e a sua empresa, e o senhor rapidamente, de maneira até muito inteligente, procurou uma advogada



especializada em colaboração premiada e foi procurar o Ministério Público e a Polícia Federal.

Não acredito nessa história do bom samaritano que, preocupado com a história da PETROBRAS, com os empregos da PETROBRAS, procurou, de livre e espontânea vontade, a Polícia, porque o senhor teve a oportunidade civil de fazer isso e nunca procurou. Durante todo esse período, o senhor participou dessa quadrilha.

Então, eu vou discordar do senhor. Acredito que não foi a questão do bom pastor, do benemérito que fez o senhor procurar o Ministério Público e a Polícia Federal.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O Ricardo Pessoa tinha ali um papel de organizar as reuniões, cedia o local. Às vezes, quando havia alguma mudança de data, ligava para as empresas para informar. Essas reuniões de discussões eram relativas estritamente ao mercado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Só um minuto, Sr. Presidente. Desculpa, mas eu já fiz essa pergunta, aliás, já fiz a colocação no meu momento de Líder e o senhor respondeu da mesma maneira. No seu termo está diferente. O senhor disse que ele era o interlocutor, era o meio de campo, era o intermediário e o coordenador e ele se reportava ao Duque, ninguém mais. A partir de um momento, o senhor assumiu essa função.

Então, eu quero que o senhor responda especificamente quando se quebrou o elo com o Ricardo Pessoa e o senhor assumiu essa função. Não me responda da mesma maneira porque não vai atender o que eu quero saber.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, é que eu não assumi essa função. Na verdade, o senhor está fazendo uma colocação e eu estou querendo explicar. O que se discutia lá eram as oportunidades, o que cada empresa teria. O Ricardo Pessoa era o contato natural entre as empresas e a PETROBRAS. Não só com Renato Duque, com o Paulo ou até com outras questões. Ele era o representante do setor de construção, de montagem industrial. Então, era ele quem ia lá, e falava sobre todos os assuntos. Agora, ele não tratava de pagamento e acerto de comissão para nenhuma empresa. Isso aí cada um cada um acertava a sua, imagino. O que eu fiz foi discutir a do nosso consórcio. Então, eu não tive



nenhuma ligação do grupo com o Renato Duque, ou fiquei no lugar dele, ou quebrou o elo. Não, o que funcionava era dessa forma: ele tratava de representar as empresas institucionalmente na PETROBRAS, inclusive para esse tema. Cada empresa discutia a sua questão individualmente. Aliás, acredito que cada um discutia individualmente, porque a nossa nós discutíamos dessa forma.

Qual a outra pergunta?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Olha, é um pouco difícil eu responder essa pergunta hoje, pensando hoje, porque hoje muita coisa fica pública e é difícil a gente saber o que ele disse naquela época e o que eu me lembro hoje. Mas se eu tivesse que responder pelo o que eu me lembro, ele não falou e eu também não perguntei, assim como também não perguntei para o Renato Duque para quem que era, com quem ele ia dividir, o que ele ia fazer com o dinheiro. Não discutimos esse ponto. Então, com relação ao Janene, eu sabia que ele era do PP, já o conhecia quando ele me procurou, mas ele não fez, não me lembro de ele ter feito nenhuma ligação direta para dizer *“Olha, esse dinheiro que você vai dar aqui é para eu pagar a campanha de...”* Sinceramente, não lembro.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ah, sim. Com relação a doações a partidos, as doações que nós fizemos relativas a essas questões a pedido do Duque foram essas que eu nomeei no meu depoimento. Fui arguido diversas vezes, não só pelo Ministério Público, como pela Polícia Federal com relação à contribuição a outras campanhas, ao envolvimento com políticos e, efetivamente, não tive nenhum envolvimento com nenhum político, não fiz nenhuma outra contribuição para ninguém relativo a isso...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Espera aí, espera aí, o senhor está se contradizendo. O senhor disse agora aqui, na CPI, que colaborou com vários Deputados, com vários Parlamentares, políticos, com vários partidos, e que não se recordava de todos, mas que tinha certeza de que sempre contribuiu e fez várias contribuições. Como é que o senhor está me dizendo agora que não se lembra de ter feito para o partido, a não ser... Há uma contradição grave no que o senhor está dizendo aí.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não. Eu só queria explicar que não tem nenhuma ligação com esse assunto da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não perguntei sobre ligação, eu quero saber se o senhor tem o controle dessas doações e se o senhor foi arguido pelo Ministério Público e pela Polícia Federal sobre isso...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - ...e se forneceu essa lista. É isso o que eu quero saber.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nós temos sim, porque essas doações sempre foram oficiais, e nós temos isso registrado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Forneceu isso à Polícia Federal e ao Ministério Público?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não sei. Não sei responder se sim ou não. Se eles pediram, sim; se eles não pediram, não. Não lembro.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu gostaria, Presidente, que ele disponibilizasse a relação para a CPI de todas as doações feitas, relacionados valores e datas. Que ele forneça à CPI essa relação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Inclusive o Sr. Augusto Mendonça se colocou à disposição para mandar esses dados. Se V.Sa. puder encaminhar...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...através da Dra. Beatriz, nós ficaremos agradecidos.

Próximo inscrito, Deputado Otávio Leite.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, Sr. Augusto, vou ser bem objetivo.

Um dos momentos áureos, por assim dizer, mais férteis do clube, na atuação do clube das empreiteiras foi no instante da Refinaria Abreu e Lima. Consta que do clube surgiu dali, conforme o seu depoimento, uma insatisfação que deveria ser reparada quando da licitação do COMPERJ. Mas o clube das empreiteiras tinha um



chamado clube VIP, que atuou e furou a fila, como o senhor disse, na licitação do COMPERJ. Pergunta 1: essa furada de fila teve o beneplácito, teve a compreensão, teve a articulação, o conhecimento do Sr. Duque, do Sr. Barusco e do Sr. Paulo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na verdade, quando vieram as licitações do COMPERJ, houve discussões lá no âmbito do grupo das empresas, e cada empresa foi contemplada com uma ou duas oportunidades. As primeiras que aconteceram acabaram sendo daquelas empresas que já haviam ganho na RNEST.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Eu vou pedir para o senhor me responder depois, se não liquida meu tempo

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ah, desculpe.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - O senhor esteve duas vezes com o Sr. João Vacari apenas, conforme o senhor falou? Duas vezes apenas? Esteve quantas vezes como Sr. João Vaccari?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, eu estive com ele...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Diversas vezes.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Esteve também com o Sr. Duque e o Sr. Barusco diversas vezes.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Alguma dessas vezes o senhor esteve, por um acaso, num restaurante de hotel no Rio de Janeiro? É possível lembrar?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Talvez um hotel ali na Avenida Atlântica, Windsor Atlântica, num restaurante italiano que era uma parte do convescote habitual, no qual eles faziam o rateio, o racha da propina do assalto?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nesse, não.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Não lembra desse não?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não. Nesse eu não estive, não.



**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Eu queria muito que o senhor pudesse puxar pela memória para nós identificarmos onde se davam esses encontros, porque é indispensável solicitar as fitas de gravações — já solicitamos de alguns —, em que vamos verificar exatamente a presença desses que participaram da engenharia mafiosa.

Queria perguntar se nesses encontros — foram diversos papos que o senhor teve com eles —, em algum instante, alguma das decisões que tinham a ver com contrato e tinham que passar pelo Conselho e se sabia que a Presidenta Dilma era a Presidenta do Conselho, se esses senhores em algum instante diziam: *“Não, se for para o Conselho, deixa com a gente, não tem problema, a gente resolve por lá”*.

Que referência eles tinham sobre o controle da Presidenta do Conselho nessas decisões que implicavam em custos adicionais? Essa é uma pergunta objetiva que eu queria lhe fazer.

E, finalmente, eu não posso fugir da história do COMPERJ, que, segundo o Tribunal de Contas da União — já solicitamos esse estudo —, já se tem concretizado um prejuízo assegurado de cerca de 45 bilhões. Era o equipamento de um complexo, duas refinarias, uma petroquímica e uma de gás, sendo que restou apenas uma refinaria que sequer concluiu, não está operando e, para dar lucro, tudo tinha que funcionar ao mesmo tempo.

Nós tivemos recentemente notícias que mostram os equipamentos comprados. Alguns milhares e milhares de torres, de reatores estão hibernados, como se fala no termo técnico. Enfim, esse nó do COMPERJ, na sua opinião, em que vai dar? O senhor que esteve à frente de todo esse certame, em que vai dar? O senhor tem alguma ideia do quanto vai precisar para colocar para funcionar, ou tem que abandonar pronto,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - ... consolidar esse passivo e ponto final? Eu queria que o senhor falasse sobre isso também.

Então, são três coisas: os encontros com Duque, Barusco, os hotéis, onde eram esses encontros, se o Vaccari estava também nesses restaurantes, a interface com o Conselho de Administração, onde a Presidenta Dilma era Presidenta, se eles



diziam: “*Não, isso não tem problema, a gente resolve por lá*”, e sobre o COMPERJ, esse drama desse nó, desse atoleiro que não se sabe como vai sair.

Muito obrigado.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A maioria das minhas conversas com eles aconteceu inclusive na hora do almoço, em restaurantes ali no centro do Rio de Janeiro: Margutta, Giuseppe Grill, no centro do Rio de Janeiro...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Seria bom depois fazer um esforço, precisar datas para a gente poder solicitar essas fitas ao Juiz Moro.

Por gentileza, continue.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Olha, assim, como experiência, em relação... Com relação ao Conselho, o Conselho das companhias normalmente se reúne uma vez por mês. Então, eu acredito que os assuntos que vão para o Conselho eles são de nível muito elevado. Pelo menos como experiência nos Conselhos em que eu participo, não são levados assuntos do dia a dia ao Conselho. O Conselho é um órgão orientativo que diz: “*A companhia vai para cá, a companhia vai para lá, deve fazer isso ou participar daquilo*”. Eu nunca ouvi nenhum comentário deles com relação à aprovação no Conselho da PETROBRAS. Eu ouvia comentários de aprovação na reunião de diretoria, isso sim. Todos os assuntos da PETROBRAS acabam passando por aprovação do pleno da Diretoria da PETROBRAS. Então, todos os aditivos têm que passar lá, todas as contratações têm que passar lá, todos os assuntos que são levados à diretoria da PETROBRAS são preparados pela área do Diretor responsável, isso é submetido ao diretor, o diretor normalmente discute esse tema com as outras diretorias envolvidas para levar o assunto à diretoria. Aí é que eu acho que o poder do diretor de atrapalhar é muito grande e o de ajudar é pequeno, mas, sobre o Conselho, eu nunca ouvi falar nada.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, o COMPERJ havia sido concebido inicialmente para ser uma refinaria petroquímica, ou seja, o produto final ali eram produtos petroquímicos. No meio do caminho... A refinaria petroquímica tem duas fases: ela tem a fase de refino propriamente dita e depois tem a fase petroquímica. No meio do caminho, o consumo de combustível no Brasil



aumentou sensivelmente, a PETROBRAS, entendendo que a demanda sobre combustíveis era muito maior do que a demanda sobre produtos petroquímicos, tomou a decisão de realizar somente a primeira fase do COMPERJ, que é a fase de refino. Tirou um pedaço do projeto, paralisou a parte petroquímica do projeto do COMPERJ. Porém, acredito que talvez um fato importante tenha sido a contratação de empresas que não conseguiram performar os seus contratos, porque não foram contratadas com valores adequados. Talvez tenha sido o maior problema do COMPERJ, porque você começa a ter... É um conjunto, é o que o senhor falou, o conjunto tem que operar como um todo. Então, uma refinaria são várias unidades dentro do mesmo conjunto. À medida que eles contratam cada unidade com uma empresa, uma não funciona, o resto não adianta. Então, lá no COMPERJ aconteceram muitas situações desse tipo, empresas paralisaram seus contratos no meio. Acho que até hoje estão tendo problemas lá no COMPERJ por conta disso. Eu acredito que o melhor caminho do COMPERJ vai ser a PETROBRAS fazer um levantamento da situação atual, tirar as empresas que não conseguiram performar os seus contratos e dar sequência à execução da obra, pelo menos da parte de refino, já que o Brasil depende ainda de combustível importado.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Presidente, 30 segundos, só para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Eu fui designado para fazer parte da comitiva que vai amanhã a Curitiba e recebi, agora há pouco, por parte da nossa Secretaria, a agenda. Está prevista a visita ao Juiz Sérgio Moro, às 9 horas. Também tenho uma informação aqui que poderá haver diligências no Estado.

Eu gostaria que fosse esclarecido, para a gente ficar a par do assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A diligência é externa, no contato exclusivo com o Juiz Sérgio Moro. Essa é a agenda da CPI amanhã em Curitiba, para que todas as dúvidas sejam esclarecidas, compartilhamento de documentação, para que a gente possa ter a data das oitivas já marcadas, para que a gente programar a ida lá. Enfim, fechar os detalhes da ida da CPI a Curitiba. Essa é a diligência externa.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - É como se fosse mais além da agenda?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, a agenda é única.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - É como se fosse outra pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É essa agenda, às 9h da manhã, única e exclusivamente.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Está esclarecido, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Jorge Solla.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Obrigado, Presidente.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - V.Exa. pode nominar a ordem, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

Deputado Jorge Solla; em seguida, Deputado Antonio Imbassahy, Eliziane Gama, Carlos Marun, Lelo Coimbra e V.Exa.

V.Exa., não tenho a menor dúvida, só quer saber a lista até o nome de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Tem outros que querem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Estou atendendo a um pedido de V.Exa.

Maria do Rosário, Celso Pansera, Marco Feliciano, Edmilson Rodrigues, Edio Lopes, Darcísio Perondi, João Carlos Bacelar, Leo de Brito, Onyx Lorenzoni, Afonso Florence, Silas Câmara, Félix Mendonça, Augusto Coutinho, Rogério Rosso, Julio Lopes e Luis Carlos Heinze.

Esses são os inscritos.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Posso ir, Presidente?

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria que meu nome fosse retirado da lista. Eu estou abundantemente satisfeito com o que eu estou ouvindo. Em 22º, ficará praticamente inviável eu fazer uma pergunta para o nosso amigo convidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.



**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Presidente, só para facilitar, como eu já antecipei para o depoente, na minha fala de Líder, quais seriam as minhas perguntas, se, depois, a Taquigrafia puder remeter na forma de pergunta, também vou declinar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. também abre mão?

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Por gentileza.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Pois não.

Eu queria, primeiro, perguntar ao depoente, já que ele afirmou que o “clube” das empreiteiras foi montado, em 1997, segundo ele disse, para que as empresas não competissem entre si, se essa foi a primeira vez que essas empreiteiras se uniram para evitar a competição entre si, e se essa articulação atuava também fora das licitações da PETROBRAS em outros espaços, como foi comprovado pela Operação Castelo de Areia.

A Operação Castelo de Areia verificou essa operação fora da PETROBRAS, uma formação de cartel, com pagamentos superfaturados, pagamentos de propina a agentes públicos, e as provas que foram colhidas naquela operação pegaram o metrô de Salvador.

Outras operações semelhantes foram identificadas no metrô de São Paulo, na ampliação do Aeroporto de Vitória, na implantação de trens urbanos em Fortaleza, na modernização do sistema de trens urbanos em Recife. Inclusive, até a Ferrovia Norte-Sul e a Camargo Corrêa fizeram parte da delação premiada.

Esse cartel, portanto, eu pergunto se o senhor acha que esteve restrito à PETROBRAS ou se realmente, como foi comprovado — infelizmente, até hoje não foi devidamente divulgado e apurado —, atua em outras áreas.

Inclusive, aquela Cidade Administrativa, de Minas Gerais, no valor de 2 bilhões, executada pelo então Governador Aécio Neves, as seis empreiteiras do clube foram as seis empreiteiras que fizeram a Cidade Administrativa — não é interessante isso? — e todas elas doaram para a campanha de Aécio para Governador! O Governador Aécio contratou uma obra de 2 bilhões, com as mesmas



seis empresas acusadas de corrupção na PETROBRAS, as seis empreiteiras fazem doação para ele, e ninguém acha que nisso tem alguma irregularidade. É interessante isso! A blindagem Tucana realmente é impressionante.

Essas empresas que atuavam na PETROBRAS estiveram reunidas em várias outras obras, inclusive, especialmente, na cidade universitária Tucana que o Governador Aécio Neves encomendou e se utilizou de recursos de propina doados por essas empresas na campanha.

Youssef também denunciou Aécio Neves, denunciou, com propina paga de dinheiro de Furnas. Por que eles estão conseguindo, Sr. Augusto Mendonça, blindar tanto Aécio Neves e Anastasia?

O senhor falou aqui que, desde 2007, isso só poderia ter acontecido com diretores efetivamente envolvidos. Quem eram os diretores que operaram em 2007? Quem recebeu a propina? Por que as propinas pagas ao PSDB e ao PMDB desde 1997 não estão sendo efetivamente apuradas? Como funcionava esse cartel a partir de 1997?

Youssef afirmou inclusive que requerimentos à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle... Sobre a Mitsui, a relação entre Mitsui e Júlio Camargo, ele afirmou que os requerimentos tinham como fim pressionar Júlio Camargo a voltar a efetivar os pagamentos a Fernando Soares, que, por sua vez, os repassava para o PMDB. Também o PMDB por várias vezes aparece na denúncia. Por que o próprio delator Fernando Soares não foi ainda ouvido por esta CPI? O senhor tinha conhecimento da relação entre Júlio Camargo e PMDB?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Concluindo, eu queria aproveitar... Há notícia boa também. Eu tenho que comemorar. Do metrô de Salvador, que foi alvo de corrupção na gestão municipal Tucana, hoje o Governador Rui Costa inaugurou mais uma estação. Chegamos a 10 quilômetros prontos. Em junho teremos mais 2 quilômetros de metrô, com mais uma estação.

E deixo bem claro que, ao contrário do que foi afirmado aqui e na mídia, o contrato do Governo do Estado é uma nova licitação; não é transferência do contrato da corrupção municipal, é uma nova licitação, feita na Bolsa de Valores; não tem



nada a ver com a METROSAL, da gestão tucana municipal. É uma nova licitação, é um novo contrato, do qual não há nenhuma acusação de corrupção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - A acusação de corrupção foi ao contrato municipal tucano. Não é o mesmo consórcio, não é o mesmo contrato, não é a mesma licitação. Finalmente, o metrô de Salvador está nos trilhos e sem corrupção.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem a palavra.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - O senhor poderia perguntar de novo, por favor?

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - O metrô de Salvador, Deputado, levou 15 anos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já fui demasiadamente educado e complacente com V.Exa., que está abordando temas que não são temas desta CPI. Eu gostaria que V.Exa. se restringisse apenas às perguntas a que V.Exa. quer que o Sr. Augusto Mendonça responda.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Inclusive, V.Exa. não estava aqui na hora em que eu falei na reunião anterior solicitando que revisse, por favor, os nossos requerimentos sobre a Castelo de Areia, que foram excluídos.

Na sessão passada, nós levamos aqui 90% do tempo tratando de assuntos do BNDES que não tinham nada a ver com a PETROBRAS. No entanto, quando eu pergunto sobre a Castelo de Areia, isso é tratado como algo que não tenha a ver com a PETROBRAS.

Tem a ver, sim, porque são as mesmas empresas, o mesmo esquema de corrupção e a mesma blindagem que tem sido dada a Aécio Neves e a outros tucanos, a peemedebistas e a outros correlatos da época em que FHC era o Presidente deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Considerando o provimento desta Presidência, informado no dia da reunião, na reunião do dia 5 de março, que definiu que não serão conhecidos requerimentos que desbordem do objeto e do



prazo de investigação estabelecidos no ato de criação da CPI, declaro prejudicados os Requerimentos nºs 604, 605 e 606, de autoria do Deputado Jorge Solla.

Todos esses requerimentos apresentam pretensões que refogem do objeto de investigação desta CPI; por isso, a incidência da prejudicialidade.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - A Castelo de Areia é de 2009, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Acredito que respondi a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Perdoe-me, mas a Castelo de Areia V.Exa. sabe que é de 2009?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. reapresente requerimentos. Esses aqui estão prejudicados. V.Exa. reapresente requerimentos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu vou apresentar os mesmos requerimentos, então, à Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. irá reapresentar requerimentos e nós os iremos avaliar. Até então, os requerimentos de V.Exa. estão prejudicados, porque não tratam de temas de investigação da CPI da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu continuo discordando, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. discorde. É opinião de V.Exa. Eu tenho que aqui exercer a minha autoridade de Presidente. Estou apenas cumprindo o Regimento.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Vamos reapresentá-los, então, e voltar a discutir.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se necessário for, iremos declará-los prejudicados novamente, já estamos avisando V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Claro, quantas vezes for necessário para blindar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu não aceito V.Exa. me desrespeitar. Eu quero só dizer a V.Exa. que, se há alguém aqui blindando, é V.Exa., o Governo de V.Exa. Não estou aqui blindando ninguém!



Esta CPI investiga, e V.Exa. é um Deputado que vem sempre aqui criar problemas, agredir companheiros. Agora, não admitirei que V.Exa. me agrida! Quero deixar isso aqui bem claro.

Se V.Exa. quiser discutir, eu lhe darei a palavra e o escutarei, mas não admitirei desrespeito. Enquanto Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu não admitirei esse tipo de tratamento, em respeito não só a mim, mas também aos companheiros que aqui estão desde cedo, perguntando, questionando, querendo desvendar esse escândalo de corrupção de que a PETROBRAS foi vítima. V.Exa. vem aqui querer desvirtuar e não contribuir com os trabalhos da CPI.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Apoiado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. Augusto Mendonça, o senhor tem algo a responder, algo a colocar ao Deputado Jorge Solla?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não entendi a pergunta, porque, na verdade, eu não tenho nenhuma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito.

Deputado Antonio Imbassahy, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, só quero registrar que já houve momentos em que nós aqui fomos desrespeitados por colegas. Na próxima oportunidade em que isso se repetir, nós vamos reivindicar de V.Exa. o mesmo tratamento.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou continuar no meu foco, o petrolão, que é o que importa.

Em resposta à pergunta feita, Sr. Augusto Mendonça, pelo Sub-Relator Arnaldo Faria de Sá, se V.Sa. não teria nenhum receio — teve muita coragem em fazer essa delação premiada —, V.Sa. falou que teve muita coragem, mas coragem maior teria se tivesse realizado essa denúncia em 2003, época em que teria sido montado esse esquema criminoso dentro da PETROBRAS.

Eu gostaria que V.Sa. desenvolvesse um pouco mais por que V.Sa. teria mais coragem em 2003 do que agora para fazer uma denúncia tão grave. O que aconteceu efetivamente em 2003 que poderia motivá-lo a fazer essa denúncia? Essa é a primeira pergunta, Sr. Augusto Mendonça.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, eu falei 2003 assim como uma referência. Na verdade, o que eu estava querendo me referir é a quando efetivamente esse esquema começou dentro da PETROBRAS. Eu disse 2003 porque foi o ano em que os diretores entraram, mas efetivamente isso começou algum dia, talvez em 2004, 2005; não sei precisar exatamente quando, mas foi naquela oportunidade. Eu, particularmente, tive contato com isso um pouco mais para frente, talvez no ano de 2006, 2007, quando voltamos a ser convidados para as licitações da PETROBRAS. Mas, de qualquer forma, o que mudou efetivamente é que hoje o ambiente é completamente diferente. Hoje, eu tenho a segurança de que tudo o que eu estou falando vai ser investigado, apurado, e as pessoas deverão ser penalizadas. Fazer uma coisa dessas numa outra época, numa atitude isolada, eu acho que seria muito temerário. Eu, sinceramente, não tive essa coragem.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Embora V.Sa. já conhecesse esse esquema montado a partir de 2003 ou 2004, enfim, um ano que não se sabe direito ainda precisar...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É, o nosso contato foi a partir do ano de 2006.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Certo, embora tivesse notícias...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso já havia acontecido antes.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Pois não.

V.Sa. poderia fazer algum comentário adicional sobre como observou essa organização, esses contatos de dirigentes de grandes empresas com diretores e dirigentes da PETROBRAS? Qual foi a participação? O que V.Sa. observou que poderia adicionar do ponto de vista de novas informações para esta CPI?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Acho que é um pouco difícil dizer isso, porque, como eu disse, um diretor da PETROBRAS tem um poder enorme para atrapalhar e acredito que todas as empresas, qualquer empresário tem um temor muito grande de trabalhar dentro da companhia em dissonância com um diretor, desobedecendo a um pedido dessa forma, tanto é que nós estamos



assistindo hoje aí às pessoas que estão fazendo depoimento, que é o caso do Barusco ou Paulo Roberto, dizendo que todas as empresas efetivamente contribuíram. Acredito que ninguém teve a coragem de não contribuir, como também ninguém teve a coragem de fazer uma denúncia sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem até 3 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Augusto Mendonça, faço-lhe a primeira pergunta e já espero a resposta de V.Sa.

Considerando esse período de 2003-2004, que é quando se tem, de uma forma muito mais efetiva de sua parte, a afirmação de que o ingresso nos contratos junto à PETROBRAS se dava a partir do ingresso nesse cartel, nesse clube, eu pergunto ao senhor: o conselho administrativo da PETROBRAS não sabia desse esquema de corrupção nesse período?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu acredito que não, primeiro porque essas questões não eram questões submetidas ao conselho, mas também acredito que, se o conselho soubesse disso, principalmente o conselho como um todo, certamente teria tomado providência, até porque...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor tem certeza ou o senhor acha? O senhor não tem convicção do que o senhor está falando?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não. Na minha opinião, não, porque...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mesmo o mercado sabendo, mesmo tendo o envolvimento dos três diretores que o senhor coloca com muita veemência, mesmo todas as empresas sabendo disso, mesmo assim, os membros do conselho não tinham conhecimento?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Acredito que não, até porque, dentro do conselho da PETROBRAS, existem pessoas que não têm nada a ver com o Governo nem nada a ver com a PETROBRAS. Existem empresários, existem representantes de sindicatos, existem representantes dos minoritários. É difícil que o conselho fosse conivente com essa questão. Eu não acredito.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu vou fazer algumas perguntas. O meu tempo já acabou praticamente.



Eu não consigo acreditar quando o senhor diz que o senhor recebeu uma recomendação do Duque, foi falar com o Vaccari e chegou lá e não falou nada. Simplesmente assim: “*Olha, eu vou fazer um depósito aqui na conta do PT*”, e não houve um debate sobre isso, não houve uma conversa sobre a finalidade de fato desse recurso.

O senhor falou, por exemplo, da Gráfica Atitude, de pagamento da ordem de 2,5 milhões de reais, possivelmente para uma campanha publicitária. Como se chegou a esse valor? É um valor realmente muito alto para uma revista que não tem uma repercussão tão grande que justificasse, na verdade, esse valor.

Vou fazer algumas perguntas e eu queria que o senhor anotasse. O senhor conhece Teonílio Barba, Tarcisio Secoli e Cláudio Marcolino, pessoas inclusive que nós já convocamos para virem a esta CPI?

O senhor falou dos valores de propina pagos a Renato Duque da ordem de 50 a 60 milhões de reais. Como se davam, na verdade, esses pagamentos? Seriam em espécie? Seriam em depósitos? Já estariam incluídas nesse valor essas doações — entre aspas — lícitas feitas aos partidos políticos? Quem era esse Tigrão? Como o senhor chegou a ele? Que recomendação se deu através dele? Quem era esse homem? Qual é a característica dele? Por que confiar tanto numa pessoa dessa natureza, de que o senhor inclusive faz citações na delação premiada?

O senhor fala do Janene, como interlocutor, quando se pagavam as propinas ao Paulo Roberto Costa. Quem seria a pessoa que teria o mesmo perfil, o mesmo papel correspondente ao do Janene, quando se refere às propinas pagas a Renato Duque?

No âmbito da REPLAN, por exemplo, quando fala das delações, quando fala das propinas, o senhor faz uma referência a 30 milhões de reais aos dois diretores da PETROBRAS, Renato Duque e Paulo Roberto Costa. Quem recebeu mais? Qual o valor direcionado a cada um desses presidentes?

No âmbito da REPAR, o senhor faz uma referência a 33 milhões de reais, mas o senhor apenas explica o valor dos 20 milhões de reais que seriam pagos pelo Júlio Camargo. O senhor não fala dos 13 milhões, a quem foram pagos esses 13 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Conclua, Deputada.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu queria que o senhor também nos respondesse a essa pergunta.

E, por fim, quando a gente fala — isso já foi colocado aqui por várias pessoas — dos percentuais de pagamento de propina, por exemplo, 1% seria ao Paulo Roberto, 2% seriam pagos ao Renato Duque. Mas o senhor consegue fazer uma manobra. O senhor paga 0,6% ao Paulo Renato e 1,2% ao Renato Duque. Como é que o senhor conseguiu fazer essa jogada, essa articulação? Parece uma promoção de propina, sei lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Com a palavra o depoente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Explique-me melhor como é que o senhor consegue fazer isso.

E faço a pergunta final: quem o senhor acha que falta ser preso? Nós já tivemos delatores, já tivemos empreiteiros presos, já tivemos várias pessoas presas. Quem falta ser preso nessa operação, muito bem comandada pelo Juiz Sérgio Moro?

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Dr. Augusto.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, a minha conversa com o Vaccari, pela primeira vez, como eu falei, foi uma orientação do Duque. O Duque me informou, algumas vezes — não foi uma vez só —, valores que eu deveria destinar de contribuição ao Partido dos Trabalhadores. A minha conversa com o Vaccari ela se deu no sentido de eu aparecer como uma empresa que, efetivamente, queria contribuir. Como eu já disse, eu tinha uma causa natural, por conta disso, até pelo meu trabalho institucional, até pela posição que a PETROBRAS e o próprio Governo tinham em defesa da indústria brasileira. E eu costumava dizer muito às empresas que trabalhavam, tanto no setor de construção naval, quanto no setor de construção *offshore*, que estas empresas elas tinham retomado ou tinham a possibilidade de participar de um novo mercado e que nunca ninguém tinha pago nenhum centavo a ninguém por conta disso.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor tinha noção do valor que ele representava, do tamanho que ele representava em relação ao PT?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Quem?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O Vaccari. Do nível de representatividade política que ele tinha em relação ao PT? Na época, ele não era tesoureiro. Inclusive, no documento enviado pela sua advogada, inclusive muito competente... Ela envia da PEM Engenharia, por exemplo, e quem assina é Ângela Silva, não é o Vaccari. Ao que parece não seria ele o tesoureiro, mas, ao mesmo tempo, ele é recomendado ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputada, a senhora já fez as perguntas.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não, só como tréplica, Presidente. Como réplica, na verdade; eu não cheguei nem à tréplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - É que há muitas pessoas aqui. Senão, a gente não vai conseguir dar a palavra às pessoas que estão aqui. Então, peço...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas para ele responder. Ele vai responder às perguntas. Ele responde às perguntas de todo o mundo?! A algumas não consegue responder, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputada, deixe o depoente responder.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, a senhora me perguntou se eu conheço o Teonilio, o Tarcisio, o Cláudio Marcolino.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não conheço. Eu não sei realmente quem são.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor nunca falou com nenhum deles? O senhor tem certeza?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Olha, olhando nomes, sinceramente... Eu devo conhecer vários Cláudios, mas Cláudio Marcolino não... Eles são de onde?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eles são proprietários; na verdade, eles são proprietários da gráfica em que o senhor fez o pagamento de 2,5 milhões.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não conheço. Os pagamentos...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eles são do Estado de São Paulo.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Desculpe!

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eles são do Estado de São Paulo. Eles são proprietários da empresa.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não conheço. Com relação a como se deram os pagamentos ao Duque e à Diretoria de Serviços, ao Barusco, na verdade, a maior parte deles foram depositados numa conta no exterior, que me foi indicada pelo Mário Góes, que, por sua vez, me foi introduzido pelo Barusco, que foi quem me passou os dados da conta.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Qual país?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Está tudo bem detalhado no depoimento. Eu, sinceramente, não lembro nem que banco, nem que país era. Não estou lembrando. Uma parte eles mandavam retirar em dinheiro, ia um pessoa lá retirar. Ele se apresentava como Tigrão. Eu não sei o nome dele. Mas, enfim, algumas parcelas que foram pagas em dinheiro essa pessoa ia retirar no escritório.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor lembra qual o volume maior que o senhor pagou ao Tigrão?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Talvez seja alguma coisa na faixa de 300 mil reais, por aí. E a questão das doações que eu falei, que foram feitas a pedido do Duque, exclusivamente essas que eu listei no meu depoimento.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A diferença dos 13 milhões?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A senhora mencionou aí o papel do Janene, que apareceu na Diretoria de Abastecimento, quem seria o correspondente na área de serviços. Não existia. Meu contato na área de serviços primeiro foi com o Barusco; depois eu tive outros contatos com o Duque, com ele, mas sempre foi ali ao nível dessas duas pessoas. Não tinha nenhuma outra pessoa externa envolvida. Ao contrário, o Barusco foi quem me introduziu o Mário Góes. Eu tratei com ele algumas questões e agora eu fico sabendo que ele era um operador,



que operava para outras empresas. Isso também não sabia. *(Pausa.)* A REPLAN... Eu não estou lembrando exatamente qual é o valor, mas, se a senhora leu no meu depoimento...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Na REPLAN, 30 milhões.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, se foram 30 milhões, devem ter sido 10 para a Diretoria de Abastecimento e 20 para a Diretoria de Serviços. Mas isso também está muito detalhado no meu termo de depoimento, porque eu coloquei... Inclusive tem os valores, as empresas a que foram pagos, as notas fiscais. Está tudo muito... O Ministério Público me pediu, e está tudo muito bem detalhado ali. E na REPAR...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Os 13 milhões, não consta a diferença, da REPLAN, da REPAR — desculpe-me.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Treze milhões...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não, porque são 33 milhões. Aí o senhor apresenta os 20 milhões. E os 13 milhões?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputada, a gente não pode ficar num debate aqui. Deputada, não dá para ficar um debate aqui. A senhora fez as perguntas e ele vai responder.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não é um debate, Presidente. Não é um debate. Ele está respondendo às perguntas que a gente fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Há mais de 15 Deputados ainda. Senão, a gente vai prejudicar os outros Deputados aqui presentes.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas não é um debate. Ele está respondendo às perguntas. É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Mas não pode haver pergunta complementar.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não estou... Não estou conseguindo aqui atinar valores para... Eu não estou conseguindo identificar aqui o 33 ou 13, para poder responder à senhora. Sinceramente, eu não estou lembrando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Sr. Augusto.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - A senhora pergunta também a questão do percentual. Na verdade, quando se fala em 1%, 2%, é uma referência. Nós discutimos valores. E essas questões, no nosso caso, pelo menos, foram... diria que profundamente discutidas, porque isso acaba saindo da margem da empresa. Então... Existe um limite de preço, quer dizer, por isso a razão da discussão e da negociação do valor. Quando a senhora pergunta quem que eu acho que falta ser preso, eu acho que os principais responsáveis por essa questão são essas pessoas que estão aí identificadas: o Paulo Roberto, o Renato Duque e o Pedro Barusco. Esses foram os principais responsáveis pelo esquema dentro da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Dr. Augusto.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, preliminarmente, eu gostaria de expressar o entendimento do nosso partido, que, estando já agendada para amanhã uma visita de uma comissão desta CPI ao Juiz Moro, para marcar e organizar a ida da CPI para a oitiva dos elementos que estão presos, é uma irresponsabilidade falar em blindagem de quem quer que seja dentro desta CPI. Nós todos temos que exigir respeito e não podemos aceitar esse tipo de colocação. Por isso, eu expresso o meu apoio à forma veemente, até indignada, como o Presidente Hugo Motta reagiu a essa consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Concordo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Vou às minhas perguntas. Sr. Augusto, nós estamos aqui para suspeitar, suspeitar do senhor; nós não estamos aqui num convescote, numa festa, num piquenique; estamos aqui para suspeitar. E, da minha parte, eu suspeito que o senhor não tenha revelado tudo o que sabe, nos termos da sua declaração, no âmbito da delação premiada, celebrada com os órgãos judiciais competentes. Acho que o senhor tem ainda coelho escondido na cartola. Essa é a minha opinião. Então, eu vou lhe fazer uma pergunta. O senhor destacou muitas vezes agora, nas suas últimas considerações, a palavra "coragem": "*Coragem, tive coragem, não tive coragem*". E eu lhe pergunto: o senhor, em algum



momento desse processo, recebeu algum tipo de ameaça pessoal em relação à sua conduta?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Nenhuma ameaça?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Positivo.

Em relação à sua delação, o senhor declara que não conhece e nunca teve nenhum relacionamento com o Sr. Fernando Baiano — está na sua delação premiada. O senhor reafirma isso? O senhor não conhece o Sr. Fernando Baiano?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Reafirmo, sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Eu lhe pergunto: o senhor, em algum momento, teve alguma tratativa a respeito da questão PETROBRAS, propina PETROBRAS, com alguma liderança, parlamentar ou não, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do meu PMDB?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Nenhuma?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - E, em relação ao Partido dos Trabalhadores, o senhor fez doações significativas: 60 milhões aqui, 30 milhões ali, 20 milhões lá. Quer dizer, não é pouco dinheiro, não é troco. E, assim mesmo, o senhor só tratou com arraia-miúda. Na PETROBRAS, tratou com o Paulo Roberto, com o Barusco, com o Duque, que eram arraia-miúda! O Presidente era o Gabrielli; Presidente do Conselho de Administração, a Presidente Dilma; e Presidente da República, em certo momento, o Presidente Lula e, em outro momento, a Presidente Dilma. Essas doações, essa conversa de milhões de reais, eram resolvidas na arraia-miúda: Duque, Paulo Roberto, Vaccari e Barusco. Não passou daí? O senhor não teve tratativas, no âmbito do Partido dos Trabalhadores, com figuras mais exponenciais do partido?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Em todas as discussões ou em todas as conversas que houve relativas às comissões de dinheiro,



eu tratei exclusivamente com o Janene, ex-Deputado José Janene, o Alberto Youssef, o Renato Duque e o Pedro Barusco.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Para encerrar, Sr. Presidente, eu sou Presidente de Comissão de que V.Exa. participa, Comissão que está estudando nesta Casa a revisão e a modernização da Lei nº 8.666, de 1993.

Eu devo lhe confessar que, da mesma forma que o eminente Líder do PSDC, que me antecipou, eu não acredito muito nessa questão do bom samaritano e do patriotismo.

Não acredito que isso tenha motivado as suas, mas devo admitir que o senhor está contribuindo; a motivação não sei se foi essa, mas o senhor está contribuindo. O seu depoimento aqui é enriquecedor, contribui no sentido de que nós venhamos a atingir os objetivos desta CPI. Eu reconheço isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Chamou-me atenção uma colocação sua, quando o senhor disse "*Remédio, o remédio para terminar isso*", quando se referia a licitações, e quis começar uma conversa. Eu lhe pergunto, como Presidente dessa Comissão: se o senhor fosse convidado... Lá nós não temos o poder de convocar, nós podemos convidar. Se o senhor fosse convidado — o senhor está ao lado de sua advogada — para ser ouvido na nossa Comissão de Licitações, para contribuir no sentido de que... Se o senhor, que coordenou um sistema de tantas fraudes, pudesse agora nos ajudar a impedir que mais fraudes viessem a ocorrer, o senhor estaria disposto a contribuir, se convidado, não convocado, porque não temos este poder?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Prometo ao senhor que eu penso no caso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - O senhor pensaria no caso, se o convite acontecesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Vamos seguir, agora, com o Deputado Lelo Coimbra. (*Pausa.*)

Não estando presente, vamos passar a palavra ao Deputado Efraim Filho, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Augusto Mendonça, apesar da sua disposição em querer falar — e isso é muito bem-vindo; já se reportou como sendo um refém de toda essa situação de pressão violenta que sofreu durante todo esse tempo e se liberta trazendo à tona essa verdade —, V.Sa. tem sido um pouco confuso, não porque quer: uma hora se reporta a comissões, outra hora trata de doações, outra hora trata de acordos de propina. Isso não está ficando muito claro para o papel que estamos querendo fazer de investigar. Por isso, eu vou pedir a V.Sa. que seja bem incisivo. Eu vou ser bem claro.

As suas tratativas eram com Renato Duque, homem forte da PETROBRAS, diretor indicado pelo Governo do PT. E, nessa relação com Renato Duque, pelo que entendi — corrija-me se eu estiver errado —, havia uma planilha, que deveria ser cumprida, em virtude dos contratos com a PETROBRAS, e um determinado percentual V.Sa. teria que pagar de comissão, em termos de propina. Porém, o Renato Duque dizia que V.Sa. fosse tratar com o Vaccari. E V.Sa. disse: *“Não, tratei com o Vaccari, mas tratei sem falar no termo propina”*. Mas é uma pergunta, é preciso que fique clara, para diferir o que é doação e o que é propina. Esse valor do qual o senhor fazia doação ao PT era abatido da planilha com Renato Duque?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Os pagamentos que eu identifiquei, no meu depoimento, que somam aproximadamente 4 milhões, foram feitos a pedido do Renato Duque. Aliás, ele mesmo me orientou que eu não precisava fazer nenhuma referência nem a ele, nem à PETROBRAS, nem a nada — nenhuma referência. Esses pagamentos eram vinculados a valores que eu deveria repassar para ele.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Então essa é a pergunta. Não eram simplesmente repasses. Era abatido o dinheiro que o senhor devia ao Renato Duque, em virtude das propinas de favorecimento do contrato; quando pagas ao PT, não era preciso mais pagar ao Renato Duque. Estava quitado.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Eu recebia orientação dele para fazer o pagamento daquela parcela no valor.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - E abatia da planilha?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Foi o que eu fiz.



**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Perfeito. Essa periodicidade mensal, de 60 mil reais, um pouco mais, um pouco menos, que variava, era vinculada à execução do pagamento dos contratos da PETROBRAS, ou seja, quando fazia um pagamento, V.Sa., a partir desse pagamento, fazia doação ao PT?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Não existia essa ligação de uma coisa com a outra. Eu assumi pagamentos de alguns valores, propus um parcelamento, propus que eles fossem pagos parceladamente, e os pagava.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Só mais uma pergunta. Uma coisa me chamou a atenção. Apesar de não haver essa relação de obrigatoriedade, V.Sa. relatou algumas ligações do tesoureiro Vaccari para lhe cobrar. Cobra quem deve. Reporte-me um pouco dessas ligações. O Vaccari lhe cobrava como?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, eu o procurei algumas vezes; isso não foi uma vez só. A orientação para fazer esses pagamentos não foi uma vez só. O Duque me pediu algumas vezes. Nas vezes em que eu estive lá com ele, eu disse: *“Olha, nós queremos fazer uma contribuição de 1 milhão de reais em parcelas. Eu vou te pagar isso aí em 10 parcelas de 100. Então, todo dia 10, nós vamos fazer essas contribuições”*. *“Tá bom.”* Enfim, discutia-se um prazo. E aí, muitas vezes, acontecia de a gente não conseguir pagar no dia, e ele me ligar e dizer assim: *“Bom, você, está com algum problema? Isso vai acontecer ou não vai acontecer?”* *“Não, vai acontecer sim. Pode deixar. É só uma questão temporal. Nós vamos resolver e tal.”* Eu também, algumas vezes, tomei a iniciativa de combinar alguma coisa com ele e não conseguir cumprir, ligar pra ele pra avisar que aconteceria numa outra oportunidade.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Ele lhe cobrava porque sabia que o senhor devia ao Renato Duque. A última pergunta, Sr. Presidente: nessas visitas à sede do PT, alguma vez o senhor esteve com Rui Falcão, o Presidente?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário, por 3 minutos.



**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, ao Relator também e ao depoente. Gostaria de perguntar, inicialmente, que benefício o senhor recebia por pagar propina ao Diretor Renato Duque e ao Pedro Barusco? A primeira questão é essa. O que o senhor tinha em troca disso? O que o senhor pretendia ter em troca, uma vez que diz que se dirigia aos partidos políticos com esse objetivo? O senhor citou a ida à sede do Partido dos Trabalhadores, mas o senhor também é titular contribuinte de outros partidos políticos. O senhor fazia contribuições aos partidos políticos com o objetivo de instrumentalizá-los politicamente para os seus interesses econômicos? É uma questão que me faz pensar. O senhor teve, pagou, ofereceu, corrompeu, em termos de dinheiro, entre 70 e 80 milhões na área de abastecimento, 30 milhões na área de serviço. Se for 1 real indevido, é corrupção igual.

Mas me chamou a atenção quando o senhor falou no Partido dos Trabalhadores, em 3 ou 4 anos. Veja a diferença: Pedro Barusco, Renato Duque, 30 milhões, 70 milhões — o senhor falou em cifras dessa monta. Aí o senhor coloca, no mesmo plano o Partido dos Trabalhadores, dizendo que foi lá se oferecer e colocou aqui que fez uma doação na ordem de 4 milhões, 2 milhões e 500, eu não entendi bem. Mas, então, essa associação não existia. Não é uma associação isso.

Por outro lado, o senhor disse algo bastante interessante, que contradisse aqui o Pedro Barusco. O senhor disse algo que eu anotei e gostaria que o senhor refletisse sobre isso. O senhor disse que uma pessoa só, ali dentro da PETROBRAS, não poderia estruturar um esquema de corrupção, que é algo que interessa a esta CPI. Nós precisamos saber como funcionava esse esquema. Eu quero que o senhor entenda que para nós é bastante importante, para todos os membros aqui, porque nós queremos acabar com esse tipo de coisa. Isso não pode continuar. Isso é dinheiro público, isso é da sociedade.

Então, eu fico pensando assim, teve um Deputado até que me antecedeu que disse: *“Olha, no período anterior a Lula, Dilma, e no período posterior...”* Nós estamos aqui proibidos, nós estamos vetados de investigar o período anterior ao do Presidente Lula. Esta CPI não faz essa investigação, porque foi vetado que se fizesse. Mas esse esquema se iniciou, Pedro Barusco disse, em 1997. E aí lá, naquele período, ele disse que agia sozinho. Só que o senhor disse alguma coisa



aqui que é muito significativa: que essa operação não poderia acontecer sozinha. Então, não aconteceu depois e, possivelmente, na sua gênese, também não aconteceu. Eu queria que o senhor avaliasse isso. Quem iniciou esse processo? Quem deu início, não apenas como uma caça, enfim, aos responsáveis? Eu não quero com isso implicar o PSDB. Não, eu quero buscar a verdade sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - E quero lhe dizer ainda que — certamente, qualquer pessoa merece nosso respeito quando se arrepende — o senhor foi citado, em 1999, como envolvido em um ato de corrupção com o PSDB, já um cartel, na questão da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, com o ex-Deputado Marcos Mendonça e com dívida do PSDB...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Conclua, Deputada, as suas perguntas.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - ... dívida significativa também com o Erário, e uma cobrança sobre isso. Então, o senhor se arrependeu quantas vezes de ter participado de ato de corrupção para agora virar um delator tão respeitado por setores aqui? O senhor me desculpe lhe perguntar assim, mas eu realmente acho que tem uma hora em que o senhor vai ter que dar um fim a essa conduta.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Félix Mendonça Júnior) - Tem a palavra o Dr. Augusto Mendonça.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu acho que eu não entendi muito bem a pergunta da senhora. A senhora podia repetir?

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Eu fiz uma série de perguntas. Não quero abusar do Presidente.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Só a pergunta.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - A primeira pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não, só a pergunta.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Eu fiz várias perguntas. Imagino que o depoente, inclusive, já tenha certo cansaço, e é natural, mas eu repito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Mas é cultura. Já respondeu, inclusive.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Não, Sr. Presidente.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, a senhora pergunta, e eu respondo.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Pronto. A minha primeira questão diz respeito a que benefício o senhor recebeu de Renato Duque e Pedro Barusco para pagar milhões a eles. E se o senhor pretendia um benefício de dentro do Partido dos Trabalhadores quando diz que foi lá na sede oferecer dinheiro, porque não foi ninguém que foi procurá-lo. O senhor foi até a sede, bateu à porta e ofereceu.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Na verdade, um diretor da PETROBRAS tem um poder muito grande de atrapalhar e um poder muito pequeno de ajudar. Então, a nossa participação, e acredito que a da maioria das empresas, seja muito mais no sentido de não serem prejudicados do que ter algum benefício. Enxergando hoje o que poderia ser um benefício, talvez nem fosse algo considerável, não é? Porque a gente aqui tem dúvidas, ou eu, particularmente, tenho dúvidas, se existia essa questão da lista e da restrição das empresas que deveriam ser convidadas pra participar das licitações da PETROBRAS. Então, o sentido era o inverso, era muito mais pra não ser atrapalhado do que pensar em alguma coisa em que pudesse ser ajudado. Realmente...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O senhor supôs que poderia ser atrapalhado e resolveu gastar mais de cem milhões, em torno disso, numa coisa que o senhor poderia ter tido sem gastar nada, pela excelência do seu trabalho?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Não, não. Eu não supus que eu poderia ser atrapalhado. Eu fui devidamente avisado que eu seria atrapalhado se não contribuísse.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O senhor foi ameaçado por alguém deles?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu fui, sim. Fui ameaçado pelo José Janene. Ele...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Pelo José Janene?



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Que o senhor sabe que era vinculado a um partido político?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O senhor contribuía para o partido político do José Janene?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Não contribuía, mas...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Mas o senhor foi ameaçado pelo Renato Duque também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputada...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Mas é que...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É... Eu diria que...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu só quero fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que está acontecendo aqui na CPI? Eu, particularmente, faço questão de estar aqui durante todo o tempo para ver as respostas todas. O que acontece é que muita gente sai, depois volta e faz as mesmas perguntas. Ele já respondeu. Ele foi ao Partido dos Trabalhadores porque o Renato Duque mandou que ele fosse entregar o dinheiro. Respondeu isso dez vezes!

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Todos os membros da CPI têm o direito de fazer as perguntas que quiserem, Deputado Izalci.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Eu entendo, mas as perguntas podem ser feitas quais queiram, duas vezes, três vezes. Infelizmente tem isso.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Presidente, eu só acho muito errado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - O que eu peço é que as pessoas usem da sua pergunta e depois não fiquem na réplica, na tréplica.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Não tem pertinência nenhuma.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Senão fica preso só a uma pessoa, só a um Deputado ou Deputada, e a gente não dá vez aos outros.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Tem questões que precisam ser esclarecidas.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O senhor veja, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Por favor, conclua a pergunta, Deputada, e aí ele responde.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Certo. A minha segunda pergunta então ao senhor, até pela consideração humana, porque eu imagino que o senhor deve... o senhor ficou interrompemente também... Eu infelizmente tive muitos afazeres aqui, ainda que tenha estado aqui desde as 8h30min da manhã.

Eu quero lhe perguntar sobre... O senhor foi à sede do PT; o tesoureiro não o procurou; o senhor foi porque, diz aqui, o Renato Duque lhe disse que fosse, mas o senhor foi lá, bateu à porta, ninguém do PT o procurou antes?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O senhor foi lá, marcou uma hora e foi conversar com ele?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhora.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Ele lhe falou: *“É verdade que o senhor, para fazer contribuições ao Partido dos Trabalhadores, deveria contribuir na conta bancária, legalmente.”* O senhor falou aqui.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhora.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Isso também me parece importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputada, por favor.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Está bem. Então eu concluo, Presidente, mas apenas deixando o registro de que nós temos, em geral, os membros da CPI, 3 minutos. Os Líderes têm 10 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - É que a senhora já passou mais de 6 minutos, por favor.



**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Está bem, Presidente. Está bem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - E já concluiu a pergunta algumas vezes.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Ah, Presidente, nós estamos num dia extremamente tranquilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Ainda tem mais de dez Deputados aqui.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Não vou. Não, estamos tranquilos. Não se preocupe. Eu tenho, eu tenho, eu apenas cumprimento a Mesa dos trabalhos e digo que estou satisfeita com as suas respostas, no momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano. Não, antes tinha o Deputado Celso Pansera. Como ele não está presente, tem a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano — 3 minutos, Deputado. Deputado, por favor, eu peço que as pessoas perguntem e depois encerrem as perguntas para os outros Deputados poderem perguntar e responder.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, tem que ser justo comigo? Estou há 7 horas sentado aqui. Todo o mundo falou, e o senhor não pediu nada para ninguém. Permita-me fazer aqui algumas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Antecipadamente, inclusive, não é, Deputado?

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Muito. Peço que volte pelo menos os meus 10 segundos ali, porque fazem falta os 10 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não se preocupe. Esses 10 segundos...

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, Sr. Depoente, Sr. Augusto, na delação premiada, V.Sa. confessa que repassou 60 milhões de reais ao Diretor da PETROBRAS Renato Duque. Esses valores foram transferidos por quais meios? E a quantia endereçada ao caixa do Partido dos Trabalhadores também seria parte do acordo dessa propina? Essa é a primeira pergunta. Se o



senhor puder anotar e responder tudo depois, vou obedecer ao meu Presidente aqui.

O seu sócio na Setal, o Sr. Júlio Camargo, teria, em várias ocasiões, emprestado o seu jatinho particular ao ex-Ministro José Dirceu. O senhor tinha conhecimento desse fato?

Na delação premiada, perante a Justiça Federal do Paraná, V.Sa. denunciou a formação de um cartel de empresas a fim de fraudar licitações. Poderia detalhar para a gente como isso acontecia e desde quando?

Quarta pergunta: o senhor acredita que a PETROBRAS conseguirá recuperar todo o dinheiro desviado e que ainda esteja em poder dos envolvidos ou V.Sa. tem conhecimento de que foram usados outros paraísos fiscais, que possam proteger parte desses valores desviados. Se sim, quais são?

Eu vi aqui, durante o depoimento de V.Sa., o senhor citando que o Conselho da PETROBRAS não tinha conhecimento nenhum — até disse o motivo, porque eram muitas pessoas, de vários setores da sociedade. Mas o senhor acredita mesmo que a Presidência do Conselho não tinha conhecimento nenhum desse sistema aqui atribuído ou desse sistema chamado de corrupção sistemática, sistematizada, que acaba destruindo um patrimônio que é do nosso País?

E, por último, o senhor teve contato com pessoas de nomes pelo menos conhecidos, a partir desta CPI: Duque, Barusco, Vaccari, Paulo Roberto, José Dirceu? A pergunta que eu faço por último é: está faltando algum nome aqui? O senhor poderia citar quem é o chefe de todos?

Eu queria aqui complementar, fazendo a pergunta da nossa Deputada Eliziane, a que o senhor não respondeu: falta alguém ser preso? Eu sei que tudo isso deve desconcertar muito V.Sa., imagino a pressão que deve sofrer. Eu tinha até uma pergunta, mas o senhor já respondeu: se, durante todo esse período, quando o senhor resolveu delatar, se o senhor sofreu algum tipo de pressão, se o senhor sofreu algum tipo de ameaça.

Eu sei que estar sentado no lugar onde V.Sa. está não é fácil, mas, como o senhor quer contribuir para o nosso País, eu espero que as perguntas venham de bom tamanho.

Muito obrigado.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - No meu termo de contribuição, eu falei sobre valores que foram repassados tanto à Diretoria de Abastecimento quanto à Diretoria de Serviços. O senhor fez aí uma referência a 60 milhões, que foram repassados à Diretoria de Serviços.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Ao Sr. Renato Duque.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É, ao Renato Duque. Imagino que o senhor estava fazendo referência ao contrato da REPAR, onde foi esse valor.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Exatamente.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Lá a maioria do valor, a maior parte desse valor, foi depositada numa conta, no exterior, que foi a mim informada através do Barusco, que me apresentou uma pessoa chamada Mário Goes, que foi quem me deu os dados da conta. Então, a maior parte dos valores foi depositada nessa conta. Alguns valores...

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - O senhor ainda tem o número dessa conta?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu tenho todos os dados que estão no depoimento, inclusive banco, tudo, o número da conta. Uma parte dos valores foi entregue em dinheiro. Eles mandavam retirar no meu escritório. E uma outra parcela dos valores, a pedido do Duque — foram feitas contribuições oficiais ao Partido dos Trabalhadores. Então, foram essas as formas em que aconteceram os pagamentos.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta só para complementar isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Claro!

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Muito obrigado. O seu escritório, ele tem o sistema de filmagem? Seria possível o senhor ceder para nós essas filmagens da entrada desse pessoal no seu escritório nos dias em que eles retiraram esse dinheiro?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É provável que tenha, mas sinceramente eu não sei se tem ou não. Mas, de qualquer forma, isso aconteceu num período de que a gente não tem mais o registro. Isso foi no ano de



2008, 2009. Faz 6, 7 anos. Eu não... Esses registros, eles vão se sobrepondo. Ah, sim, o senhor falou aqui do Júlio Camargo. Na verdade, o Júlio Camargo não é meu sócio. Conheço ele há muito tempo, nós sempre tivemos relações comerciais, de negócio. Não posso dizer nem que ele é meu amigo íntimo, mas, sim, um parceiro de negócios. Já fizemos negócios aí há bastante tempo. Mas, efetivamente, eu não sei se ele emprestou o avião dele, ou não emprestou o avião dele. Recentemente vi essa polêmica aí nos jornais, onde ele mesmo diz que o avião dele era administrado pela TAM. Então, não sei responder a essa pergunta. Com relação ao assunto das empresas, essas reuniões efetivamente começaram lá para o final dos anos 90, entre um grupo de empresas que inicialmente tinham a intenção de não competir entre si. Elas tinham a intenção de se proteger umas das outras, né, pra que não houvesse uma guerra comercial entre essas companhias. E assim essa história começou. Não teve um dia. Isso aí não é uma conversa que foi assim: *"Não, a partir de hoje fica instituído"*. Não, são coisas que têm um processo evolutivo, e esse processo começou lá atrás, todas as empresas passando por grandes dificuldades, por um período difícil que o setor passou, na época. E isso seguiu com, eu diria, pouco controle ou nenhum controle, porque existiam diversas outras empresas participando do mercado, até talvez o ano de 2004, 2005, quando esse grupo estabeleceu aí uma relação com os dois diretores da PETROBRAS, tanto da área de abastecimento, quanto da área de serviços, o Paulo Roberto e o Renato Duque, de modo que as empresas que fossem ser convidadas para o certame da PETROBRAS ficassem no ambiente daquele grupo. Naquela oportunidade, o grupo aumentou para 16 empresas, se não me engano. Já é bastante informação para precisar quantas eram inicialmente, mas eu acredito que eram 9, passaram a ser 16, e, a partir daí, a coisa começou a ter mais efetividade. Como a nossa empresa estava sem receber convites da PETROBRAS durante um período, eu não sei precisar exatamente como essa aproximação se deu e de que forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado. Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)* Não está presente.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, ele ainda está respondendo. Faltam só duas perguntas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Desculpe. Está respondendo ainda?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - É, tem mais duas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Ah, pois não, eu não...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Se a PETROBRAS vai conseguir reaver todo o dinheiro desviado. Bom, acredito que uma boa parte, com certeza. Até uma parte já está sendo devolvida; o próprio Pedro Barusco está fazendo uma devolução aí de quase cem milhões de reais; o Paulo Roberto também fez uma devolução de mais de 20 milhões de reais, aliás, de dólares. E eu até comentei aqui que o grande prejuízo que a PETROBRAS teve, ou talvez o principal prejuízo que a PETROBRAS teve, na minha opinião, não tem a ver com esse processo de corrupção. Acho que a PETROBRAS sofreu bastante pelo fato de ter o preço do combustível congelado. Eu acho que esse realmente foi o grande problema que a PETROBRAS teve, e o fato de estar administrando todos esses contratos simultaneamente, num processo de construção de quatro refinarias ao mesmo tempo, quer dizer, um volume de negócios extremamente grande para ser administrado. Acho que isso também é uma das causas por que determinados empreendimentos não tiveram o sucesso que deveriam ter. Mas, se pegar na parte de exploração e produção, construção de novas plataformas, esse foi um processo que teve uma evolução grande. A PETROBRAS botou uma série de plataformas em produção simultaneamente, talvez a maior implantação de plataformas que já aconteceu no mundo, com um atraso muito pequeno. Então, eu diria que...

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Só a última pergunta. Dos nomes que eu citei, falta alguém na lista?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, sempre as minhas discussões relativas às contribuições que nós fizemos lá para os diretores, elas sempre aconteceram... Aliás, elas somente aconteceram com José Janene, o Renato Duque e o Pedro Barusco. Eu, particularmente, nunca conversei com o Paulo Roberto sobre esse tema. E conversei com o Alberto Youssef, porque ele me



foi apresentado pelo José Janene como uma pessoa responsável que cuidaria dos recebimentos.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Com Dilma, nunca?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado.

Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Aliás, o senhor fez uma pergunta — não sei se foi o senhor —: como que o Presidente do Conselho poderia não saber... Eu estava aqui pensando que diferença tem o Presidente do Conselho para qualquer outro Conselheiro?

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Responsabilidade, doutor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Ele preside tudo. É responsável por tudo.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, mas um saber e o outro não saber... Um saber e o outro não saber...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Contratos de milhões passam pelas mãos dele.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não faça defesa.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, não, eu não estou fazendo defesa. Eu estou...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O senhor está indo muito bem.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - *(Riso.)* Eu estou... Na minha experiência... Na minha experiência de ter participado de conselhos de outras empresas. As decisões do conselho, elas acontecem em outro nível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, que não está presente.

Vamos passar a palavra para o Deputado Edio Lopes, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com o que eu ouvi, mesmo porque cheguei já no adiantando da hora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - ...e certamente incorreria na repetição de perguntas, haja vista que o foco da questão é o que está sendo trabalhado aqui.



Mas aproveito a oportunidade para apresentar aqui também o meu protesto pela tentativa reiterada do Deputado baiano petista, que falou ainda há pouco, em sempre buscar referências no PMDB. Esta CPI é aberta. Cada Deputado aqui tem os mesmos instrumentos que todos os demais para fazer as devidas investigações, e é para isso que aqui estamos. Portanto, totalmente desprovida de qualquer, de qualquer fundamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Está registrado seu protesto.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não sei porque o senhor incluiu baiano, porque baiano sou eu também e tantos outros, mas... Brincadeira.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - O.k. Mas o senhor não é o Deputado petista.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Como eu sou Deputado petista...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - ...só para também deixar registrado que o Deputado Solla expressou aqui um posicionamento pessoal, enquanto Parlamentar, mas não expressou uma posição da bancada toda.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sim. Eu me referi a ele enquanto Parlamentar e não como partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Pois não, Deputado. Mas aqui ficou o registro que não foram nem os baianos nem os petistas.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por favor, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Dr. Augusto, quantas vezes o senhor se encontrou com o Presidente Lula? Quantas vezes o senhor se encontrou com a Presidenta Dilma? Quantas vezes o senhor se encontrou com o José Dirceu? Ou se não se encontrou, sim, não, quantas vezes?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu me encontrei algumas vezes com o Presidente Lula, na época da campanha de 2010.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Na campanha, interessante.



**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu defendia fortemente a questão da indústria local, a posição da PETROBRAS executar as obras aqui no Brasil. Naquela oportunidade, durante esta campanha, eu conversei com todos os candidatos a Presidente, entre eles o Presidente Lula e...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - E com a D. Dilma?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Com a D. Dilma, eu também estive algumas vezes com ela...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Falou de negócios da PETROBRAS?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sobre negócios da PETROBRAS, sim.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Interessante, interessante. Está bom.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ela foi Ministra de Minas e Energia. Ela foi quem instituiu o PROMINP, participou de algumas reuniões do PROMINP, é...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - E o senhor não quis dizer que estava sendo achacado?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Aliás, eu vou dizer que naquela oportunidade eu não sabia de nada disso.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Ah, tá.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Acho que até não existia nada disso.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Está bom. Legal.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Isso foi acontecer depois.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Certo. O senhor já me respondeu algumas coisas, mas é preciso mais tempo.

Eu acho que nós vamos ter que fazer a acareação do Barusco, do Duque e do Vaccari aqui, não é, porque fechou. O Dr. Augusto fechou direitinho. O Duque não falou e quando falou só enrolou. O Vaccari não falou, praticamente, mas ele botou o selo da verdade, da transparência, de que foi usado, aproveitado, tiraram o



dinheiro dele. E é óbvio que foi jogado na campanha, e não foi na campanha do Obama. É óbvio que não foi.

A Presidenta Dilma foi Ministra de Minas e Energia, foi Presidente do Conselho de Administração, virou Chefe da Casa Civil e não deixou de ser Presidente do Conselho de Administração, e, depois, virou Presidente do Brasil; e o Lula foi o encaminhador dela. São os grandes responsáveis por esse assalto que está acontecendo na PETROBRAS. Um grande assalto.

Quero aqui deixar a posição do Líder do PMDB, manifestada ontem no plenário. A bancada federal do PMDB vai levantar a questão de revisar o modelo de concessão da exploração do pré-sal. Aliás, eles estão enterrando esse sonho. Os assaltantes da PETROBRAS estão enterrando esse sonho. Nós, da bancada federal do PMDB, queremos revisar o modelo e voltar para o modelo de partilha e não de concessão. Nós achamos que essa é uma das razões da corrupção. A segunda é que a PETROBRAS, absolutamente, não tinha perna para ser sócia, com 30%, de qualquer exploração. E o PMDB, sim, da bancada federal, vai tomar essa posição.

Parabéns! Eu acho que V.Exa. alcançou o objetivo, meu caro Presidente, com a vinda do Dr. Augusto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Relator, por favor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Nós estamos chegando ao final e, como Relator, tem uma coisa que eu gostaria que ficasse mais clara. Quando o empresário vem aqui à Câmara, ele sempre diz que o melhor é a livre concorrência, que o mercado por si só se autorregula, e V.Sa. faz a afirmação de que, quando surge o clube ou o cartel, não surge porque o Diretor da PETROBRAS pediu propina, surge para evitar aquilo que eles defendem no discurso, que é a concorrência. Tanto é que V.Sa. disse que os empresários se organizaram porque, antes do clube, houve uma concorrência entre eles e isso foi muito prejudicial para as empresas. Depois é formado o clube. Mas V.Sa. diz aqui que Paulo Roberto, Barusco e Duque começaram a pedir propinas e que isso também não foi bom para as empresas.



Então, eu pergunto aqui: o que é bom para a empresa? Porque o clube se forma por uma iniciativa das próprias empresas. Então, também não foi um erro das empresas de já naquele momento evitarem a livre concorrência entre elas? Porque as mais capacitadas sobreviveriam e iriam avançar. O que é melhor? Porque, num dos momentos, V.Sa. diz que isso também não era bom para as empresas. Então, o que é bom para as empresas?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Entendo o que o senhor quer dizer. Na verdade, eu sou partidário de que o mercado se organize. Eu não tenho dúvida disso. Eu sou partidário da lei da oferta e da demanda. O que eu defendo que seja bom para as empresas é que as empresas possam atuar pela sua competência. Quando a gente tem um esquema de corrupção, ele é prejudicial para a empresa porque tem custo, mas ele é mais prejudicial ainda porque, muitas vezes, ele beneficia a empresa que tem menos competência. O que aconteceu na PETROBRAS, onde a gente teve, usando a palavra do Barusco, que ele disse que a corrupção era generalizada, mas o que aconteceu na PETROBRAS, onde todo mundo obrigatoriamente tinha que pagar comissão, isso aí propõe um nivelamento por baixo. Essas empresas ficam equalizadas competentemente pelas de menor competência e as de maior poder financeiro. Então, eu particularmente defendo que as empresas tenham que atuar pela sua própria competência. O fato de parte delas, que foi o que aconteceu no passado, se organizarem para se proteger num determinado momento, onde o mercado estava de fato, como eu diria, prejudicando, acabando com as companhias, eu acredito que são situações que podem acontecer, como a gente assiste a determinadas situações onde empresas conversam entre si. E isso acontece em todo lugar do mundo; acho que isso são coisas inevitáveis. Acredito que, como eu disse, a implantação de sistemas de obrigação, de implantação de sistemas assim, dentro das companhias, vai ajudar muito para que essas questões não venham a se repetir no futuro. Mas eu particularmente defendo que as leis devem ser de mercado e as companhias têm que trabalhar pela sua própria competência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Há um outro detalhe aqui, do ponto de vista até matemático, não está fechando, porque o Pedro Barusco disse que pedia uma comissão, estabelecia um valor e que esse valor ele dividia — a metade era o



que ele chamava para casa, para ele e para o Duque, e a outra metade ele doava ao partido. Aí V.Sa. disse que repassou a ele 60 milhões. Então, a metade de 60 milhões é 30 milhões. E, na sua delação premiada ao PT, V.Sa. apresenta recibo de doação na ordem de 4,2 milhões e 2,2 milhões para a gráfica. Quer dizer, 6, 7 milhões para 30 milhões, que é o 50% que o Barusco falou, tem uma diferença muito grande.

Então, quem não falou a verdade nessa questão em relação a essa política de percentual? Ou os percentuais não existiam?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não sei exatamente como que isso funcionava. Eu fiquei sabendo da mesma forma que o senhor ficou sabendo, pelas declarações dele recentemente. Então, eu não conheço essa conta, metade ia para quem, como é que eles dividiam... Sinceramente eu não conheço. A única coisa que eu sei é que eu fiz o que eles me instruíram a fazer, porque também eu o vi falando que existiam umas contas de compensação, uma empresa pagava um, outra empresa pagava outro. Então, eu não sei responder sobre essa matemática para o senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas concorda que a matemática do meio a meio em relação ao que o senhor repassou não bate.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - No meu caso, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Seguindo a lista de inscritos, o Deputado João Carlos Bacelar não está presente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Pois não, Deputado Silvio Torres.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Eu sei que já estão encerradas as inscrições, mas como Vice-Líder eu teria direito a uma manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Eu vou pedir para seguir a lista e logo depois eu convido V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Agora, com a palavra o Deputado Leo de Brito, por favor, por 3 minutos.



**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Augusto, gostaria primeiro de fazer um breve comentário sobre os discursos ideológicos que aqui aparecem. Uma coisa é a gente investigar a PETROBRAS, o escândalo de corrupção que foi praticado, como foi bem dito aqui, por uma meia dúzia e querer agora atacar o regime de partilha. O regime de partilha é uma conquista do povo brasileiro. A gente sabe que o pré-sal vai ser explorado, não tem tantos riscos que, por exemplo, justifiquem o sistema de concessão. E o regime de partilha é importante, porque é revertido em educação, em saúde, em ciência e tecnologia para o povo brasileiro e, claro, para melhor exploração do pré-sal. Então, vamos separar uma coisa da outra, porque estão se utilizando das perdas da PETROBRAS querendo mudar uma grande conquista do povo brasileiro.

Eu quero passar às perguntas.

Primeiro, o Sr. Pedro Barusco, tanto no seu acordo de delação como também aqui no depoimento que prestou à CPI, fez a afirmação de que não havia pressão sobre os empresários para que eles pagassem propina. Eu queria saber se isso aconteceu em relação ao senhor.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não concordo nesse ponto com ele, não.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Então, o senhor quer dizer que o Sr. Pedro Barusco mentiu a esta CPI no acordo de delação premiada. Inclusive é do mesmo escritório de advocacia.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu não posso dizer se ele mentiu ou não mentiu.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sim ou não.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Ele pode ter o ponto de vista dele. Eu, particularmente, não concordo com esse ponto de vista. Ele pode até achar que ele não fazia pressão nenhuma, mas, na minha opinião, eles faziam, sim.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo. As doações que o senhor fez à Gráfica Atitude e ao Partido dos Trabalhadores foram registradas na contabilidade da sua empresa?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, foram registradas.



**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Quanto todas essas doações representavam dos lucros da empresa? Era um percentual alto ou baixo?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sem dúvida nenhuma todas essas contribuições, sejam essas doações ou não, elas eram representativas para a nossa operação, sim.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu forneci ao Ministério Público todos os comprovantes de pagamento e registros contábeis.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Mas o senhor não sabe dizer quanto representava dos lucros?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Percentualmente?

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sim.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - O senhor considera que as doações que foram feitas ao Partido dos Trabalhadores, que foram registradas, em que houve a prestação de contas à Justiça Eleitoral e depois foram aprovadas, foram doações legais? Elas são de origem legal, na sua opinião?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - O senhor considera que foram legais, não foram propina?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não, eu acredito que as doações que foram feitas foram...

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Entraram na contabilidade da sua empresa?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo.

Para finalizar, Sr. Presidente, o senhor tem conhecimento de alguém... Porque esse caso da Operação Lava-Jato é um caso bem interessante. Nós temos aparentemente uma empresa que foi favorecida, mas até hoje não tem ninguém de comissão de licitação indiciado, não tem ninguém que foi denunciado e muito menos que foi julgado como culpado nessa situação. O senhor teve alguma relação ou



conhecia alguém de comissão de licitação que tenha favorecido a sua empresa ou qualquer outra empresa?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Inclusive eu até comentei isso aqui hoje. Eu acho que a comissão de licitação não tem poder para ajudar nenhuma empresa de forma diferenciada.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - O.k.

Muito obrigado.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Talvez até não tenha nem poder para atrapalhar. É uma comissão muito técnica, que faz uma análise técnica das propostas.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Satisfeito, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Seguindo a lista de inscrições, temos o Deputado Onyx Lorenzoni, que não está presente, depois o Deputado Félix Mendonça, que sou eu, e depois o senhor. Pode ser?

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Como o senhor preferir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Se o senhor preferir logo.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Talvez seja melhor o senhor encerrar, não sei. O senhor que sabe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - O meu questionamento é como um Deputado normal, da lista de inscrição mesmo. Então, eu vou fazer o meu, porque talvez até contribua para o seu.

Dr. Augusto Mendonça, referente às licitações e a esses acordos que foram feitos na PETROBRAS e a não utilização pela PETROBRAS da Lei nº 8.666, de 1993, o senhor acha que essa não utilização ou o Decreto de 98 favorece esse cartel que foi firmado, burlando a licitação? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta é: qual a empresa que liderava ou quais as empresas que lideravam esse cartel na PETROBRAS? Aquelas que coordenavam, aquelas que distribuía as licitações, aquelas que preparavam as propostas por outras, que a gente sabe como isso acontece. Então, eu quero saber do senhor quais as



empresas que lideravam isso, que tinham maior contato com a PETROBRAS, que distribuíam as obras, que determinavam como acontecia o cartel em si na licitação?

E o senhor falou também que a comissão de licitação tinha pouca influência nesse cartel, ou seja, isso era decidido antes da comissão de licitação. Mas eu pergunto: o setor de cadastro, então, teria essa influência de cadastrar as empresas que poderiam ou que não poderiam participar? O setor, então, que convidava as empresas teria influência? Se você limita ao número de empresas, quem tem esse poder de limitar ou quem tem esse poder de convidar é quem vai fazer com que esse cartel funcione, porque, se fosse uma coisa muito aberta, até para empresa estrangeira, esse cartel iria ter grande dificuldade de ser formado.

Então, voltando à pergunta, quero saber se isso favoreceu ou não a aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, e quais as empresas, ou a empresa, que lideravam esse cartel?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Deputado, eu tenho uma visão particular de que o fato do decreto da contratação diferenciada da PETROBRAS, da contratação simplificada da PETROBRAS, ou a 8.666 não faria nenhuma diferença no resultado desses acontecimentos. As obras da PETROBRAS são coisas tão complexas que, mesmo sob o regime da 8.666, a PETROBRAS obrigatoriamente teria que fazer uma seleção técnica prévia antes da apresentação das propostas, até porque a prática acabou mostrando que empresas que não conheciam a PETROBRAS e que, de certa forma, se aventuraram ou quiseram investir para passar a fornecer para a PETROBRAS tiveram sérios problemas. Eu acredito que não tenha nenhuma hoje — que não tenha nenhuma — que tenha conseguido entregar um contrato lá no COMPERJ fora das empresas que conheciam o sistema PETROBRAS. De modo que, na minha opinião, a contratação desse tipo de obra obrigatoriamente passa por uma seleção técnica previamente, que, aliás, tem até previsão na 8.666. Então, o fato de ter o decreto simplificado ou a 8.666, eu acho que não faz diferença. Com relação ao grupo de empresas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Desculpe interromper o senhor.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhor.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Então, o senhor acha que essa seleção técnica é que faz a diferença? Eu vou citar um exemplo: foi contratada uma empresa do grupo, a Odebrecht, para construir submarinos. Então, a seleção técnica não tinha conhecimento da aptidão dela para submarinos. Trata-se de um contrato de vinte e tantos bilhões de reais — ou de dólares, não lembro o que era, se eram dólares ou reais. Mas eram vinte e poucos bilhões. E, por essa seleção técnica, a Odebrecht, para fazer submarino...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. Pelo pouco que eu conheço deste contrato, na verdade, quem foi contratada foi uma empresa francesa que se associou à Odebrecht aqui no Brasil. Pelo que eu sei é isso. Toda *expertise* vem desta companhia francesa. A Odebrecht entrou com a *expertise* dela de construção, para a construção do estaleiro e gerenciamento do negócio, até onde eu sei. Mas, de qualquer forma, no meu entendimento, mesmo para uma questão dessas, do submarino, são licitações extremamente técnicas onde não tem como não se fazer uma pré-seleção técnica antes da apresentação das propostas. O senhor perguntou das empresas, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Que lideravam.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Quem liderava o processo, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na verdade, todo esse processo das empresas prestadoras de serviço para a PETROBRAS acontecia fora da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Isso.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - As empresas discutiam e organizavam entre si. Não existia uma liderança, porque todas as discussões e acordos eram feitos entre todos os participantes. Não existia um líder, não existia ninguém que fosse lá para desempatar alguma questão. Havia até situações onde as empresas não chegavam a um entendimento e iam para disputa numa determinada licitação. Aí até falo dessa questão do superfaturamento ou não, porque a gente pode ver que a variação de preços nessas situações não era significativa. Depois o senhor perguntou... Qual foi a terceira pergunta?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não, foram essas duas perguntas mesmo.

Eu vou reforçar, só, antes de passar ao Deputado Silvio Torres, o convite do Deputado Carlos Marun. Se o senhor puder ir, como convidado, à Comissão que analisa o estudo para a formulação e a nova proposição para substituir a Lei nº 8.666, seria interessante, para mostrar o que nós devemos fazer na lei, para que impeça ou dificulte que empresas formulem cartéis antecipados. Se o senhor puder aceitar esse convite que foi feito pelo Deputado Carlos Marun, dará uma grande contribuição.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Com a palavra o Deputado Silvio Torres, último Deputado inscrito.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a sua gentileza. Cumprimento o Relator, Deputado Luiz Sérgio, cumprimento o Dr. Augusto.

Eu serei rápido. Gostaria apenas de esclarecer algumas questões do que eu tenho acompanhado, mas primeiro queria fazer referência à pergunta do Deputado que se retirou, sobre a questão da gráfica. Na verdade ele perguntou se estariam contabilizados os recursos que foram doados, mas a pergunta que eu acho correta é saber se os serviços foram prestados. Essa é a primeira pergunta: se os 2 milhões, não sei se 2,2 milhões, ou 2,5 milhões, que foram destinados à Gráfica Atitude, que é do Sindicato dos Bancários de São Paulo, se eles prestaram serviços que justificassem os 2,5 milhões.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Aliás, não prestaram serviços. Nós tínhamos até a possibilidade de, através da revista, defender alguns temas ligados à atividade que acabamos não fazendo. Eu, particularmente, acabei não me dedicando a escrever sobre esses temas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Então, esse lançamento da contabilidade é ilegal. O senhor lançou uma doação por conta de um serviço que não aconteceu.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, como aconteceram outros...



**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Outros dessa forma.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Uma outra pergunta que eu gostaria de ouvir a opinião de V.Sa. é sobre essa decisão de nacionalizar as encomendas de plataformas, que foi tomada, quando da discussão, no início dos trabalhos do pré-sal: se a experiência demonstrou que foi vantajoso para o País, seja nos recursos investidos, seja no aproveitamento de tecnologia. Enfim, gostaria de ouvi-lo, como o senhor é um homem do setor. E também, adicionalmente, se outras empresas que se candidataram a construir plataformas estiveram envolvidas também em todo esse processo da PETROBRAS.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim. O senhor fez uma pergunta bastante interessante. Esse é um tema que eu conheço profundamente. Participei ativamente dessa questão e poderia dizer para o senhor que esta atividade foi responsável por gerar aproximadamente cem mil empregos novos. É uma atividade que não existia. Então, a gente pode dizer que são cem mil novas oportunidades de emprego que, se não fossem feitas aqui no Brasil, estariam gerando cem mil oportunidades de emprego em outro lugar do mundo, como aconteceu no passado. Eu lembro bem da satisfação dos estaleiros de Cingapura, quando as encomendas eram dirigidas a eles. Só para a gente ter uma ideia, Cingapura é um país de 4 milhões de habitantes...

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - É, eu conheço Cingapura.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - De 1 milhão dos 4, é gente de fora para trabalhar lá. Então, eles geram emprego não só para eles, como para os vizinhos. Então, essa atividade, quando a gente fala de cem mil novos empregos dentro dos estaleiros, utilizando dados de um trabalho muito bem feito que o próprio Governo de Cingapura fez, representa mais sete empregos na economia, diretamente, mais sete empregos na economia. Então, nós estamos falando de 700 mil novas oportunidades de trabalho. Ou, na conta do BNDES, cinco empregos na economia são mais 500, 600 mil empregos no total, sem contar o efeito indireto que isso traz, porque o cara que tem emprego vai ao supermercado, compra coisa, paga ICMS, dá emprego para alguém que produziu arroz, feijão,



enfim, refrigerante, etc. Então, o resultado dessa conta é muito difícil de ser auferido, é muito difícil de ser calculado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Quer dizer o custo-benefício? O custo por emprego?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Exatamente. É muito difícil de se dimensionar, de se calcular quanto que vale cada emprego gerado. Então, o que nós estamos dizendo aqui é que, em vez da PETROBRAS comprar essas coisas lá fora, passou a comprar aqui no Brasil, apoiando as empresas brasileiras, criando uma geração de renda para o próprio País, que é difícil da gente até medir quanto que isso representa, mas não tem a menor dúvida que é importante para a economia. Eu, quando vejo aqui a discussão de que nós vamos falar sobre o pré-sal, mudar o conceito, eu acho que essa é uma coisa que precisa prestar muita atenção, para que o assunto seja examinado como um todo. Não vamos deixar que um problema que aconteceu por conta lá de dois diretores da PETROBRAS contamine o sistema como um todo. É só essa a minha preocupação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Não, eu acho que ele ainda não teve tempo de responder, Sr. Presidente. Eu fiz a pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não respondeu ainda?

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Não, é que eu perguntei se havia outras empresas envolvidas, se outras empresas do setor também estão envolvidas no mesmo processo que o senhor...

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Então, nesse setor, nunca aconteceu nenhuma combinação das empresas, apesar de que algumas empresas eram até as mesmas que atuavam nos dois setores, nunca aconteceu nenhuma combinação de alguém ficar com uma obra ou com outra. Isso não aconteceu. Eu fiquei sabendo de alguns casos de corrupção recentemente aí, pela declaração do Pedro Barusco, que talvez até tenha sido alguma coisa que aconteceu lá pelo lado da Sete Brasil, que eu não participei, mas também não era uma coisa muito diferente da construção de refinarias.



**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Dr. Augusto, o senhor mesmo acabou de dizer que o mercado conversa e se organiza. O senhor não tinha conhecimento do que os seus concorrentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Para concluir, Deputado.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Se pagavam?

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - É.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não tinha. Não tinha. Eu acho que essas coisas nenhum fala para o outro naturalmente. Dentro da área *onshore*, isso aí era corrente, porque os diretores conversavam com todas as empresas. Dentro do setor *offshore* não eram com todas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Sr. Presidente, só uma última pergunta que não tive oportunidade de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Então, Deputado, encerre... Pois não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Vou encerrar, sem dúvida.

Se a sua empresa está participando do acordo de leniência na CGU?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - O senhor já tem algum resultado?

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Nós tivemos reuniões com o CGU, discutindo, recebemos uma minuta, mas estamos ainda numa fase de discussão.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Está o.k. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, só 1 minuto, para encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Um minuto, Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu só quero... Esse depoimento foi superimportante e acho que confirmou muita coisa que Barusco disse aqui. Hoje realmente foi divulgado o balanço da PETROBRAS, houve o reconhecimento da PETROBRAS, e está no balanço isso. Os 3% de todos os contratos com propina foram reconhecidos em balanço.



Então, em função da declaração do Presidente atual da PETROBRAS, pedindo desculpas em nome dos funcionários da PETROBRAS, que não têm culpa nenhuma, eu gostaria de sugerir — não estão aqui os Líderes do Partido dos Trabalhadores nem do Governo — o seguinte: a Presidenta Dilma gosta muito de falar em cadeia nacional. Acho que ela poderia muito bem ir para a cadeia nacional e pedir desculpas ao povo brasileiro em função do ocorrido com a PETROBRAS, e pedir desculpas exatamente pela forma, porque quem causou não foram os dois diretores, alguém nomeou os dois diretores, alguém indicou os dois diretores.

Era isso, Sr. Presidente. Parabéns aí pelo depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado Izalci.

Eu queria fazer só uma pergunta, para completar. Quando se tratou desse acordo de leniência e o senhor informou que a sua empresa está fazendo acordo de leniência, eu não sou advogado, mas, pelo que conheço de acordo de leniência, aquela primeira empresa que vai fazer e fala do ocorrido seria a única empresa a fazer o acordo de leniência. Ou seja, nós não podemos ter dez empresas, e as dez empresas envolvidas, fazendo acordo de leniência, porque senão não serve. É o que acontece nos Estados Unidos.

Então, queria saber se esse acordo de leniência está se dando com a Justiça, com o Tribunal de Contas e em que nível está se dando esse acordo de leniência, porque a gente não está com esse conhecimento aqui.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Eu vou dizer para o senhor que eu também não sou advogado, mas hoje eu entendo bem desse assunto aí, porque falei muito sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Imagino.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Na verdade, existem três acordos de leniência: um acordo de leniência que nós assinamos com o Ministério Público Federal, que é um acordo de leniência penal, criminal, que já foi homologado pelo Juiz Sérgio Moro; existe um segundo acordo de leniência no CADE. Esse acordo de leniência no CADE prevê que seja feito somente com a primeira empresa. Então, a primeira empresa pega o *marker*, como eles chamam,



que é o registro de que aquela empresa foi a responsável pelo acordo de leniência, que nós já fizemos e já está assinado com o CADE. Existe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Então, foi a primeira empresa. Não pode acontecer de esse acordo de leniência com o CADE ser sobre plataforma, o outro acordo de leniência com o CADE ser sobre perfuração? Pode? Então, nós podemos ter dez acordos com o CADE, cada um separado por setor.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. Se o tema for...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Então, vai ser o cartel do CADE.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Não. É que no CADE... Nós somos muito claros de que o CADE era com relação a cartel, e este assunto só aconteceu nas obras *onshore* da PETROBRAS. Então, não existiram na parte *offshore*.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Sr. Presidente, eu posso tentar ajudar, até porque nós acabamos de ter uma audiência pública com o pessoal da CGU e do TCU. Só para ajudar o senhor, para dizer o seguinte: era previsto, anteriormente, que só a primeira empresa teria benefícios no caso do acordo de leniência da CGU, mas uma regulamentação da lei anticorrupção, que a Presidente acabou de baixar, permitiu que outras empresas também pudessem se beneficiar, razão pela qual existem mais de 11 empresas fazendo acordo de leniência com a CGU, que não é o caso do CADE.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Nós temos que requerer a vinda da CGU aqui, e eu vou fazer isso. Vou pedir à CGU que venha aqui explicar esse acordo de leniência.

Mas o senhor estava completando.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - É exatamente isso que eu ia falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Terceiro, MPF, CADE e depois...

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - A terceira é a CGU, que é exatamente o que o Deputado falou agora.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Está bom. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Porque o nosso não está assinado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não está ainda.

Não havendo mais inscritos para...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só para deixar registrado que, em razão do debate aqui do acordo de leniência com o requerimento que o Deputado Félix Mendonça vai protocolar, enquanto Relator, eu acho extremamente positivo que nós possamos fazer aqui uma audiência com a CGU para debater este tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente para suas considerações finais, se assim o desejar.

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** - Bem, Deputado, eu acho que eu já falei bastante hoje aí. Eu acho que não teria mais nada a acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.